



Políticas Culturais Amigas do Ambiente

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Ana **Mafalda Catana** Lopes Dias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Mestrado em Estudos de Cultura

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides A. Monteiro

Coorientador: Prof. Doutor Urbano Mestre Sidoncha

novembro de 2021

*“Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”*

Álvaro de Campos

Agradecimentos

Com o fim à vista.

Só posso agradecer a todos os que de alguma forma acreditaram em mim e me ajudaram a concretizar este desafio.

Ao Professor Doutor Alcides Almeida Monteiro e ao Professor Doutor Urbano Mestre Sidoncha por não terem desistido desde projeto.

Aos meus pais pelo amor incondicional.

Resumo

A presente investigação pretende compreender o contributo da Cultura e das Políticas Públicas para a promoção de práticas amigas do ambiente, em Portugal continental. Com efeito, revele-se fulcral avaliar o impacto dos hábitos e das atividades artísticas e educativas na consciencialização dos cidadãos face à problemática Ambiental, assim como, analisar a importância das políticas culturais e ambientais para a concretização de uma Cultura Ambiental.

Deste modo, a estrutura metodológica possui uma parte empírica relativa à bibliografia e pesquisa compreendendo o tema e metodologias, primeiramente, a qualitativa, por meio de entrevistas aos mentores de projetos amigos do ambiente e, posteriormente, a quantitativa, através de inquéritos realizados à população.

A análise realizada em torno dos resultados obtidos conclui que as Políticas Culturais Amigas do Ambiente, em Portugal continental, efetivamente já existem, no entanto, são ainda pouco claras. De salientar, também, as evidentes inquietudes em relação ao ambiente e os possíveis rumos para um planeta mais ecossustentável.

Palavras-chave: Cultura; Políticas Culturais; Políticas Ambientais; Cultura Ambiental.

Abstract

The present investigation intends to comprehend the contribution of culture and public policies to promote environmentally friendly practices, in a Portugal mainland. In fact, prove to be central to evaluate the impact of habits, artistic and educational activities in awareness to the environment issues, as well as, the analysis of cultural and environment policies importance to the implementation of an Environmental Culture.

This way, the methodological structure has an empirical part regarding the bibliography and search, understanding the theme and methodologies, firstly, the quantitative through the surveys of the population, and after, qualitative, by interviews with the environmentally friendly project mentors.

Analysing the result of the research carried out regarding on Pollution Prevention law and Policies in Continental Portugal, it was conclude that they aren't very logical. And highlight the concerns about the Environment and the possible directions for a more eco-sustainable Country.

Keywords: Culture; Cultural Policies; Environmental Policies; Environmental Culture.

Índice

Agradecimentos _____	II
Resumo _____	III
Abstract _____	IV
Lista de Figuras _____	VII
Lista de Tabelas _____	VII
Lista de Gráficos _____	IX
Lista de Anexos _____	X
Lista de Siglas e Acrónimos _____	XI

Introdução _____	pág. 14
-------------------------	----------------

Parte I

1. Capítulo 1 | Políticas Culturais Amigas do Ambiente

1.1. Contextualização _____	pág. 16
1.2. Breve introdução histórica sobre políticas culturais _____	pág. 19
1.3. Políticas Culturais em Portugal _____	pág. 22
1.4. Políticas Ambientais no caso Português _____	pág. 25
1.4.1. Contextualização _____	pág. 25
1.4.2 Políticas Ambientais no caso Português _____	pág. 26
1.6. Relação Cultura-Ambiente _____	pág. 30

2. Capítulo 2 | O Poder da Cultura

2.1. Contextualização _____	pág. 38
2.2. Cultura como mecanismo de mudança de hábitos _____	pág. 39
2.3. A arte como manifestação cultural _____	pág. 41
2.4. Abordagem à problemática ambiental através da cultura _____	pág. 43
2.5. Princípios comuns entre cultura e ambiente _____	pág. 45
2.6. O negacionismo climático _____	pág. 48
2.7. Facilidades e dificuldades em ser amigo do ambiente _____	pág. 51

Parte II

3. Capítulo 3 | Estudos de Caso

3.1. Objetivos _____ pág. 55

3.2. Opções metodológicas e procedimento _____ pág. 55

3.3. Universo de análise _____ pág. 58

3.4. Políticas Culturais Amigas do Ambiente | Entrevistas

3.4.1. Jorge Manuel Afonso Fraqueiro _____ pág. 60

3.4.2. Cine'Eco Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela _____ pág. 63

3.4.3. Luísa Ferreira Nunes _____ pág. 67

3.5. Políticas Culturais Amigas do Ambiente | Inquéritos

3.5.1. Diagnóstico _____ pág. 69

3.5.2. Tratamento e análise dos dados apurados _____ pág. 69

Conclusão _____ **pág. 82**

Referências _____ **pág. 83**

Anexos _____ **pág. 96**

Lista de Figuras

Figura 1 - Atitudes gerais dos Europeus em relação ao Meio Ambiente.

Figura 2 - Impacto das questões ambientais.

Figura 3 - Impacto das questões ambientais.

Figura 4 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.

Figura 5 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.

Figura 6 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.

Figura 7 - Áreas de atuação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Figura 8 - População residente por sexo (No), Portugal e NUTS II, 2014-2019.

Figura 9 - População residente por grandes grupos etários (No), Portugal e NUTS II, 2014-2019.

Figura 10 - Luísa Ferreira Nunes. Fotografia: Tiago Miranda (foto de arquivo)
(Fonte Revista Visão)

Figura 11 - Trabalhos de ilustração científica realizados pela artista Luísa Ferreira Nunes. (Fonte: Wilder, página oficial)

Figura 12 - Cartaz publicitário alusivo ao Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela, 2021. (Fonte: Cine-Eco, página oficial)

Lista de Tabelas

Tabela 1- Principais iniciativas culturais da UNESCO. Fontes: Site da UNESCO e bibliografia utilizada.

Tabela 2 - Programas e iniciativas políticas Europeias.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Relativo ao género dos inquiridos.

Gráfico 2 - Referente às faixas etárias dos inquiridos.

Gráfico 3 - Alusivo à naturalidade dos inquiridos.

Gráfico 4 - Relacionado com as habilitações académicas dos inquiridos.

Gráfico 5 - Referente aos hábitos culturais inquiridos.

Gráfico 6 - Relacionado com os hábitos culturais dos inquiridos.

Gráfico 7 - Respeitante aos hábitos sustentáveis dos inquiridos.

Gráfico 8 - Alusivos aos hábitos amigos do ambiente dos inquiridos.

Gráfico 9 - Referente ao conhecimento dos inquiridos face ao fenómeno das alterações climáticas.

Gráfico 10 - Referente à promoção de práticas sustentáveis através das Políticas Públicas.

Gráfico 11 - Alusivo à promoção de práticas sustentáveis através da Cultura.

Gráfico 12 - Referente ao conhecimento dos inquiridos sobre o que são políticas culturais amigas do ambiente.

Gráfico 13 - Relacionado com o conhecimento dos inquiridos sobre o que significa Cultura Ambiental.

Gráfico 14 - Relacionado com o contributo das atividades culturais na promoção da educação ambiental.

Gráfico 15 - Referente ao conhecimento dos inquiridos sobre projetos culturais amigos do ambiente.

Gráfico 16 - Alusivo aos projetos culturais amigos do ambiente conhecidos pelos inquiridos.

Lista de Anexos

Anexo 1: Dados Estatísticos referentes a Portugal Continental.

Anexo 2: Guião da entrevista realizada ao cientista político Jorge Fraqueiro.

Anexo 3: Guião das entrevistas realizadas aos mentores dos projetos Festival Cine-Eco e à ilustradora Luísa Ferreira Nunes.

Anexo 4: Respostas às entrevistas realizadas ao cientista político Jorge Fraqueiro e aos mentores dos projetos CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela, através do diretor Mario Branquinho e à ilustradora Luísa Ferreira Nunes.

Anexo 5: Imagens referentes ao trabalho da artista Luísa Ferreira Nunes.

Anexo 6: Imagem referente ao Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela.

Anexo 7: Inquérito populacional utilizado como meio de diagnóstico. Estudo de Público|| Políticas Culturais amigas do Ambiente.

Lista de Siglas e Acrónimos

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCV	Crescimento Verde
EEA	European Environment Agency
EFTA	European Free Trade Association
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
FEE	Foundation for Environmental Education
MARN	Ministério do Ambiente e Recursos Naturais
PNEC	Plano Nacional integrado Energia Clima
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RFV	Reforma Fiscal Verde
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

“Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

Antoine Lavoisier

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender qual o papel da Cultura e das Políticas Públicas na promoção de práticas amigas do ambiente, no território de Portugal continental? Ancorados à problemática serão abordados vários pontos de vista a partir dos contributos de vários autores para uma clara compreensão do impacto da cultura, políticas ambientais e culturais, da educação e das artes face à problemática ambiental. No que diz respeito às práticas amigas do ambiente, são essencialmente hábitos, costumes, condutas que contribuem para a promoção da responsabilidade ambiental.

Posteriormente, reunidas todas as nuances e individualidades referentes a uma amostra significativa das políticas culturais amigas do ambiente em Portugal continental, é fulcral chegar à caracterização e definição das mesmas. Especificamente objetiva-se perceber que é cultura, nomeadamente cultura ambiental e, quais as suas potencialidades, qual o impacto das políticas culturais na temática ambiental em Portugal continental, e, de que forma a cultura pode contribuir para a mudança de hábitos, bem como, compreender qual o influência da educação ambiental através da cultura.

O presente estudo revela-se fundamental para dar resposta aos problemas ambientais que têm sido um verdadeiro flagelo por todo o planeta, e, a urgência na mudança é afirmada por diversos autores. No entanto as opiniões divergem e há também autores que defendem a não existência das alterações climáticas. Posto isto, coloca-se a necessidade de promover aquilo são as políticas culturais amigas do ambiente em conformidade com a sua ampla aceção.

Em Portugal continental, cada vez mais, os estudos sobre as práticas ambientais definem de forma clara o perfil dos cidadãos amigos do ambiente. No entanto, é imprescindível compreender de que forma a consciência ambiental faz parte da realidade portuguesa e quais os agentes promotores dessas mesmas práticas amigas do ambiente.

De ressaltar, que em Portugal continental, já existem episódios concretos face à temática ambiental, no entanto, ainda há muito a fazer. Deste modo, importa perceber qual a relevância do tema a partir da sua adequação à realidade portuguesa, bem como, analisar o fenómeno das Políticas Culturais Amigas do ambiente em Portugal continental.

Neste sentido é urgente promover o debate, sensibilizar, educar e até auxiliar a

população em geral de modo a que se tornem agentes verdes, no campo da intervenção social e cultural. Sendo que as práticas amigas do ambiente já têm uma ligeira expressão, em Portugal continental, é crucial desenvolver esta questão de um modo formal e não formal, dirigida a todas as pessoas.

Por conseguinte, uma análise às políticas públicas e aos agentes culturais amigos do ambiente levará à perceção do real enquadramento desta matéria em Portugal continental.

Tendo em conta os objetivos propostos, considera-se que este trabalho se divide em 2 partes: o enquadramento teórico e simultaneamente os resultados da presente investigação.

No que diz respeito à estrutura da dissertação, esta é composta por três capítulos e diversos subcapítulos.

A parte I diz respeito ao enquadramento teórico de toda a investigação, onde individualmente, serão detalhados todos os pontos cruciais para uma melhor compreensão do presente trabalho. Para o efeito serão abordados os diferentes conceitos de Cultura, em particular o conceito de Cultura Ambiental. Para melhor compreender a matéria em questão procurou-se contextualizar o surgimento das políticas culturais relacionadas com a temática da proteção ambiental estabelecendo uma relação sustentável entre as Políticas Culturais e as Políticas Ambientais em Portugal continental (Capítulo 1); O enfoque centra-se no universo da educação ambiental onde são abordadas as questões alusivas aos hábitos e à influência da Cultura, em especial das Artes, como incentivo às práticas sociais amigas do Ambiente (Capítulo 2).

A parte II, explana toda a estratégia metodológica da investigação, nomeadamente os estudos-caso, construída a partir de 1 inquérito populacional e 3 entrevistas, 1 das quais realizada a o Cientista Político Jorge Fraqueiro e as 2 seguintes aos mentores dos projetos escolhidos com o intuito de fortalecer o presente estudo. Entre eles, o diretor e programador do Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela Mário Branquinho e a bióloga e artista Luísa Ferreira Nunes. Ainda nesta parte serão detalhados os resultados obtidos a partir da análise de dados através da investigação (Capítulo 3).

Por último, o ponto relativo às conclusões que contemplam as principais implicações retiradas desta investigação.

Parte I

1. Capítulo 1 | Políticas Culturais Amigas do Ambiente

1.1. Contextualização

O conceito de cultura surgiu em meados do século XVIII, através da união de dois conceitos “Kultur” e “Civilization”. O primeiro termo refere-se aos aspetos espirituais de uma comunidade, enquanto, o segundo diz respeito às ações materiais de um povo. Segundo o antropólogo Edward Tylor “a cultura ou civilização, entendida no seu sentido etnográfico mais amplo é um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e toda a demais capacidade ou hábito adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.”¹ Na obra “Antropologia Linguística”² do ilustre antropólogo italiano Alessandro Duranti é definida toda uma lista de teorias sobre o que é cultura. Dessa mesma lista fazem parte os prestigiados Clifford Geertz, Claude Lévi-Strauss, Karl Marx e Pierre Bourdieu. Segundo o antropólogo Clifford Geertz o mais importante é perceber o que é comum a todas as culturas, de modo a haver um entendimento entre culturas humanas. Para Lévi-Strauss a cultura molda-se à mente humana e aos diversos ambientes em que os seres humanos se inserem, de modo a que possam conviver em harmonia. Segundo Karl Marx um dos mais importantes pensadores do século XIX, a cultura é vista como um regulador entre o ser humano e os seus compromissos, bem como, tudo aquilo que produz com a intenção de atingir os seus fins, sejam eles de índole material ou não. De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu a cultura é um sistema de práticas equilibradas entre as relações que se estabelecem dentro de uma sociedade, sendo elas entre indivíduos, bem como, entre indivíduos e instituições. Para Manuel Antunes, um dos maiores pensadores portugueses do século XX, a cultura é “a ação que o homem realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo visando uma transformação ou realização para melhor”³. Neste sentido invoca a cultura para uma dimensão mais humanística que apela às faculdades intelectuais e físicas do homem, desencadeando uma melhoria nas relações com o outro e com o seu meio

¹ Tylor, E. (1871), *Primitive Culture*. London: John Murray. p.1.

² Duranti, A. (1997). *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Pres. Disponível em: <https://reflexionesdecoloniales.files.wordpress.com/2017/01/antropologia-linguistica-alessandro-duranti-copia.pdf>, consultado, 08/02/2019

³ Antunes, M.; Oliveira, J.M. (1967). Cultura. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, V.6. pp.578-579.

envolvente. Por outras palavras, a cultura é uma espécie de guia de comportamentos capaz de determinar como agimos em relação aos outros, ao mundo e ao meio ambiente. Por conseguinte, o meio ambiente, segundo Ana Maria Primavesi, referência mundial da agroecologia, não é apenas o espaço em que se vive, "mas o espaço do qual vivemos."⁴ Segundo o geógrafo socio-ambiental Francisco de Assis Mendonça "o meio ambiente é visto como um recurso a ser usado, no entanto deve ser repensado, analisado e protegido, em conformidade com as suas diferentes condições, numa atitude de respeito, conservação e preservação."⁵ Maria Célia Nunes Coelho, especialista em ecologia política, refere que "o meio ambiente é social e historicamente construído."⁶ De modo que, inclui o homem e tudo o que o envolve desde que se verifique um equilíbrio. Para fundamentar o propósito deste trabalho é fulcral desmontar a relação entre cultura e ambiente. No seguindo, surgem três abordagens interessantes: Ecologia Cultural, Cultura Ecológica e Cultura Ambiental.

A ecologia cultural surgiu nos Estados Unidos, durante o século XX, a partir do contributo dos antropólogos Julian Steward e Leslie White. Também os evolucionistas Edward Tylor (1871), Lewis Morgan (1871) e Friedrich Engels (1884) influenciaram os ecologistas culturais.

Segundo o antropólogo Julian Steward (1902-1972) criador do termo Ecologia Cultural define a mesma como: "o estudo dos processos pelos quais uma sociedade se adapta aos ambientes físicos e sociais". Assim, a cultura inclui a tecnologia, a economia e a organização social. Segundo o documento "Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente"⁷, compreende-se que "o conceito de *culture core* ("cerne cultural") é introduzido por Steward e este é definido como todas as características culturais relacionadas à subsistência e economia." Por outras palavras o estudo da ecologia deve ser o *cerne cultural*, pois, a grande questão de Steward relaciona-se com a quantidade, qualidade e distribuição de recursos que muitas vezes é desequilibrada. "Outra contribuição importante de Steward é a de evolução multilinear. Em vez da evolução ser unilinear, como pensavam os evolucionistas do século passado, a cultura evolui através de várias li-

⁴ Primavesi, A. M. (1997). *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel. p.20

⁵ Mendonça, F. (2005). *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto. p.64

⁶ Coelho, M. C. (2001). Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, A. J. T., Cunha, S. B. (organizadores.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.23

⁷ Begossi, A. (1993). *Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente*. INTERCIENCIA 18(1). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships, consultado a 05/02/2020. p.6

nhas diferentes. Cada linha (...) inclui culturas diferentes, mas com certas similaridades que se relacionam a pressões ambientais semelhantes.”⁸

O conceito cultura ecológica é um pouco vago do ponto de vista conceptual, no entanto é muitas vezes associado às práticas anticapitalistas. Segundo o sociólogo ambientalista Leff, a cultura ecológica “é um sistema de valores ambientais que orienta um conjunto comportamentos individuais e coletivos, relativos às práticas de uso dos recursos naturais e energéticos; a vigilância dos agentes sociais perante os impactos ambientais de projetos de desenvolvimento e a disposição dos desperdícios tóxicos e perigosos; a organização da sociedade civil para a defesa dos seus direitos ambientais; a participação das comunidade na autogestão dos seus recursos naturais”.⁹ Para o escritor e naturalista Araújo, a “cultura ecológica”¹⁰ assenta no princípio de viver de acordo com um único e verdadeiro sentido da vida: a continuidade da mesma e, não viver nos limites da sobrevivência ou da aniquilação da sensibilidade. É necessário viver com dignidade com o bem-estar ao alcance de todos.

Como movimento e sinónimo de cultura ecológica, a cultura ambiental está amplamente ligada ao domínio político e ao processo educacional, que visa despertar a consciência humana face às questões ambientais. Esta causa procura desenvolver a responsabilidade ambiental e conseqüentemente provocar uma mudança na ação humana em relação ao meio ambiente com a finalidade de garantir a sustentabilidade e a virtude do mesmo, para usufruto das gerações atuais e futuras. Desse modo, a cultura ambiental¹¹ deve estar ao dispor de todas as pessoas, a todos os níveis suportada por uma metodologia de educação formal e não formal. Com o passar do tempo, a relevante missão direcionada para a educação uniu vários especialistas do meio ambiental. “O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é a principal autoridade ambiental global que determina a agenda internacional sobre o meio ambiente, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Uni-

⁸ Idem.

⁹ Leff, E. (2000). Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Junior, A; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J.; Navegantes R. (Ed.) *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora. p.30. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314375092_Complexidade_interdisciplinaridade_e_saber_ambiental

¹⁰ Araújo, J. (1995). *La cultura ecológica*. Tegui: Editorial Fundación César Manrique. (Colección Cuadernas). p.72.

¹¹ Fundo Ambiental, “Apoiar uma Nova Cultura Ambiental: Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental”, 2017. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/apoiar-uma-nova-cultura-ambiental-pdf.aspx>

das e serve como autoridade defensora do meio ambiente no mundo”¹², desde 1975. No seguimento, entende-se que os conceitos de cultura ecológica e cultura ambiental, sendo sinónimos, são fulcrais para o presente estudo, pois, é a partir deles que se concebem as práticas amigas do ambiente. Por sua vez, para a concretização desse engenhos amigos do ambiente, são necessários um conjunto fatores como a cultura, os hábitos, a educação, as atividades artísticas, as políticas ambientes e culturais. Segundo Alexandre Melo “Qualquer país que queira “energizar” a sua sociedade, no sentido de fazê-la participar da dinâmica global, tem que fazer uma aposta forte na política cultural.”¹³ Importa compreender que “os objetivos culturais são fundamentais para assegurar a qualidade de vida e as possibilidades de desenvolvimento social.”¹⁴

1.2. Breve introdução histórica sobre políticas culturais

Este subcapítulo revela-se indispensável para compreender o nascimento das políticas culturais no campo nas políticas públicas, num contexto europeu, pois a partir daqui a cultura passa a ter um papel essencial para o desenvolvimento.

“A institucionalização das políticas culturais na esfera das políticas públicas consolida-se na segunda metade do século XX”.¹⁵ É de salientar, o processo pelo qual o princípio da democratização da cultura orienta e legitima a maioria das políticas culturais desenvolvidas na Europa e no mundo anglo-saxónico, a partir da década de 60. Até então, eram conhecidos apenas três momentos marcantes na história das políticas culturais. Em primeiro plano, “as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola nos anos trinta do século passado¹⁶, depois a instituição do Arts Council em Inglaterra na década de quarenta¹⁷ e, mais tarde, a criação

¹² Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), “Sobre o PNUMA”. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>

¹³ Melo, A. (2010). Lugar da Cultura na política do século XXI. Trajectos. In *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 16. p. 210.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Costa, P. (2015). *Políticas culturais para o desenvolvimento*. colab. Martins M., Rodrigues V. Conferência ARTEMREDE; Almada. p.24.

¹⁶ A Segunda República Espanhola foi proclamada a 14 de abril de 1931 na sequência da vitória republicana nas eleições municipais, tendo como primeiro presidente Niceto Alcalá-Zamora. Fim da ditadura de Miguel Primo de Rivera.

¹⁷ Em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o Conselho para a Promoção da Música e das Artes (CEMA), foi nomeado para ajudar a promover e manter a cultura britânica. Presidido pelo Senhor De La Warr, presidente do Conselho de Educação, o Conselho foi financiado pelo governo e depois da guerra foi rebatizado o Arts Council of Great Britain.

do Ministério dos Assuntos Culturais em França, no ano de 1959.”¹⁸ Dada a importância da iniciativa francesa é também a mais aprofundada: “a criação do Ministério de Cultura em França, constitui dentre elas a experiência mais acabada de institucionalização da cultura”.¹⁹ Com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais, dirigido por André Malraux nasceram também as políticas culturais no ocidente. Na verdade, Malraux: “estabeleceu o princípio conforme o qual as autoridades públicas têm responsabilidade com a vida cultural dos seus cidadãos, do mesmo modo que a têm (...) com a educação, saúde e bem-estar.”²⁰ Do ponto de vista histórico, observa-se que no vínculo entre cultura e política existiu sempre uma supremacia da política a dominar a cultura. Com a criação das políticas culturais, uma visão contemporânea nascia nas medidas tomadas e, de acordo com Herman Lebovics “O Ministério de Assuntos Culturais terá como missão tornar acessíveis as obras capitais da Humanidade (...) ao maior número possível de franceses, garantir a ampla difusão do património cultural, e favorecer a criação de obras de arte e do espírito que a enriquecem.”²¹

No decorrer do celebre maio de 68²², o modelo das políticas culturais foi posto em causa sobretudo por estudantes que acreditavam numa nova estratégia cultural inovadora com a intenção de derrubar a ideologia tradicional. Assim, começaram por promover espetáculos, festivais, exposições e outros modos de animação cultural, desencadeando a participação ativa de toda a comunidade.

Inventadas as políticas culturais, inicia-se a sua integração como tema relevante na agenda pública internacional. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é a mais expressiva instituição multilateral que concretiza um trabalho árduo no campo cultural.

¹⁸ Rubim, A. C.; Rocha, R. (2012). *Políticas Culturais: Panorama das Políticas Culturais no Mundo*. p.14. Disponível em: https://www.academia.edu/26921429/Pol%C3%ADticas_Culturais

¹⁹ Fernández, X. B. (2007). *Financia acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas*. O Público e o Privado. Fortaleza, v.9, jan./jun., p.113.

²⁰ Lebovics, H. (2000). *La mission de Malraux*. Buenos Aires: Editora Universitária de Buenos Aires: EIDEBA. p.292.

²¹ Indem

²² O ano de 1968 conheceu, mundialmente, uma efervescência político-social fora do comum. Com o famoso Maio francês e a sua histórica greve geral, com a notável Primavera de Praga que despoletou uma esperança na possibilidade de um socialismo autêntico – eventos que se constituem nos dois movimentos de maior densidade política e social do ano, ambos autênticas revoluções. Mas, também, com importantes mobilizações, nos quatro cantos do mundo. Sem sombra de dúvidas, 1968 foi um ano ímpar. Não por uma acumulação fortuita de coincidências, não por um puro acaso. Foi a expressão de que, naquele ano, “houve realmente um movimento internacional”. (Groppo, 1992. p.17.)

Dada a importância da cultura como fator de desenvolvimento fez com que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) encesse este conjunto de declarações:

- **1952** - Declaração Universal dos Direitos de Autor.
- **1966** - Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional.
- **1967** - Mesa-redonda sobre políticas culturais – Mônaco.
- **1968** - Gênese da ideia de encontro sobre as políticas culturais.
- **1970** - Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais – Veneza.
- **1970** - Convenção sobre as Medidas que se Devem Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais.
- **1972** - Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.
- **1978** - Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais.
- **1980** - Recomendação Relativa à Condição do Artista.
- **1982** - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Cidade do México.
- **1989** - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.
- **1998** - Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o desenvolvimento.
- **2001** - Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.
- **2005** - Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Tabela 1 - Principais iniciativas culturais da UNESCO. Fontes: Site da UNESCO e bibliografia utilizada.

A influência da UNESCO torna-se evidente no patamar das políticas culturais através das suas intervenções. Os temas dominantes na conferência de abertura, em 1970, tinham como objetivo incentivar os grupos de estado e a comunidade em geral a participar ativamente no sector da cultura realçando o ser humano como princípio maior do desenvolvimento. Nesta mesma conferência outros assuntos de maior interesse foram abordados, nomeadamente: a necessidade de

fomentar o desenvolvimento cultural; a aposta na afirmação da cultura, quer na identidade, no património e assim como na criatividade. Também a nova aceção de cultura fez eco nas intervenções posteriores à UNESCO e nas políticas culturais elaboradas em todo mundo.

Mais tarde, em 1998, a partir da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, outras e novas questões ganham voz, tais como: a integralidade e transversalidade da cultura e das políticas culturais; as políticas culturais como ponto fulcral da política de desenvolvimento sustentável e, por último o património imaterial/intangível. A existência de uma estrutura alicerçada nos vários tecidos da sociedade é imprescindível para o debate dos novos desafios no âmbito das políticas culturais de hoje. No entanto, para o nascimento deste momento, é importante ressaltar a intervenção da UNESCO e de todo programa público realizado.

1.3. Políticas Culturais em Portugal

O presente subcapítulo centra-se sobre as políticas culturais em Portugal, pois, é necessário compreender melhor o meio envolvente do objeto de estudo. Nesse sentido serão abordados os momentos chave da criação e desenvolvimento das políticas culturais tendo em conta o seu contributo para as práticas amigas do ambiente. Deste modo, após a Revolução de maio de 1926, Portugal, atribuiu ao regime autoritário o direito de definir que cultura convinha aos portugueses e quais os valores que a deveriam enformar²³, impondo a qualquer tipo de manifestação artística ou cultural, “a prévia garantia do absoluto respeito pelos princípios fundamentais da estrutura filosófica do Estado Novo.”²⁴ Para assegurar a ideologia política, “assumida sob a forma de uma associação da identidade nacional com uma suposta portugalidade construída como que em forma de espelho relativamente às bases da cultura europeia do século XX.”²⁵ Todavia, foram criados mecanismos para a regulação e fiscalização de um setor que estava dividido em dois conceitos: cultura popular e cultura erudita. Em 1929 foi criada a Junta de Educação Nacional que tinha como missão promover “a expansão da cultura portugue-

²³ Santos, M. L. L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. p.63.

²⁴ Diário do Governo, “I Série Nº 116, 1936: 543”. Disponível em: <https://dre.pt/application/contendo/32294>

²⁵ Nery, R. V. (1997). A esquerda democrática e o princípio do serviço público cultural. In Juventude Socialista (org.), *O que é Governar à Esquerda?*. Lisboa: Gradiva. p.288

sa.”²⁶ Anos mais tarde foi renomeada para Junta Nacional de Educação até ao fim do regime. Em 1968, com algumas expectativas, dá-se a chegada de Marcelo Caetano à chefia do Governo, no entanto, as medidas implementadas não provocaram qualquer alteração na dinâmica dos portugueses.

Durante o Estado Novo a ausência de liberdade de expressão foi nociva. Um dos objetivos consistia na salvaguarda da sociedade, pois, os perversos artistas poderiam provocar desordem moral e cívica através das suas criações. Assim, assegurou-se que a cultura era “dominada, sobretudo, pela dimensão propagandística.”²⁷ “O que contribuiu de forma substantiva para que o essencial da evolução cultural europeia à época não tivesse, em Portugal, uma correspondência direta.”²⁸

Em 1974 e com o regime salazarista em cena o setor da cultura estava sob responsabilidade da Junta de Educação Nacional. “No mesmo ano, através do golpe militar a 25 de abril, instaura-se a democracia em Portugal, revolucionando todos os sistemas.”²⁹ Em 1976, foi aprovada a constituição que se encontra em vigor atualmente. Esta marcou o início de um novo período político em que se sucederam vários governos.

Solucionados os problemas mais urgentes, é na década de 80 que há um maior foco na área da cultura: “A partir dos anos 80 a cultura passa a constituir um tema recorrente do discurso político, sendo as questões culturais cada vez mais discutidas na Assembleia da República.”³⁰ No plano internacional, começam a perceber-se os potenciais benefícios económicos da cultura: os anos 80 representaram um redirecionamento geral muito importante da política cultural: a viragem para a economia como nova perspectiva de avaliação e legitimação da Ação cultural pública.

Entre 1985 e 1995, assistiu-se a um importante desenvolvimento, tanto a nível de financiamento como de realização de projetos, relacionado com a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986. Foi no ano de 1995, que se criou pela primeira vez, em Portugal, um Ministério da Cultura, “evidenciando a relevância do setor

²⁶ Ministério da Instrução Pública, “I Série Nº 13, 1929: 123”. Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1921_1930/1929/1929_01_dg13_decreto_16381.pdf

²⁷ Santos, M. L. L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. p.63.

²⁸ Idem.

²⁹ Silva, A. S., et al. (1998). “Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos ilustrativos de uma difícil relação”. *Cadernos de Ciências Sociais*. p.69

³⁰ Idem.

cultural na organização do Governo.”³¹ “Nos períodos em que não funcionou o Ministério, a cultura era responsabilidade ou da Secretaria de Estado³² ou estava dispersa por outros ministérios.”³³ A datar de 1976, têm incidido nas políticas culturais nacionais vários objetivos, entre os quais, a democratização da cultura (acesso aos bens culturais), a descentralização da oferta cultural, a afirmação da identidade cultural nacional (valorizando-se, por exemplo, a língua portuguesa), a salvaguarda do património, o apoio à criação e o incentivo à prática do mecenato cultural. “Desde cerca de 1985, outros tópicos relevantes são a internacionalização através da promoção da identidade portuguesa, a participação em projetos internacionais e a profissionalização da administração do setor cultural.”³⁴

Segundo José Madureira Pinto o campo das políticas culturais incide sobre os “modos de relação com os bens culturais” e sobre os “espaços sociais de afirmação cultural”.³⁵ Por outras palavras o autor refere-se à criação cultural e à sua receção, assim como, aos espaços, sejam eles de índole doméstico ou coletivos. Neste sentido o espaço coletivo é bastante importante para política cultural, no seu sentido mais amplo, pois, estará mais próxima da contemporaneidade “quanto mais recusar a lógica dos espaços reservados da cultura para articular territórios, espaços públicos e criações culturais”.³⁶

No programa do atual Governo compreende-se a real intenção de “investir na Cultura”.³⁷ Em termos de princípios, objetivos e estratégias das políticas culturais considera-se que a finalidade é enriquecer o campo ou o universo de possibilidades abertas à prática cultural dos cidadãos. A opção estratégica é intervir sobre as condições que estruturam essa prática. Deste modo, “são identificadas quatro condições essenciais: a) condições de produção e criação cultural em sentido am-

³¹ Silva, A. S. (2007). “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54. p.12.

³² Desde a criação do Ministério, apenas entre 2011 e 2015, o mesmo não existiu, ficando a área da Cultura dependente do Secretário de Estado da Cultura ligado à Presidência do Conselho de Ministros.

³³ Silva, A. S. (2007). “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54. p.76

³⁴ Idem. pp.70-75

³⁵ Pinto, J. M. (1994). Uma reflexão sobre políticas culturais. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia. pp.767-792.

³⁶ Silva, A. S. (2003). “Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa.” *OBS*, 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais. pp.10-20.

³⁷ República Portuguesa, “Programa do XXI Governo Constitucional, 2015-2019.” pp.2-3. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>

plo; b) condições de “reprodução”, disponibilização, conservação, preservação e valorização patrimonial, bem como de investigação, crítica, divulgação e ensino; c) condições de acessibilidade aos bens culturais, de ordem física, financeira ou simbólica; d) condições de fruição em diferentes modalidades e intensidades.”³⁸

Apesar do consumo de atividades culturais, designadamente artísticas, envolverem um nível de participação (emocional e intelectual), considera-se que, neste mesmo âmbito, participar implica também o processo criativo, a possibilidade da participação através da expressão da criatividade individual ou coletiva. O indivíduo só se expressa parcialmente através do consumo, uma vez que o consumo é realizado por meio dos bens disponibilizados pelo mercado, onde a atuação se dá maioritariamente por impulsos induzidos ou hábitos adquiridos. Por outras palavras, para evocar o tema da participação é necessário incluir todos os aspetos relacionados com a diversidade cultural. As práticas amigas do ambiente devem ser pensadas na esfera da cultura e das políticas públicas, no seu sentido mais amplo, pois, a cultura e o ambiente são consubstanciais.

1.4. Políticas Ambientais no caso Português

1.4.1. Contextualização

O atual subcapítulo baseia-se no documento Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base³⁹ onde se entende que a “política europeia do ambiente remonta a 1972, ano em que se realizou em Paris o Conselho Europeu, no qual os Chefes de Estado e de Governo europeus (na sequência da primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente) declararam a necessidade de uma política ambiental comunitária que acompanhasse a expansão económica.” Deste modo, “apelaram à elaboração de um programa de ação. O Ato Único Europeu de 1987 introduziu um novo título “Ambiente”, que constituiu a primeira base jurídica da política ambiental comum, com vista a preservar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana e assegurar uma utilização racional dos recursos naturais. As revisões posteriores do Tratado reforçaram o compromisso assumido pela Europa em matéria de proteção ambiental e o papel do Parlamento Europeu no respetivo desenvolvimento.” Assim sendo, “o Tratado de Maastricht (1993) fez do ambiente um domínio de intervenção oficial da União Europeia (...). O Tratado de Amesterdão (1999) instituiu o dever de integrar a proteção do ambiente em todas as polí-

³⁸ “Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável”, junho 2010. p.106. Disponível em:

https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8953/1/LIVRO_Cultura%20e%20Desenvolvimento%20Humano%20Sustentável%20-%20Rui%20Matoso%202010_.pdf,

³⁹ Parlamento Europeu, “Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base”. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.5.1.pdf,

ticas setoriais da União Europeia, tendo em vista promover o desenvolvimento sustentável. Com o Tratado de Lisboa (2009), a luta contra as alterações climáticas tornou-se um objetivo específico, bem como o desenvolvimento sustentável nas relações com países terceiros. Esta nova personalidade política permitiu à União Europeia celebrar acordos internacionais.”

1.4.2. Políticas Ambientais no caso Português

Para melhor compreender de que modo as políticas ambientais podem ser essenciais no paradigma cultural revela-se fundamental fazer uma descrição desde a criação ao desenvolvimento das mesmas.

Segundo a Constituição da República Portuguesa “Todas as pessoas têm o direito a conviver com o ambiente, assim como, o dever de o defender; “Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações”; “Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente”. Estes são os deveres que acarretamos, bem como, o Estado tem a incumbência de preservar a qualidade do ambiente em Portugal, nós, como população portuguesa devemos também cumprir deveres, tentando assim preservar a qualidade de vida da humanidade.⁴⁰

De acordo com as palavras de Luísa Schmidt entende-se que “em Portugal, as políticas ambientais acompanharam de certo modo o processo de outros países europeus. No entanto, existem três episódios que definem em largo modo os frustrantes resultados e a sua fraca ressonância cívica. Um dos problemas foi o colapso total da sociedade rural e a forma fugaz como aconteceu. Outro, foi o desfasamento em relação ao processo internacional, cujas razões e estratégias coincidiram com esta mesma realidade portuguesa. Por último, a falta de sensibilização para uma cultura ambiental através das políticas públicas. Portugal apresenta persistentemente mau desempenho ambiental. A sociedade civil e a opinião pública demoraram a integrar o assunto como prioridade, e os executivos mantêm as políticas ambientais um pouco à margem da governação.”⁴¹ (Schmidt, 2008)

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi o ponto de viragem para que Portugal inaugurasse o campo das políticas ambientais à semelhança dos restantes países da Europa. “Nos anos 60, o Ocidente já se inquietava com as primeiras marés ne-

⁴⁰ Constituição da República Portuguesa, “C.R.P.VII Revisão Constitucional 2005: art. 66”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>

⁴¹ Schmidt, L. (2008). Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In *Itinerários*. A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. p.285. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303689643_Ambiente_e_Politiclas_Ambientais_Escalas_e_Desajustes

gras. O Clube de Roma revelava alguma preocupação com os sinais de crise, devido ao intenso processo de desenvolvimento industrial no mundo. Portugal, sempre uma espécie de “museu rural” na Europa, vivia numa alienação apenas interrompido por algumas vozes críticas, oriundas sobretudo dos meios intelectuais.”⁴² À época, Portugal, tinha condições económicas, sociais e ecológicas bem diferentes da maioria dos outros países europeus. “Muito telegraficamente, a predominância de um modelo de sociedade tenazmente rural centrada em valores tradicionais; um movimento de industrialização tardio e incipiente; mas também um repentino processo de urbanização e suburbanização provocado pelo êxodo rural, com o correspondente despovoamento do interior, agravado pela intensidade do fluxo emigratório para a Europa.”⁴³

Segundo a socióloga Luísa Schmidt “a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla inglesa) em 1959, com a intenção de avançar para uma nova dinâmica económica, acabou por ficar aquém das expectativas. Mais que o atraso, o problema do nosso tecido industrial era a sua fragilidade assente numa escala reduzida, com elevados custos geoestratégicos e conseqüente competitividade limitada. O arranque industrial que mesmo assim se verificou nos anos 60 saldarse-ia pela instalação de grandes unidades poluentes em locais estratégicos como o litoral”⁴⁴ ou o interior tendo em conta a transição entre um rio e o mar.

“A década de 60 foi atravessada por outros dois fenómenos cruciais: a guerra colonial e o êxodo migratório de uma população que trocou os campos pelo trabalho na construção civil na zona de Lisboa e na Europa. Durante muitos anos as remessas de emigrantes tiveram um efeito complexo no desenvolvimento do país.”⁴⁵

“No começo dos anos 70, quando surgiram as primeiras medidas administrativas de proteção ambiental, a sociedade rural portuguesa já estava profundamente desagregada e afetada pelas marcas simultâneas”⁴⁶ dos momentos passados. (Schmidt, 2008) Um cenário que prejudicou fortemente o desenvolvimento das políticas ambientais e a conseqüentemente aceitação pública.

No contexto europeu ocidental, as circunstâncias eram outras. “A Segunda Guerra Mundial causara em muitos países uma destruição urbana e paisagística, (...) que, com a ajuda do Plano Marshall, ocorreu um *boom* desenvolvimento sem precedentes a “era de ouro” do Ocidente, segundo Hobsbawm.”⁴⁷ A génese de quase

⁴² Idem. p.286.

⁴³ Idem. p.286.

⁴⁴ Idem. p.286.

⁴⁵ Idem. p.287.

⁴⁶ Idem. p.287

⁴⁷ Idem. p.287.

todas as disfunções no campo ambiental deve-se às práticas intensivas.

Portugal sem energia nuclear, sem grandes níveis de poluição industrial e com um processo urbanístico pouco progressista dispunha, “nos finais dos anos 60, cerca de 40% da sua população ativa na agricultura.” Face ao cenário predominante no país, Portugal, tinha sérias dificuldades em dar resposta aos avanços do Ocidente. Devido a tudo isto aumentavam os fatores culturais. “Os campos significavam fome, miséria e frio; o mar ainda era o sítio onde morriam os pescadores. A razão ambiental europeia tinha uma fraquíssima leitura em Portugal, e isso inscreveu uma sensação de artificialidade em medidas que vinham de fora para dentro, ou do alto das administrações para baixo- em sistema *top-down*.”⁴⁸ Contudo, os altos níveis de analfabetismo e a débil participação pública, devido ao fato de ser altamente monitorizada, fazia da população portuguesa à época pouco interventiva. “A censura extravasava as questões estritamente sociopolíticas, estendendo-se a problemas de natureza ambiental, sobre os quais, não sendo proibido, era politicamente inconveniente falar, por serem negativos à imagem de Portugal.”⁴⁹ Deste modo, “as próprias notícias sobre os movimentos sociais e contestações cívicas ambientais que ocorriam noutros países do Ocidente” eram de certo modo selecionadas. Todavia as catástrofes ambientais eram divulgadas, “o *smog* em Londres nos anos 50, a maré negra do Torrey Canyon na Bretanha em 1967, a poluição dos rios Tamisa, Sena e Reno. Os desastres passavam na RTP, desde que fossem “lá fora” e sugerissem uma moralidade. (...)”⁵⁰ Sobre Portugal, “a RTP mostrava um país são e salvo dessas desgraças do “progresso”. O panorama rural aparecia na televisão como fator positivo, sintoma da harmonia, boa qualidade natural e moral do País.”⁵¹ Devido à censura, à iliteracia e ao analfabetismo sem retorno criou-se uma sociedade civil pouco interessada nos problemas ambientais. Deste modo, “compreende-se que as três primeiras grandes catástrofes ambientais em Portugal - cheias de 67, a maré negra de Leixões em 75 (...) e os incêndios de 75 tivessem dificuldade em ser vistas como tal. As cheias eram uma desgraça natural, (...) o que as causara era “chuva” e não o desordenamento, tal como o que provocava os incêndios era o “fogo”, e não o tipo de florestas.”⁵² (Schmidt, 2003) As leis ambientais, devido às suas fragilidades dificilmente eram assumidas ou transformadas em “hábitos”.

Observe-se então o percurso das políticas, das problemáticas e dos temas ambien-

⁴⁸ Idem. p.287.

⁴⁹ Idem. p.287.

⁵⁰ Idem. p.287.

⁵¹ Idem. p.287.

⁵² Idem. p.298.

tais ao longo dos últimos 40 anos, com destaque nos momentos fulcrais. Com adesão à União Europeia, em 1986, consagrou-se um marco na política ambiental do País, com mais exigências e nova legislação. O processo de adesão foi um “impulso externo” decisivo. A União Europeia trouxe claras vantagens de apoio financeiro para infraestruturas básicas e consequente melhoria das condições de vida.

Em 1990, o Ambiente passa de secretaria de Estado a Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN), alargando as suas competências a diversos setores tão importantes como a gestão do litoral e a caça nas áreas protegidas. Inicia-se a sua consolidação administrativa, marcada pela transposição interna de diretivas europeias e pela passagem de algumas medidas ambientais obrigatórias.

No período de tempo, entre 2000 e 2010, é visível um importante *upgrade* nos dados informativos disponibilizados nos Relatórios de Estado do Ambiente.⁵³ Bem como, um avanço no pensamento estratégico de modo a “assegurar um modelo de desenvolvimento em que a proteção do Ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e, que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e fator de diferenciação positivo.”⁵⁴

Importa reforçar que a concretização dos desígnios à escala Europeia tornou-se decisiva na gestão do país, pois, deixou-se de existir condescendência face aos deslizes no incumprimento das orientações vinda “de cima”.

Atualmente, este modelo permanece e os maiores estímulos, na dimensão da política ambiental são oriundos da União Europeia ou das Nações Unidas. Embora se verifiquem progressos desde os anos 70 até à atualidade, conclui-se que a população portuguesa mantém-se pouco proactiva, em relação às questões ambientais. Como referido anteriormente, a perspetiva clássica das políticas públicas baseado num sistema *top down, de cima para baixo*, pode ter desencorajado a participação cívica na implementação das políticas ambientais em Portugal.

Como alternativa à mundial crise financeira, de 2008, muitos foram os países europeus que encontraram soluções nas políticas orientadas para a economia verde. Em Portugal, surgiram incentivos como o Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), a Reforma Fiscal Verde (RFV), no ano de 2015, ou o prémio Lisboa Capital Verde Europeia 2020 que trouxeram um novo alento ao pensamento estratégico ambiental. Ainda assim, são esperadas implementações mais efetivas em todos os tecidos do desenvolvimento sustentável.

⁵³ Agência Portuguesa do Ambiente, “Relatórios de Estado do Ambiente (APA, 2008)”. Disponível em: <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/Geodocs/geoportaldocs/REA/rea2008.pdf>

⁵⁴ Mota, I. A. et al. (2005). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005/ 2015 – Um Projeto para Portugal*. Lisboa: Pandora. p.10.

1.5. Relação Cultura-Ambiente

Para melhor compreender o teor do presente estudo é necessário rever a relação entre cultura e ambiente no seu sentido mais amplo. Se por um lado a cultura ecológica alude ao campo das políticas públicas, a cultura ambiental à sua semelhança orienta também num sentido mais pedagógico. Quer isto dizer que ambas atuam em conjunto, de modo alcançar o desenvolvimento sustentável, dando origem a “uma nova cultura ambiental”.⁵⁵

Deste modo, o atual Governo português propõe inúmeros incentivos para Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental. “As operações (e.g., programas, projetos e ações) a apoiar deverão contribuir para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos, que conjugue a equidade entre gerações e a qualidade de vida dos cidadãos, garantido o alinhamento com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020.⁵⁶ Neste contexto, o Fundo Ambiental estabelece-se como plataforma de investimento no apoio de políticas ambientais, financiando entidades, atividades ou projetos que contribuam para a capacitação e sensibilização em matéria ambiental. Pretende-se com o presente aviso, promover operações de Educação Ambiental, incentivando a sua replicação por outros agentes ou regiões e fomentando a criação de parcerias como forma de projetar uma sociedade mais inovadora, inclusiva e empreendedora, estimulando o debate público sobre os valores associados ao desenvolvimento sustentável”.⁵⁷

Deste modo, a noção de desenvolvimento sustentável, surgiu na segunda metade da década de 80, através do Relatório Brundtland intitulado “*Nosso Futuro Comum*” ou “*Our Common Future*”, publicado em 1987. Este documento define Desenvolvimento Sustentável como expressão de desenvolvimento que “responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”⁵⁸. Por outras palavras, esta noção

⁵⁵ Diário da República, Fundo Ambiental, “Apoiar uma nova cultura ambiental: Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental”, 2017. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/legislacao/aviso-n-83682017-apoiar-uma-nova-cultura-ambiental-pdf.aspx>

⁵⁶ Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), “Educação Ambiental”, 2020. Disponível em: <https://enea.apambiente.pt/content/enea-2020?language=pt-pt>

⁵⁷ Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), “AVISO 2017 - APOIAR UMA NOVA CULTURA AMBIENTAL.” Disponível em: <https://enea.apambiente.pt/content/aviso-2017-apoiar-uma-nova-cultura-ambiental>

⁵⁸ Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>

de Desenvolvimento Sustentável envolve três campos: o crescimento económico, a inclusão social e o equilíbrio ambiental. O mote ideal para modelo estratégico com vista ao progresso quer a nível local, regional, nacional ou até global, articulando quatro dimensões como a sustentabilidade económica, cultural, social e ambiental.

Posteriormente, com a intervenção da cultura nas políticas e programas de desenvolvimento surge o período do desenvolvimento sustentável:

“O extraordinário poder da cultura para promover e permitir o desenvolvimento verdadeiramente sustentável é especialmente evidente quando a abordagem centrada nas pessoas e baseada no local é integrada aos programas de desenvolvimento (...).”⁵⁹ Sendo que, lentamente, a dimensão cultural seria enquadrada num sem fim de programas e iniciativas políticas Europeias, nomeadamente:

- **1992** - Convenção sobre Diversidade Biológica.
- **1993** - Tratado de Maastrich.
- **1997** - Tratado de Amesterdão.
- **2005/2014** - Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
- **2006** - Cultura na Política do Desenvolvimento.
- **2006** - Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, 2006.
- **2008** - Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia, 2008.
- **2010** - Capital Verde Europeia, 2010.
- **2011** - Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

Tabela 2 - Programas e iniciativas políticas Europeias.

A sustentabilidade cultural foi implementada oficialmente oito anos após o celebre Relatório Brundtland⁶⁰ que introduziu no pensamento político global o novo conceito de desenvolvimento sustentável. Sendo a intervenção da cultura como alicerce para o desenvolvimento sustentável relativamente recente é precisamente

⁵⁹ “The extraordinary power of culture to foster and enable truly sustainable development is especially evident when people-centered and place-based approach is integrated into development programmes (...).” (UNESCO, 2013, p.2), (Tradução de autoria própria).

⁶⁰ O Relatório Brundtland foi apresentado em 1987 e define Desenvolvimento Sustentável como um modelo de desenvolvimento que "responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades". Disponível em: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>.

em 1995, através do Relatório da World Commission on Culture and Development “*Our Creative Diversity*”⁶¹ que se introduziu no debate público o papel da dimensão cultural no âmbito das políticas ambientais. Assim, a cultura estabelece-se no seio do crescimento económico, da evolução social e cultural e, do equilíbrio ambiental enquanto peça fulcral no pensamento e na ação das políticas europeias de desenvolvimento sustentável. Se por um lado, estava posicionada numa frente relacionada com o desenvolvimento do sector cultural em si mesmo como o património, a criatividade, as indústrias culturais e o turismo cultural; por outro, procurava orientar o campo da cultura face às políticas públicas Europeias, em particular, todas aquelas relacionadas com educação, economia, ciência, comunicação, ambiente, coesão social e cooperação internacional.

Como resultado deste processo evolutivo assiste-se à ascensão da cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável, chave fulcral do exercício governamental e das políticas públicas, pois, considera-se imprescindível “fomentar uma relação mais estreita entre a cidadania, a cultura e o desenvolvimento sustentável.”⁶²

Segundo Throsby “entre as dificuldades de inserção da cultura nas políticas ambientais e de sustentabilidade reconhecem-se três momentos. Primeiramente surge a discórdia entre teóricos perante as dificuldades conceptuais acerca da palavra “cultura” e, depois, o longo tempo para compreender a simbiose entre cultura e desenvolvimento sustentável”.⁶³

Ainda assim, são de destacar as características que fomentam os princípios para a sustentabilidade cultural, em particular: “Reconhecer os valores culturais locais; a igualdade de direitos; a lógica cultural dentro das comunidades; nas políticas de planeamento; e a criação de um suporte para as abordagens de participação social. A sustentabilidade cultural enaltece o papel da arte, da criatividade e das atividades culturais na génese comunitária, bem como, no planeamento dos espaços rurais e urbanos.”⁶⁴ Proporcionando deste modo uma forma de vida sustentável, baseada em escolhas éticas e amigas do ambiente. Por outro lado, revela uma

⁶¹ Relatório da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento: “A nossa Diversidade Criativa”. (Tradução de autoria própria).

⁶² Agenda 21 da Cultura, “Ações: Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis”, p.9. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf

⁶³ Throsby, D. (2008). Linking Cultural and Ecological Sustainability. *The International Journal of Diversity in Organisations, Communities and Nations*, 8(1). pp.15-20.

⁶⁴ Chiu, C.-Y.,; Chen, J. (2004). Symbols and interactions: Application of the CCC Model to culture, language, and social identity. In S. H. Ng, C. N. Candlin, C. Y. Chiu (Eds.), *Language matters: Communication, culture, and identity*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press. pp.155–182.

aproximação bio-cultural, ou seja, a importância da relação entre diversidade biológica, cultural e linguística. Dentro contexto e, como orientações futuras para a implementação do quarto pilar do Desenvolvimento Sustentável importa dar lugar ao conhecimento ecológico local e às práticas de gestão tradicionais. Importa também alargar a perspetiva monolítica da noção de cultura nacional reconhecendo que a diversidade das escolhas individuais e das práticas de grupo se traduzem em projetos ativos. É precisamente neste sentido que se verifica o papel da dimensão cultural na dinâmica da candidatura das cidades distinguidas com o título Capital Verde Europeia.⁶⁵

Para completar o sentido das palavras anteriores é conveniente ter em conta os dados do Eurobarómetro publicado pela Comissão Europeia onde revela que “a grande maioria dos cidadãos da União Europeia em todos os Estados-Membros considera que a proteção do meio ambiente é importante ou muito importante.

Mais de três quartos dos entrevistados concordam que as questões ambientais afetam diretamente a sua vida quotidiana e saúde, e mais de oito em cada dez estão preocupados com o impacto dos produtos químicos presentes nos produtos do dia-a-dia.

Os resultados da pesquisa indicam que os europeus desejam fazer mais para proteger o meio ambiente e que a responsabilidade deve ser compartilhada por grandes empresas e indústria, governos nacionais e União Europeia, bem como pelos próprios cidadãos.”⁶⁶

Considerando os dados, em Portugal, a maioria dos cidadãos declara que a proteção ambiental é importante ou muito importante. Cerca de 88% dos inquiridos apontam a televisão como a principal fonte de informação sobre meio ambiente, sendo que, logo depois aparecem com 28% das respostas os filmes e documentários na televisão. No que diz respeito aos impactos ambientais existe uma forte maioria que se diz preocupada com o meio-ambiente tendo como principal foco as alterações climáticas, a poluição dos rios, lagos, águas subterrâneas, assim como, a escassez de água potável. Segundo os resultados da pesquisa, os portugueses, à semelhança de todos os outros europeus, demonstram vontade em ser amigos do ambiente, no entanto, é necessária uma estratégia conjunta entre grandes empresas e indústria, governos nacionais e União Europeia, bem como pelos próprios cidadãos.

⁶⁵ Informação Europeia ao Cidadão (Eurocid), “Prémio Capital Verde da Europa 2023.” Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/premios/premio-capital-verde-da-europa-2023>

⁶⁶ Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., “Atitudes dos cidadãos europeus em relação ao meio ambiente”. Portugal, dezembro, 2019. Disponível em: <https://www.adcoesao.pt/content/atitudes-dos-cidadaos-europeus-em-relacao-ao-meio-ambiente>

Eurobarómetro Especial 501 - Atitudes dos cidadãos europeus em relação ao meio ambiente. Portugal, dezembro, 2019⁶⁷.

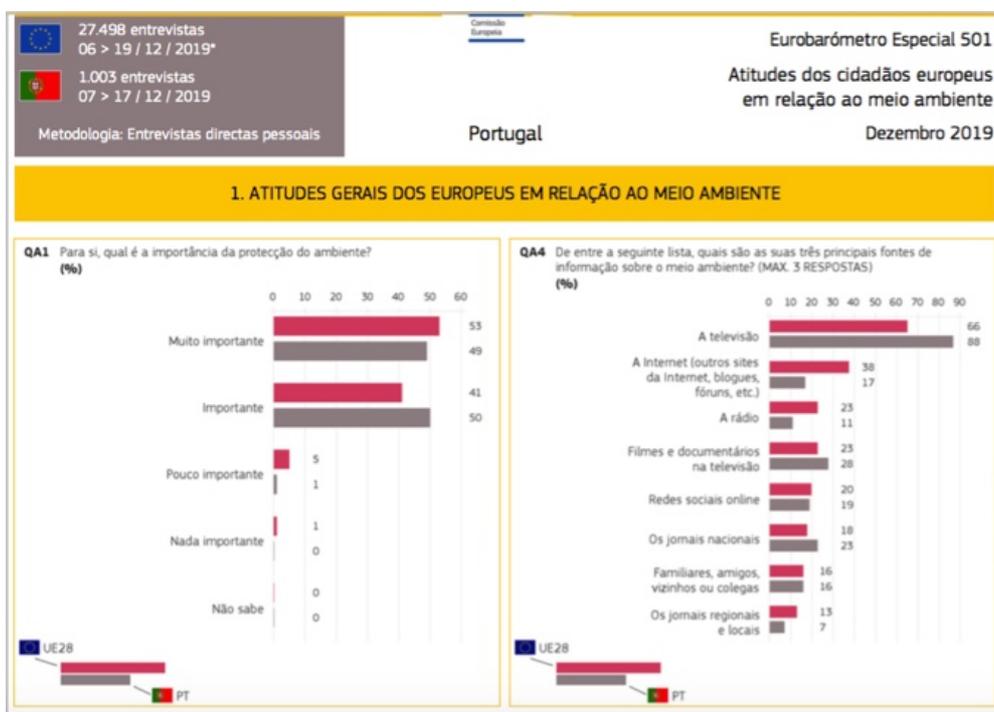


Figura 1 - Atitudes gerais dos Europeus em relação ao Meio Ambiente.



Figura 2 - Impacto das questões ambientais.

⁶⁷ Eurobarómetro Especial 501. Disponível em: https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/noticias/eps_501_fichaportugal.pdf



* Na altura do trabalho de campo, o Reino Unido ainda era membro da União Europeia e, portanto, os resultados do Reino Unido estão incluídos na média da UE.

Figura 3 - Impacto das questões ambientais.

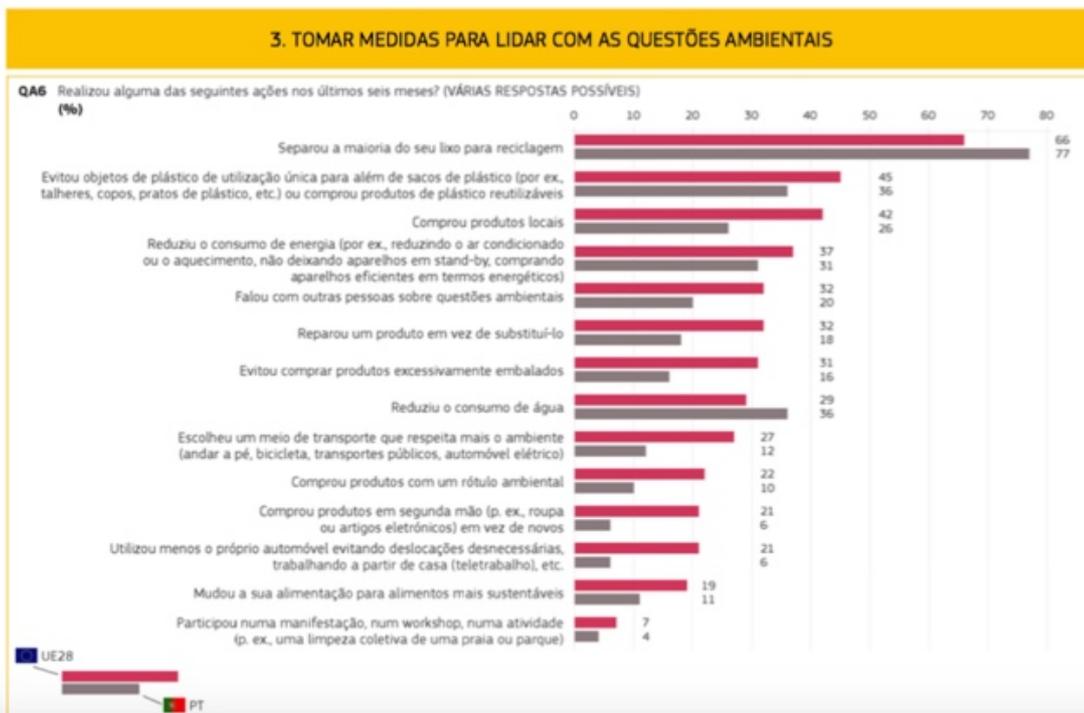


Figura 4 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.



Figura 5 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.

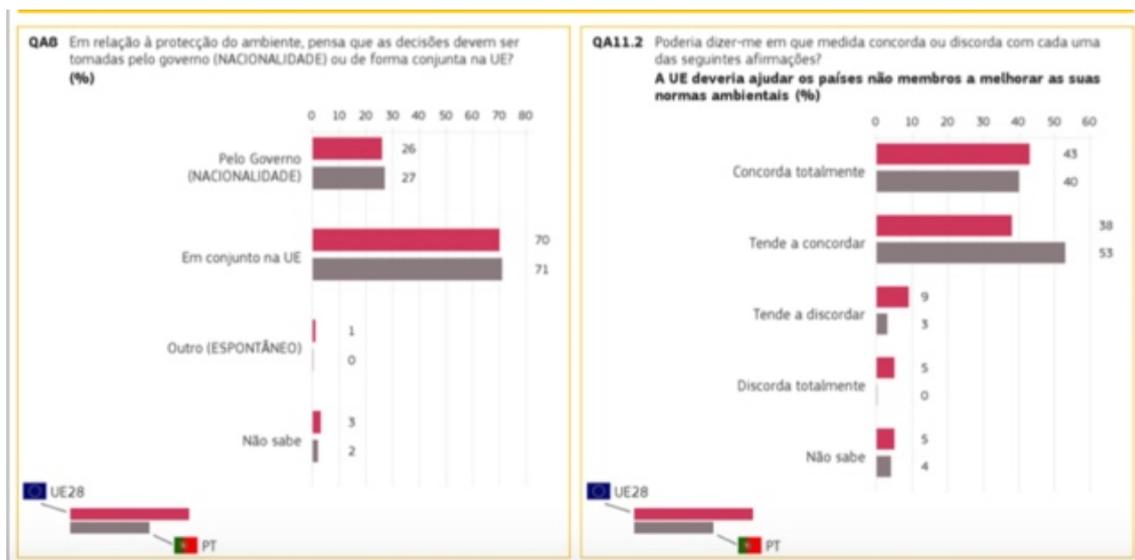


Figura 6 - Tomar medidas para lidar com as questões ambientais.

Figura 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - Nota: Dados relativos ao Eurobarómetro Especial 501 - Atitudes dos cidadãos europeus em relação ao meio ambiente. Portugal, dezembro, 2019.

2. Capítulo 2 | O Poder da Cultura

"A cultura é o conteúdo substancial da educação, a sua fonte e a sua justificação última [...] uma não pode ser pensada sem a outra."

Pierre Bourdieu

2.1. Contextualização

A presente ideia de que vivemos uma crise ambiental revela claramente como negligenciamos o Planeta Terra. Segundo o artigo “O ambiente como campo e a justiça ambiental à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu”⁶⁸ da autoria de Lays Helena Paes e Silva compreende-se que “a partir da metade do século XX, foram diversos os eventos que defrontaram a humanidade à possibilidade de catástrofes ecológicas, o que levaria ao nascimento – segundo o historiador norte-americano Donald Worster (1992) – de uma nova era, uma verdadeira era ecológica.” Devido a “fenómenos tais como a dilapidação dos recursos naturais, uma furiosa e desregrada industrialização e o elevado e agravado nível das poluições” desencadearam uma “perspetiva de colapso na relação quantitativa malthusiana⁶⁹ entre população e território ou entre o crescimento económico material e a base finita de recursos.”⁷⁰ Deste modo, criou-se a necessidade de (re)pensar as relações entre humanidade e natureza bem como a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Partindo das potencialidades dos fatos nasce uma nova cultura ambiental.

2.2. Cultura como mecanismo de mudança de hábitos

⁶⁸ “O ambiente como campo e a justiça ambiental à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” por Lays Helena Paes e Silva. p.27. Disponível em: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/02-LaysHelenaPaeseSilva.pdf>

⁶⁹ A teoria populacional malthusiana é uma teoria desenvolvida por Thomas Robert Malthus (1766-1834), um clérigo anglicano britânico iluminista e também um intelectual influente nas áreas de economia política e demografia. Malthus percebeu que o crescimento populacional entre os anos 1785 e 1790 tinha aumentado, devido a uma maior produção de alimentos, a melhoria das condições sanitárias, e o aperfeiçoamento no combate às doenças. As melhorias culminaram numa maior taxa de natalidade e consequentemente numa menor taxa de mortalidade.

⁷⁰ Acselrad, L. H. (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. p.13.

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu o *habitus* trata-se de “(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...).”⁷¹ Por outras palavras, representa a forma como a cultura de grupo e a história individual moldam o corpo e a mente, que por sua causa e efeito, resultam numa mudança de atitude social. Os conceitos de *habitus* e de campo estão intimamente relacionados e são recíprocos. Segundo as palavras de Bourdieu, campo, no domínio da sociologia, é “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.”⁷² Deste modo, Bourdieu define campo como classes sociais estrategicamente criadas de modo a delinear o próprio objeto e o seu princípio de compreensão no espaço social. Por conseguinte, o espaço social é construído através de diversos tipos de capital, sejam eles de índole cultural, ambiental, educativo, cuja distribuição resulta num espaço estruturado por campos.

Segundo o documento acima mencionado “O ambiente como campo e a justiça ambiental à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” da criação de Lays Helena Paes e Silva é citado Setton (2002), cuja “(...) teoria praxiológica, ao fugir dos determinismos das práticas, pressupõe uma relação *dialética* entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planeamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura. *Habitus* é um instrumento concetual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de

⁷¹ Ortiz, R. (1983). Pierre Bourdieu: *Sociologia*. (Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática. pp.8-36. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf

⁷² Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.69. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simbólico.pdf>, consultado a 13/03/2019.

grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social”.⁷³ O conceito de *habitus* foi criado com o intuito de analisar a coerência das características mais diversas dos indivíduos aquando expostos às mesmas condições, em diferentes contextos. O *habitus* “não pode ser interpretado apenas como sinónimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências”.⁷⁴ Os sujeitos são usados como agentes capazes de adquirir conhecimento, dotados do que Bordieu chama de sentido prático, deste “sistema adquirido de preferências, princípios de visão e de divisão (aquilo a que habitualmente se chama um gosto).”⁷⁵ Assim, o *habitus* é esta espécie de bom senso, que representa a ponderação em detrimento do contexto, “aquilo que se chama em desporto, o sentido do jogo.”⁷⁶

A partir das palavras dos teóricos citados, pode considerar-se que o campo ambiental, sendo bastante recente, possui um baixo nível de autonomia, uma vez que as suas lutas se traduzem quase que literalmente em posicionamentos políticos, económicos e sociais. Deste modo, é visível a relação entre o campo ambiental e o macrocampo social, uma vez que envolve as políticas públicas, leis específicas e as ações dos agentes sociais.

As questões ambientais, nas suas diversas interpretações e formas de conceção, possuem um forte sentido de ambiguidade, uma vez que o campo ambiental é uma estrutura em constante construção, que não sobrevive sem a memória social anterior. Significa isto, que os diferentes modos de agir e de pensar o mundo ambiental fazem parte do *habitus*, incorporados por meio de atitudes e discursos. “Isto corroboraria de maneira direta e permanente na manutenção de uma hegemonia dos significados construídos a respeito da problemática ambiental.”⁷⁷

No seguimento, nasce uma perspetiva que trata o ambiente e a sociedade como inseparáveis, pois, deve haver uma constante preocupação com a preservação ambiental e com a distribuição desajustada dos recursos naturais. Segundo Lays Helena Pays e Silva, a partir da teoria do poder simbólico de Bourdieu, compreende-se que “somente a partir da compreensão de que o meio ambiente não tem o

⁷³ “A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, por Maria da Graça Jacintho Setton. Disponível em :<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>

⁷⁴ Idem. pp.64-65.

⁷⁵ Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas, sobre a teoria da ação*. (Tradução de Miguel Serras Pereira), Oeiras: Oeiras Editora. p.26.

⁷⁶ Idem. p.26.

⁷⁷ Gerhardt, C. H.; Almeida, J. (2005). *A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais*. Ambiente & Sociedade, 8 (2), jul./dez. pp.1-30.

mesmo significado para todos, de que existem diferentes concepções de desenvolvimento e diferentes necessidades associadas aos recursos naturais, poderemos erigir um estado de justiça ambiental, gerando o desenvolvimento de políticas públicas, leis e ações que assegurem o envolvimento e a participação dos diversos segmentos e grupos sociais, considerando as suas práticas e saberes, construindo uma visão e uma gestão efetivamente democráticas para o ambiente.”⁷⁸

Nesta perspetiva, o desafio que se apresenta é a construção de novas alternativas de modo a que se tornem práticas, seja através da construção bem como da incorporação de outros tipos de pensamentos (institucionalizados ou não), diferentes daqueles que possibilitam a existência e a continuidade das crises ambientais. É de ressaltar que os conceitos de campo e *habitus* são fundamentais para a construção do campo ambiental e de *habitus* ecológico. Uma vez que os processos de adaptação a um novo ambiente, muitas vezes impulsionados por movimentos ecológicos e de contracultura nos últimos 50 anos, permitiram uma nova consciencialização, favorecendo o nascimento de uma doutrina ambiental que passa a orientar os pensamentos e ações dos agentes sociais das eras modernas. Tais eventos ecológicos acabam por introduzir regras, normas e “jogos” que atuam na formação de um campo ambiental, culminando na absorção de um *habitus* ecológico.

2.3. A arte como manifestação cultural

Este subcapítulo revela-se importante na medida em que explora as potencialidades e as fragilidades da arte como expressão cultural. Deste modo, foi necessário recorrer ao documento “A Cultura como Estratégia?”⁷⁹, de Ana Cristina Santos Nobre, que a partir das palavras do teórico Ferreira Gullar define que não há civilização sem arte, “pois através dela as civilizações ensinam-nos e constituem-nos como seres humanos.”⁸⁰

Segundo Gombrich “outrora eram homens que apanhavam um punhado de terra colorida e com ela modelavam toscamente as formas de um bisonte nas paredes de uma caverna; hoje, alguns compram as suas tintas e desenham cartazes para tapumes; eles faziam e fazem muitas outras coisas.”⁸¹

⁷⁸ “O ambiente como campo e a justiça ambiental à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” por Lays Helena Paes e Silva. p.43. Disponível em: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/02-LaysHelenaPaeseSilva.pdf>

⁷⁹ “A Cultura como Estratégia?”, por Ana Cristina Santos Nobre. pp.37-40. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/nobre-ana-a-cultura-como-estrategia.pdf>

⁸⁰ Gullar, F. (2006). *Sobre arte. Sobre poesia (Uma luz do chão)*. São Paulo: José Olympio. p.43.

⁸¹ Gombrich, E. H. (1999). *História da arte*. 16. Ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos. p.15.

Partindo das potencialidades dos factos, compreende-se que a arte é uma das formas de expressão mais antigas e versátil que o ser humano criou para espelhar o seu tempo de existência, “já que uma das formas de refletir um período é contestá-lo, exemplo disso é o Expressionismo, surgido na Alemanha no início do século XX, que se opunha tanto à indústria quanto à vida moderna (...).”⁸²

A Revolução Industrial, que surgiu nas primeiras décadas do século XIX, fez-se sentir no mundo das artes através do choque provocado pelo modo de produção em série. À época surgiram inúmeras obras de arte replicadas fomentando as teorias de que os objetos únicos teriam os dias contados. No entanto, contrariando as teorias negacionistas, as expressões artísticas, o desenvolvimento das técnicas, a arquitetura, a pintura, a música e o teatro sempre foram resilientes face a momentos mais complexos.

Segundo a autora “Gullar explica que no final do século XIX, a ciência e a tecnologia começaram a determinar grande parte do curso da civilização e a arte começou, também, a refletir, mais diretamente, as transformações ocorridas nos universos científico e tecnológico. Já no século XX, este fenómeno ganhou maior força e a ciência e a tecnologia tornaram-se símbolos da modernidade, do progresso e do conhecimento.”⁸³ Tendo em conta toda a conjuntura capitalista, desencadeou-se uma nova perspectiva em que se “busca da novidade pela novidade, num campo que não tem utilidade funcional.”⁸⁴ Consequentemente, “este florescimento comercial levou a arte a adquirir um carácter efémero na contemporaneidade; no caso das Bienais, as próprias obras são desmontadas após o espetáculo. Espectáculos estes impulsionados pelo desenvolvimento económico e pelo progresso técnico no campo das comunicações e dos transportes. A globalização transformou o mundo numa “aldeia global”, que tem, como plano comercial, as megaexposições de artes.”⁸⁵ Nesse sentido Gullar questiona se a “arte se ajusta, como os produtos industriais, a essas megaexposições internacionais bienais? A produção artística é capaz de, preservando a sua natureza e exigências, atender a essa demanda?”

Em suma, compreende-se que, segundo Gullar, “a arte se situa no Pólo oposto ao da produção industrial que, mesmo quando se vale do estético, visa prioritariamente a venda e, por isso mesmo, atender ao gosto da maioria; como o objetivo final é o lucro, torna-se imprescindível economizar o tempo gasto na produção e

⁸² “A Cultura como Estratégia?”, por Ana Cristina Santos Nobre. p.38. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/nobre-ana-a-cultura-como-estrategia.pdf>

⁸³ Idem. p.39

⁸⁴ Idem. p.39

⁸⁵ Idem. p.39

produzir em quantidade. Por essas características, a produção industrial atende naturalmente aos apelos de um universo em que a rapidez e a quantidade contam mais que a maturação e a qualidade estética.”⁸⁶

2.4. Abordagem à problemática ambiental através da cultura

No início da década de 60, houve uma enorme efervescência cultural, da qual uma série de movimentos sociais ficaram conhecidos como sendo de contracultura, motivados pelas críticas à sociedade capitalista e aos modos de vida por ela engendrados. Alguns dos episódios mais marcantes foram os movimentos feministas, os movimentos negros, os estudantis e trabalhistas, o movimento *New Age* e o movimento ecológico. Segundo Carvalho, à época o conceito “ecologia”⁸⁷ ganha novas dimensões e migra do campo da biologia para o domínio das ações sociais.

Contudo, outro dos pontos históricos já abordado anteriormente, foi a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, em que estreia a nível mundial, uma reflexão sobre a necessidade de preservar e promover do meio ambiente. À escala global a necessidade de repensar os patamares do progresso e do desenvolvimento, apresentada pelos ambientalistas em 72, foi apenas reconhecida pelas nações em 1992, quando o conceito de sustentabilidade passou, oficialmente, a adquirir uma definição que incluía, além do meio ambiente, questões económicas, sociais e culturais.⁸⁸ A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁸⁹ (Eco 92) divulgou que a noção de “desenvolvimento sustentável”, propunha uma integração entre o desenvolvimento e a urgente necessidade de se definir uma estratégia ambiental, social e cultural. É a partir da noção de que existe um “mal estar na civilização”⁹⁰ que o movimento ecológico surge como um intermediário na disputa do campo social. Aliado ao pacifismo, este movimento tinha

⁸⁶ Gullar, F. (2006). *Sobre arte. Sobre poesia (Uma luz do chão)*. São Paulo: José Olympio. p.31

⁸⁷ Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez. p.255

⁸⁸ Leff, E. (2000). Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Junior, A; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J.; Navegantes R. (Ed.) *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora. p.310. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314375092_Complexidade_interdisciplinaridade_e_saber_ambiental

⁸⁹ Agência Portuguesa do Ambiente, “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento”. Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Politiclas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf

⁹⁰ Expressão baseada na obra de Sigmund Freud, *O mal estar na civilização*, 1930.

como missão potenciar a transformação social, contestando o consumismo e o materialismo vigentes na sociedade contemporânea.

Segundo os autores Carvalho & Steil, “esta cura está associada a uma noção de bem viver ecológico, na medida em que acredita poder resolver este conflito fundamental, (...) instituindo não apenas um discurso político de novos pactos planetários em vista da regulação das relações sociedade e natureza, mas também inaugura um estilo de vida que no plano individual leva a incorporação de novos hábitos e atitudes em várias esferas da vida.”⁹¹

Por outras palavras, o movimento ambiental propunha-se a alterar os pensamentos e os costumes normalizados de modo a criar uma nova “cultura ambiental”. De considerar, que as políticas ambientais, culturais e os programas artísticos e educativos procuram alcançar novos estímulos baseados no desenvolvimento de valores e comportamentos (respeito, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) assim como, despertar uma visão global e analítica das questões ambientais. Neste sentido os agentes culturais são importantíssimos na transmissão de uma mensagem amiga do ambiente, pois, fomentam a literacia ambiental por meio de espetáculos, cinema, música, livros, fotografia, pintura entre outras expressões artísticas. O desafio que se apresenta passa por criar uma estratégia baseada na educação ambiental, sendo ela crítica e inovadora aos níveis: formal e não formal. Assim sendo, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social, pois, possui uma enorme força, na educação para a cidadania, evidenciando-se determinante na formação dos cidadãos amigos do ambiente.

2.5. Princípios comuns entre cultura e ambiente

A consciencialização da existência de uma “crise ambiental” foi pouco a pouco introduzindo um conjunto de crenças e valores, modos de ser e agir orientados pelo ideário ecológico, dando origem ao termo “sujeito ecológico”.⁹² Importa compreender, como sugerem os teóricos Carvalho & Steil baseados na teoria do *habitus* de Bourdieu (1989) que o sujeito ecológico é formado por uma disposição estruturada pelo campo que resulta na aquisição de um *habitus*. Segundo os autores, a estrutura de um *habitus* é fundamental para a existência de uma relação saudável entre o indivíduo e o meio ambiente. Dando oportunidade de repensar

⁹¹ Carvalho, I. C. M.; Steil, C. A. (2009). “O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental.” Educação e Realidade. Porto Alegre, N. 34. Set./dez.. p.84. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9086/6711>

⁹² Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez.. p.255.

os processos da Educação Ambiental e o seu papel na formação dos agentes e na consequente reprodução do campo.

Deste modo, o *habitus* ambiental é construído a partir de princípios como o equilíbrio e a harmonia com a natureza, associada a um saber viver ecológico. Todavia implica novas práticas, pactos, regras e atitudes perante o mundo, seja na alimentação, habitação, na saúde assim como na cultura. A Educação Ambiental, como fenómeno decorrente do campo ambiental, acaba por impor, de modo inconsciente normas de conduta, mas que ao mesmo tempo só se tornam possíveis porque existe um *habitus* corporativo que constitui diversas subjetividades. Por outras palavras, depreende-se que a Educação Ambiental tem como missão criar novas atitudes e comportamentos perante o consumo excessivo da sociedade e, estimular a mudança de valores individuais e coletivos.

Assimilados os conceitos de campo e *habitus* é evidente a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, ou seja, como modos de ser, repercutem-se na vida social dando origem a práticas individuais e coletivas. Por sua vez, produzem “habilidades” nos indivíduos, sem esquecer o contexto, seja ele, um ambiente cultural e historicamente organizado. Importa reforçar que o processo histórico uma vez misturado com o campo ambiental reproduz um *habitus* ecológico originando, a própria Cultura Ambiental. O *habitus*, traduzido em “sujeito ecológico” permite-nos pensar como estes agentes do ambiente são capazes de aprender cultura e de incorporar práticas ambientais.

A partir do documento “Estratégia Nacional de Educação Ambiental”⁹³ disponibilizado pelo atual Governo Português entende-se que “A adoção de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), para o período 2017-2020, constitui um desafio de grande importância para o nosso futuro comum. Desde logo, porque é um compromisso para toda a sociedade pela urgência que se impõe na mudança do paradigma civilizacional e na alteração de comportamentos que traduzam uma maior e melhor consciência ambiental.” No seguimento “importa sensibilizar os cidadãos, as empresas e as entidades públicas e privadas para a necessidade de melhorar a eficiência da utilização de recursos e para a promoção de economias circulares e de partilha menos consumidoras e desperdiçadoras, mais amigas do Ambiente e mais centradas nas especificidades dos territórios. (...) As últimas quatro décadas testemunham diferentes esforços na constituição de uma nova literacia ambiental: a aquisição dos conhecimentos, competências, valores e atitudes, com desígnio de sustentabilidade, que permitam uma cidadania ativa, consciente e ambientalmente culta.” Posto isto, ainda há uma enorme necessidade

⁹³ Fundo Ambiental, “Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020”. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/enea-2020-pdf.aspx>

de se criar uma estratégia bem orientada em torno das políticas culturais e ambientais com foco na Educação Ambiental.

É de ressaltar que em Portugal já existem medidas concretas face à problemática ambiental, no entanto, algumas dessas ações são de natureza pedagógica outras de carácter repressivo. Na dimensão pedagógica, como medida preventiva a longo prazo, é de salientar a “Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020)⁹⁴, para o período 2017-2020, que estabelece um compromisso colaborativo para a promoção de uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.” No seguimento, são abrangidas várias tipologias como a “Participação ativa do público (e.g., atividades de educação-ação, concursos de ideias); Efeito multiplicador (e.g., formação e capacitação que potenciem a disseminação do conhecimento); Sensibilização ambiental (e.g., campanhas de comunicação, anúncios/spots publicitários, plataformas digitais); Participação passiva do público (e.g., exposições, materiais didáticos, guias práticos digitais, planos de sustentabilidade, conferências/seminários).”

Segundo o documento “Comentários à Lei-Quadro das Contra-ordenações ambientais”⁹⁵ da autoria de Nuno Salazar Casanova e Cláudio Monteiro entende-se que “o direito contra-ordenacional, das contra-ordenações ou também denominado por direito de mera ordenação social, nasceu em Portugal, inspirado no modelo alemão das *ordnungswidrigkeiten*, por via do Decreto-Lei n.º 232/79, de 24 de Julho, face à «necessidade de dispor de um ordenamento sancionatório alternativo e diferente do direito criminal», lacuna essa que teria «frequentemente impedido o legislador ou o executivo de lançar mão de uma gama diferenciada de sanções ajustada à natureza e gravidade dos ilícitos a reprimir ou prevenir» (preâmbulo).” Do ponto de vista coercivo, muitas vezes determinado através de medidas a curto prazo, o atual Governo Português criou a lei n.º 88/2019⁹⁶, cuja finalidade consiste na “redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente”. Por outras palavras, esta medida determina “uma

⁹⁴ Fundo Ambiental, “Apoiar uma Nova Cultura Ambiental: Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental”, 2017. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/apoiar-uma-nova-cultura-ambiental-pdf.aspx>

⁹⁵ “Comentários à Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais” por Nuno Salazar Casanova e Cláudio Monteiro. Disponível em: <https://www.uria.com/documentos/publicaciones/1740/documento/arto4.pdf?id=2137>

⁹⁶ Diário da República Eletrónico (DRE), “Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente”. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/124392060/details/maximized>

multa de 25 a 250 euros para quem descarte beatas para o chão e de 250 e 1500 euros para os estabelecimentos que não disponibilizem cinzeiros ou não limparem os resíduos deixados pelos fumadores.”⁹⁷ Outra das medidas comunicadas, foi a Portaria n.º 202/2019⁹⁸ que “define os termos e os critérios aplicáveis ao projeto-piloto a adotar no âmbito do sistema de incentivo ao consumidor para devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis”, no entanto, para a concretização eficiente deste decreto o governo encontra-se em fase de consulta sobre uma nova medida que define o pagamento de uma contraordenação para quem não separar o lixo. Esta proposta revela que “até dezembro do próximo ano, os restaurante e indústrias que produzem mais de 50 toneladas anuais de bio resíduos serão obrigados a fazer a separação do lixo e, para os restantes, o prazo vai até dezembro de 2023. Já os municípios terão até janeiro de 2025 para disponibilizar uma rede de pontos ou de recolha seletiva para têxteis, lixos perigosos, óleos alimentares e resíduos volumosos.”⁹⁹

Em suma, compreende-se que é fulcral educar a comunidade, num contexto formal e não-formal, de modo a fazer-se ambientalmente culta e consequentemente replicar os hábitos e comportamentos amigos do ambiente.

2.6. O negacionismo climático

O termo “negacionismo”¹⁰⁰ refere-se à atitude de quem afirma que algo não é verdadeiro ou não existe, bem como, assume a rejeição da validade de conceitos apoiados por consenso científico ou empiricamente verificáveis. Este conceito define um campo político e intelectual articulado à prática. Por outras palavras o negacionismo expõe um uma diretriz intelectual associado a movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial. “O fenómeno do negacionismo tem os seus primeiros porta-vozes nos Estados Unidos da América e na França na década de 40, encontrando progressivamente adeptos em vários países da Euro-

⁹⁷ Beatas no chão custam a partir de hoje entre 25 a 250 euros de multa. In *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/03/sociedade/noticia/beatas-chao-custam-partir-hoje-25-250-euros-multa-1930177>,

⁹⁸ Diário da República Eletrónico (DRE), “Define os termos e os critérios aplicáveis ao projeto-piloto a adotar no âmbito do sistema de incentivo ao consumidor para devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis.” Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/122891077/details/maximized>

⁹⁹ Reciclagem. Não separar o lixo pode valer uma multa. In *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-11-18-Reciclagem.-Nao-separar-o-lixo-pode-valer-uma-multa>

¹⁰⁰ “Negacionismo”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/negacionismo>, consultado 02/11/2020.

pa, América Latina e Austrália.”¹⁰¹ De modo particular, o negacionismo climático questiona a veracidade da teoria da crise climática, pois, geralmente está associado a ideologias ultraconservadoras dos Estados Unidos e à defesa dos interesses corporativos das companhias petrolíferas.

Um dos casos mais conhecidos nos que toca a esta temática é Donald Trump, que apesar de ser o ex-presidente dos Estado Unidos da América, “um dos países que mais sofre com eventos climáticos extremos, continua a achar que as alterações climáticas não passam de uma farsa, tendo, inclusivamente, retirado os Estados Unidos do Acordo de Paris, aquele que elabora medidas que visam diminuir a emissão de gases de efeito de estufa para a atmosfera.”¹⁰²

Deste modo, “aquilo que a evidência lhe diz é indiferente, mesmo que 97% da comunidade científica defenda que as alterações climáticas e o aquecimento global são uma realidade. Nem quando uma multidão sai à rua a exigir medidas eficazes, como foi o caso da Greve Estudantil Contra a Alterações Climáticas que, por todo o mundo, os estudantes se manifestaram a favor do clima, a opinião de Trump é abalada. Nem mesmo quando as entidades oficiais, como as Nações Unidas ou a NASA, apresentam estudos bem sustentados que demonstram a aceleração do processo de destruição do planeta, derivado de ações humanas.”¹⁰³ Trump pertence à corrente do negacionismo climático.

Os argumentos negacionistas são comuns e por isso a organização americana sem fins lucrativos *National Center for Science Education* nega a existência das alterações climáticas de origem antropogénica com um conjuntos de premissas: “1. Não existem alterações climáticas, 2. Afinal existem mas os seres humanos têm uma contribuição muito marginal na sua ocorrência, 3. Afinal os seres humanos contribuem de forma importante para estas alterações, mas o impacto destas alterações para o ambiente e a sociedade é marginal. E por último, 4. Aceitando isto tudo mas negando a capacidade dos seres humanos em alterar o rumo dos acontecimentos.”¹⁰⁴

¹⁰¹ “O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado” por Luís Edmundo de Souza Moraes. p.3. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf

¹⁰² Donald Trump. Disponível em: <https://dobem.pt/sustenbilidade/comunidade-cientifica-acredita-alteracoes-climaticas/>

¹⁰³ 97% da comunidade científica acredita nas alterações climáticas. O que defendem os outros 3%? In *Revista Científica dobem*. Disponível em: <https://dobem.pt/sustenbilidade/comunidade-cientifica-acredita-alteracoes-climaticas/>

¹⁰⁴ “Argumentos dos negacionistas.” Disponível em: <https://www.scimed.pt/geral/refutacao-dos-argumentos-contras-as-alteracoes-climaticas-de-origem-antropogenica/>

No entanto, há quem tenha sido ainda mais disciplinado e tenha desenvolvido seis etapas de negação das alterações climática derivadas ações humanas. Trata-se de uma série de razões em que os negacionistas vão alterando mediante o confronto argumentativo. “Este modelo foi reforçado pelo geólogo James Powell e pelo climatólogo Michael Mann, que propôs seis passos para o negacionismo climático:¹⁰⁵

1. O CO₂ não está a aumentar;
2. Mesmo que esteja a aumentar, isso não tem impacto nas alterações climáticas e no aquecimento global, já que não existe evidência convincente que o planeta esteja a aquecer;
3. Mesmo que o planeta esteja a aquecer, é devido a causas naturais;
4. Mesmo que o aquecimento não possa ser explicado por causas naturais, o impacto do ser humano é marginal e o impacto da libertação de gases de efeito estufa é pouco importante;
5. Mesmo que o impacto dos seres humanos nas alterações climáticas não seja negligenciável, as alterações serão boas para nós;
6. Mesmo que as alterações não sejam boas para nós, os humanos são capazes de se adaptar à mudança; além disso, é demasiado tarde para fazer alguma coisa para alterar isso e alguma tecnologia irá surgir no futuro que irá resolver a situação.”

Segundo a notícia disponibilizada pelo jornal *Expresso*, no ano de 2018, aconteceu na Universidade do Porto, em Portugal, um encontro auto-identificado como científico, onde foi divulgado que apesar do aquecimento global ser uma constatação observacional, as atividades humanas nada contribuem para as crescentes emissões de gases de estufa. “Na apresentação da sua conferência aos meios de comunicação, a Prof. Catedrática MA Araújo proferiu distintas declarações, apesar de plenas em vacuidade, tais como “Não pode ser isso porque o CO₂ é uma pequeníssima parte dos gases na atmosfera e a maior parte nem é produzido pelos humanos, não há maneira de ter essa influência que se diz” (in DN, 2018-09-05) ou “O que não nos parece verdade é que todas as causas da poluição e da deterioração ambiental tenham a ver com o CO₂ que é um gás perfeitamente inofensivo, do qual depende a vida na Terra” (in Público, 2018-09-04) ou ainda “O mainstream não sabe nada” (in Público, 2018-09-07) de alterações climáticas.

“A Prof. Catedrática MA Araújo auto-intitulou-se ainda como uma acérrima defensora da pluralidade, apesar de não se coibir de referir que os que pensam de

¹⁰⁵ “Negacionismo climático”. Disponível em: <https://www.aefml.pt/ressonancia/2019/10/27/semana-da-sustentabilidade-o-negacionismo>

modo diferente não seriam bem-vindos na supracitada mesa redonda de propaganda negacionista: “Não me interessa ter cá alguém a dizer que a causa das alterações climáticas é o CO₂: isso não é ciência é política”. in DN, 2018-09-05).”¹⁰⁶

Em jeito de conclusão, o negacionismo climático faz parte dos moldes da política e do intelecto. Há quem acredite na existência as alterações climáticas, como há quem as negue. Por isso, é crucial ser-se crítico e informado, de modo a recorrer a argumentos bem fundamentos, para criar uma opinião.

2.7. Facilidades e dificuldades em ser amigo do ambiente

O presente subcapítulo revela-se significativo pois transparece as adversidades e os atributos positivos referentes à temática em estudo.

Tratando-se de um tema super atual e urgente constata-se que há pouca informação sobre o assunto em Portugal. No entanto, é de ressaltar que há uma enorme pressão por parte da União Europeia para que toda a comunidade aderente altere os seus hábitos e conseqüentemente modifique o seu estilo de vida. Ainda assim, verifica-se que as políticas públicas, em Portugal, demoraram a dar resposta às imposições vindas do Conselho Europeu. Deste modo, é essencial reforçar as potencialidades da Educação Ambiental através da cultura e das expressões artísticas, pois, é através do ensino nas suas diversas manifestações que ocorre a transformação social.

Importa referir que em Portugal existem medidas concretas em prol da Cultura Ambiental, uma delas foi a aprovação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017¹⁰⁷, cujo “Programa do XXI Governo Constitucional assume como uma das suas prioridades, para garantir uma maior eficácia da política de Ambiente, o desenvolvimento de uma política de educação para a sustentabilidade e de sensibilização para a adoção de práticas ambientalmente adequadas.

Neste sentido, a presente Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020), para o período 2017-2020, pretende estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana. (...) Esta aposta é uma garantia para projetar

¹⁰⁶ Negacionismo climático. In *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2018-09-21-Negacionismo-climatico-a-Portuguesa>

¹⁰⁷ Diário da República Eletrónico (DRE), “Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017”. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107669156/details/normal?l=1>

uma sociedade mais inovadora, inclusiva e empreendedora, estimulando o debate público sobre os valores associados ao desenvolvimento sustentável.”

Um dos recursos mais antigos é o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente¹⁰⁸ (SEPNA) que apesar de ter sido implantado em 2001, oficializou-se em 2006 através do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro. A esta entidade compete “proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;”, “cooperar com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências;” assim como “promover e colaborar na execução de ações de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;” entre outras funções.

Por conseguinte, o atual Governo possui um conjunto de novos projetos e projetos em curso que são matéria essencial para a promoção das práticas amigas do ambiente, nomeadamente, o Concurso Brigadas Positivas¹⁰⁹ ou “Missão UP | Unidos pelo Planeta um projeto educativo enquadrado na estratégia da Galp Energia, de abrangência nacional, dedicado à temática do uso da energia, nomeadamente com enfoque nas áreas de Mobilidade Sustentável, Eficiência Energética, Pegada Energética e Fontes de Energia.”

Outro dos exemplos é o Projeto Eco XXI¹¹⁰ “um programa internacional promovido pela Foundation for Environmental Education (FEE) e desenvolvido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), com o apoio de diversas entidades, entre elas a DGE. Procura reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município. O ECO XXI pretende, desta forma, valorizar um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável, alicerçados em dois pilares:

- a educação no sentido da sustentabilidade
- a qualidade ambiental

A existência deste projeto visa ainda o desenvolvimento de uma ação pedagógica junto das autarquias, consideradas como agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável.”

¹⁰⁸ Guarda Nacional Republicana (GNR), “Ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente” (SEPNA). Disponível em: https://www.gnr.pt/atrib_SPENA.aspx#

¹⁰⁹ Direção-Geral de Educação (DGE), “Concurso Brigadas Positivas”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/concurso-missao-unidos-pelo-planeta-concurso-brigadas-positivas>

¹¹⁰ Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto Eco XXI”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/eco-xxi>

Também o programa Jovens Repórteres para o Ambiente¹¹¹ (JRA) revela-se pertinente para a presente temática, pois, é “Promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), secção portuguesa da Foundation for Environmental Education (FEE) e a primeira edição em Portugal aconteceu em 1994. Esta iniciativa (que engloba diferentes atividades) destina-se a jovens dos 13 aos 21 anos (participação em grupo) ou jovens freelancers dos 15 aos 21 anos de idade. O objetivo principal deste programa consiste em preparar os jovens para o exercício de uma cidadania ativa na defesa do ambiente, utilizando metodologias no âmbito da investigação ambiental, do jornalismo, da comunicação e da internet.”

Igualmente importante é o Projeto Eco-Escolas¹¹², “este Programa educativo internacional é promovido pela Fundação para a Educação Ambiental (Foundation for Environmental Education - FEE) cuja secção portuguesa é a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e tem o apoio de vários parceiros que colaboram em financiamentos específicos de diferentes atividades, nomeadamente os concursos. O programa “Eco-Escolas” pretende encorajar o desenvolvimento de atividades, visando a melhoria do desempenho ambiental das escolas, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas diferentes gerações, reconhecendo e premiando o trabalho por elas desenvolvido. Visa, ainda, criar hábitos de participação e de cidadania, tendo como objetivo principal encontrar soluções que permitam melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade.”

“O Projeto 80¹¹³ é um programa, de âmbito nacional, de dinamização do movimento associativo nas escolas que procura promover a educação para a sustentabilidade, empreendedorismo e a cidadania democrática. Podem candidatar-se a este projeto as Associações de Estudantes das escolas do 3º ciclo do ensino básico e secundário que desenvolvam um ou mais projetos de sustentabilidade, nomeadamente, projetos que promovam a gestão eficiente de recursos, a diminuição da pegada carbónica e hídrica, a biodiversidade, o empreendedorismo, a economia verde e a inovação social, bem como o voluntariado ou outras formas de cidadania e participação pública.” Por último surge o Projeto TEJO¹¹⁴ “o Projeto de candidatura para inscrição da paisagem cultural do Tejo ibérico na lista do património

¹¹¹ Direção-Geral de Educação (DGE), “Jovens Repórteres para o Ambiente (JRA)”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/programa-jovens-reporteres-para-o-ambiente-jra>,

¹¹² Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto Eco-Escolas”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-eco-escolas>,

¹¹³ Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto 80”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-80>

¹¹⁴ Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto TEJO”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-tejo>,

mundial da UNESCO – Projeto TEJO - é promovido pela Associação Tagus Universalis Portugal e visa a construção de um Roteiro de diferentes estruturas/unidades territoriais com qualidade paisagística com a colaboração de escolas, professores e alunos. Para o efeito, constitui objetivo deste projeto a criação de uma rede de escolas pertencentes aos municípios ribeirinhos do Tejo. ”Todos estes projetos representam um enorme impulso para a cultura ambiental em Portugal, no entanto, verifica-se uma maior aposta nos públicos mais jovens. É de salientar que a educação ambiental deve ser disponibilizadas a todas as pessoas da comunidade.

Parte II

3. Capítulo 3 | Estudos de caso

Este capítulo tem como objetivo apresentar o enquadramento metodológico do presente estudo. Para o efeito, foram utilizados métodos de investigação (o Estudo de Caso), o regime de recolha de informação (cujas técnicas são 3 entrevistas diretas e 1 inquérito digital) e, por fim, o processo de análise dos conteúdos obtidos.

Para melhor compreender o presente estudo sobre Políticas Culturais Amigas do Ambiente, em Portugal continental, é fulcral adequar esta temática à sua existência concreta. Deste modo, revela-se pertinente abordar o impacto da cultura, das políticas públicas e da educação ambiental, através das atividades artistas e culturais, como ferramentas para a alteração dos hábitos nocivos para meio ambiente. De ressaltar que em Portugal continental já existem políticas culturais amigas do ambiente, ainda que recentes e pouco efetivadas, no entanto, é fundamental distinguir alguns casos concretos, o que levará à perceção da verdadeira génese da cultura ambiental no país.

A importância e urgência deste estudo é afirmada por teorias de diversos autores, cuja fundamentação se baseia no atual cenário apocalíptico já do conhecimento geral. Em suma, importa perceber esta matéria a partir da sua adequação à realidade, impondo-se averiguar qual a situação do fenómeno das Políticas Culturais amigas do Ambiente em Portugal continental.

3.1. Objetivos

O presente estudo propõe-se compreender qual o entendimento da população sobre as políticas públicas, as problemáticas ambientais e os possíveis contributos da cultura na promoção de práticas amigas do ambiente, em Portugal continental.

1. Analisar e interpretar a realidade das Políticas Culturais amigas do ambiente em Portugal continental.

Objetivos específicos:

- a) Compreender de que modo as características implícitas nesta prática estão em concordância com a teoria, ou seja, com as dimensões de análise adotadas para o estudo.
- b) Construir/adaptar uma aceção que espelhe a realidade das Políticas Culturais amigas do ambiente, em Portugal continental.

2. Compreender de que modo as práticas culturais amigas do ambiente são socialmente reconhecidas em Portugal continental.

Objetivos específicos:

- a) Averiguar a existência de políticas culturais associadas à temática ambiental.
- b) Aferir quem são os agentes culturais amigos do ambiente.
- c) Apurar a perceção desses agentes face às práticas amigas do ambiente.

3.2. Opções metodológicas e procedimentos

A escolha do processo metodológico deve ter em consideração os objetivos da investigação e as questões de partida, de modo, a construir um percurso sólido.

Com intuito de alcançar os objetivos propostos foi selecionada uma metodologia mista composta por duas abordagens distintas: a qualitativa e a quantitativa.

Numa primeira instância foi utilizada a metodologia qualitativa, pois, conduz o presente estudo a um melhor entendimento sobre políticas culturais amigas do ambiente com todas as suas nuances e individualidades. Segundo a teoria de Sharan B. Merriam “O estudo de caso qualitativo caracteriza-se pelo seu carácter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística pode levar à compreensão do próprio estudo”. Por outras palavras, “um estudo de caso é um estudo sobre um fenómeno específico tal como um programa, um acontecimento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social.”¹¹⁵

Nesse sentido, foi aplicado o método indutivo referente à recolha dos dados por meio de entrevistas, e posteriormente à análise da informação obtida através do contacto direto com os mentores dos projetos escolhidos.

Tratando-se de um estudo de caso numa abordagem qualitativa, potencia a exploração dos antagonismos, detalhando e descodificando o fenómeno em causa, partindo dos dados apurados. A etapa da recolha de informação é fundamental no processo de construção da investigação e é o momento em que se evidenciam os métodos e técnicas adotadas. Deste modo, foram utilizados três procedimentos: a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e os contactos diretos.

Importa esclarecer que os contactos diretos foram realizados (via e-mail) com o próprio Cientista Político Jorge Fraqueiro, com o Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela através do diretor Mário Branquinho e com a própria artista e professora Luísa Ferreira Nunes. A partir destes contactos foram realizadas 3 entrevistas exploratórias com os responsáveis pelos projetos investigados.¹¹⁶

¹¹⁵ Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass. p.9

¹¹⁶ Disponível em Anexos.

A escolha do grupo de estudo deve ter em consideração as informações recolhidas nas entrevistas exploratórias e nos conteúdos teóricos. Nesse sentido o universo de estudo caracteriza-se numa 1 entrevista por casa estudo de caso. A Entrevista é uma das técnicas de recolha de dados utilizada, pois, segundo Moser e Kalton a entrevista é “uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado que tem por objetivo extrair determinada informação do entrevistado”.¹¹⁷

De ressaltar que as entrevistas são uma mais valia para o presente estudo pois garantem a autenticidade e possibilitam uma experiência muito enriquecedora. Segundo Cohen “tal como a pesca, a entrevista é uma atividade que requer uma preparação cuidadosa, muita paciência e experiência considerável se a eventual recompensa for uma captura valiosa.”¹¹⁸

A partir da análise da obra de Judith BELL, “Como realizar um Projeto de Investigação.”, foram construídos 2 guiões de entrevistas com base no enquadramento teórico, compostos por perguntas-chaves, relativamente abertas, colocadas com uma ordem pré-estabelecida, onde os entrevistados respondem livremente sem se afastar dos objetivos propostos.

No seguimento, foram concretizados os contactos com os entrevistados, de modo a apresentar brevemente os objetivos da dissertação e conseqüentemente da entrevista, bem como, foram agendadas as datas e horas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Assim sendo foram realizadas 3 entrevistas por video-chamada, 1 por cada estudo de caso, entre janeiro e fevereiro de 2021. Entre os entrevistados estão o cientista político Jorge Fraqueiro, o diretor do Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela Mário Branquinho e a artista e professora Luísa Ferreira Nunes. A partir destes contactos foram realizadas 3 entrevistas exploratórias com os responsáveis dos projetos investigados.¹¹⁹ Por questões éticas foram tidos em consideração alguns procedimentos importantes, nomeadamente um pedido (verbal) de autorização de gravação e publicação das informações apuradas.

Num segundo momento foi utilizada uma metodologia quantitativa, pois, orienta o presente estudo a um melhor entendimento sobre políticas culturais amigas do ambiente. Do ponto de vista técnico foi aplicado um inquérito por questionário,

¹¹⁷ Bell, J. (2008). *Como realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e Educação*, 4a Edição, Lisboa, Gradiva. Publicações, S.A. pp.137-138. Disponível em: <https://soclogos.files.wordpress.com/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>

¹¹⁸ Idem. p.138

¹¹⁹ Disponível em Anexos

pois, segundo Judith Bell “os inquéritos constituem uma forma rápida e relativamente barata de recolher um determinado tipo de informação.”¹²⁰

Neste caso específico, de modo a averiguar a viabilidade e a importância das políticas públicas, da cultura e da educação ambiental face aos hábitos prejudiciais para o ambiente, foi aplicado como ferramenta de diagnóstico um inquérito populacional.

Assim sendo, a investigação por questionário revela-se extremamente vantajosa, pois, a sua aplicação contribui para uma recolha detalhada de todos os elementos que compõem a amostragem e conseqüentemente permite uma caracterização real e minuciosa. Tratando-se de uma técnica extremamente versátil existe sempre a possibilidade do formato online, o que torna viável abranger uma amostra a nível nacional, como se propõe o presente estudo. Segundo Quivy e Campenhoudt¹²¹ o questionário é essencial para dar resposta a objetivos concretos, nomeadamente: conhecer uma determinada população (opiniões, hábitos, preferências, entre outros); analisar um fenómeno social em detrimento de informações referentes aos indivíduos que compõem a população em questão; inquirir um grande numero de pessoas; ter em consideração a sua dimensão representativa.

Neste sentido, houve a necessidade de elaborar um questionário em formato digital, construído através de um programa *online* com a particularidade de criar questionários e simultaneamente apresentar resultados, dirigido à população em geral, residente em Portugal continental, com a intenção de chegar a um maior número de pessoas. Entre perguntas de escolhas múltiplas e outras de resposta longa, todas de autoria própria, este questionário é suportado por uma metodologia quantitativa.

O presente inquérito tem como principal objetivo compreender qual o entendimento dos inquiridos face às políticas culturais amigas do ambiente e o seu parecer perante as possíveis soluções e problemas dentro da temática. Assim sendo, este formulário foi disponibilizado online à população em geral, residente em Portugal continental, durante 4 semanas.

¹²⁰ Bell, J. (2008). *Como realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e Educação*, 4a Edição, Lisboa, Gradiva. Publicações, S.A. pp.118. Disponível em: <https://soclogos.files.wordpress.com/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>

¹²¹ Quivy, R.; Campenhoudt. L. (1998). “Manual de Investigação em Ciências Sociais.” p.21. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>, consultado a 10/03/2021.

3.3. Universo de análise

O objetivo de estudo pressupõe a realidade prática das Políticas Culturais Amigas do Ambiente no território continental português. Nesse sentido “Portugal, oficialmente República Portuguesa, é um Estado da Europa Meridional, fundado em 1143, que ocupa uma área total de 92.212 Km². A parte continental situa-se no extremo Sudoeste da Península Ibérica, fazendo fronteira a norte e a leste com a Espanha, e a oeste e a sul com o Oceano Atlântico.”¹²² Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística¹²³, Portugal continental, em 2019, tinha um total de 9, 798, 859 milhões de habitantes, dos quais 1, 326, 347 milhão pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 14 anos. Do grupo etário dos 16 aos 64 anos faziam parte 6, 271, 542 milhões e, por fim, no grupo etário da população com mais de 65 anos estavam implícitos 4, 481, 394 milhões de habitantes. Outra das divisões pertinentes para o estudo são os números da população de Portugal continental por género. Assim sendo, fazem parte da população total 4, 623, 424 milhões de homens e 5, 175, 441 milhões são mulheres. Importa reforçar que o universo da amostra traduz o local de residência a partir das divisões regionais, dignadas por NUTS II, neste caso de Portugal continental constituído por 5 unidades: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve.

Por outras palavras o universo de análise quer-se semeado por todo o Portugal continental de modo a caracterizar-se objetivo, abrangente e suficientemente representativo nas diversas áreas de atuação. Assim sendo, houve a necessidade de realizar 3 entrevistas, uma das quais, ao cientista político Jorge Fraqueiro com o intuito de compreender melhor a génese das políticas públicas. As seguintes foram realizadas a dois mentores de projetos culturais amigos do ambiente, extremamente inovadores e distintos, entre eles, o diretor e programador do Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela Mário Branquinho e a artista e professora Luísa Ferreira Nunes.

Os elementos escolhidos fazem parte do universo em análise, pois, representam uma distinta afirmação em matérias como as políticas públicas, a cultura e ambiente.

Para melhor compreender a origem das políticas públicas foi essencial recorrer ao cientista político Jorge Manuel Afonso Fraqueiro, nascido na cidade do Porto há 52 anos, naturalizado em Aldeia de Santa Margarida, no concelho de Idanha-a-Nova e distrito de Castelo Branco, localidade dos seus progenitores. Cientista Po-

¹²² Portugal, localização geográfica. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-portugal>

¹²³ Estatísticas Demográficas - 2019. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=71882686&PUBLICACOESmodo=2

lítico, Pós-Doutorado, Doutorado e Licenciado em Ciência Política, é também mestre em Estudos Europeus e Direitos Humanos. Professor universitário convidado em algumas instituições de ensino superior, ex-jornalista e assessor político durante cerca de 10 anos é atualmente técnico superior da Administração Pública a exercer funções no Município de Idanha-a-Nova.

O primeiro projeto escolhido como objeto de estudo, foi o distinto “CineEco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela o único festival de cinema em Portugal, dedicado á temática ambiental, no seu sentido mais abrangente, que se realiza em Seia, anualmente em Outubro e de forma ininterrupta, desde 1995, por iniciativa do Município de Seia.

Trata-se de um festival que decorre na Casa Municipal da Cultura de Seia e no CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela e que já ganhou grande prestígio internacional, concorrendo habitualmente mais de 600 documentários, oriundos de mais de 30 países. O formato do certame assenta num conjunto de atividades desenvolvidas ao longo de 8 dias e nelas se incluem diversas atividades paralelas, como sejam conferências, concertos, workshops, exposições, para além da secção competitiva e vários ciclos de cinema. O Cine’Eco oferece ao público em geral um cinema de qualidade e cinematografias pouco conhecidas e alternativas em relação ao mercado tradicional. O Festival procura cativar novos públicos, sensibilizando-os para o cinema, a sua história e a sua estética. Para além do público em geral, têm sido atraídos às salas de cinema milhares de crianças e jovens do concelho e região envolvente, bem como turistas que visitam a serra da Estrela.”¹²⁴

De modo a fortalecer o presente estudo foi crucial incluir o trabalho da artista Luísa Ferreira Nunes licenciada em Ecologia Florestal e detentora de uma pós-graduação em Biologia e Biomimetismo, tendo desenvolvido o trabalho de doutoramento em ecologia de insetos. Atualmente, é docente na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e é membro do Centro de Ecologia Aplicada Professor Neves (ISA-UTL).

Estudou ilustração, como bolseira, na University of Arts of London, Reino Unido. Tem feito parte de várias expedições científicas pelo mundo e, através da escrita naturalista e da ilustração, procura incentivar o interesse pela conservação das espécies e habitats.

Em suma, considerou-se de extrema pertinência incluir no universo de análise todos estes constituintes, pois, autodenominam-se e/ou são distinguidos por terceiros como elementos relevantes na temática das políticas culturais amigas do ambiente que, por sua vez, enriquecem a diversidade da amostra.

¹²⁴ Informação retirada do site: <https://www.cineeco.pt/festival>

3.4. Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTAS

3.4.1. Jorge Manuel Afonso Fraqueiro

Para melhor compreender a problemática de estudo foi essencial recorrer ao cientista político Jorge Manuel Afonso Fraqueiro, nascido na cidade do Porto há 52 anos, naturalizado em Aldeia de Santa Margarida, no concelho de Idanha-a-Nova e distrito de Castelo Branco, localidade dos seus progenitores.

Cientista Político, Pós-Doutorado, Doutorado e Licenciado em Ciência Política, é também mestre em Estudo Europeus e Direitos Humanos.

Professor universitário convidado em algumas instituições de ensino superior, ex-jornalista e assessor político durante cerca de 10 anos é atualmente técnico superior da Administração Pública a exercer funções no Município de Idanha-a-Nova.

Segundo o Jorge Fraqueiro “as políticas públicas são todo um conjunto de mecanismos que o Estado, enquanto Estado, organiza para poder chegar às pessoas e servi-las da melhor forma. Este é efetivamente o sentido principal daquilo que se pode chamar de políticas públicas.”¹²⁵ De ressaltar, que o “impacto das políticas públicas na vida das pessoas é relativo, pois é preciso ter em conta como as pessoas acolhem a mensagem que lhes é transmitida. Deste modo, reconhece-se que muitas vezes não há a devida preocupação por parte dos atores políticos para esclarecer, nomeadamente, aquilo que são as políticas culturais ou ambientais. Por isso não basta que os atores políticos se preocupem com estas questões e tentem chegar às pessoas por diversas formas se as pessoas não acolherem a mensagem. Destarte, é necessário que haja uma sensibilização cada vez maior por parte da população, ou seja, que essas políticas públicas sejam devidamente acolhidas para que surtam efeito em tempos reais.”¹²⁶

Sendo a política de um modo geral, constituída pelas ações do estado com a intenção de alcançar a sociedade civil, esta deve ser feita o mais próximo possível das pessoas.

De acordo com o cientista político Jorge Fraqueiro “muitas vezes, os atores políticos ao executar essas chamadas políticas públicas executam-nas previamente, através da formulação de leis, decretos de lei, ou seja, um conjunto de instrumentos que são utilizados para levar as pessoas a cumprir determinado tipo de regras. No entanto, essas mesmas leis são realizadas em gabinetes, em Lisboa, ou em determinados locais onde as pessoas que as concebem não conhecem a realidade do país. Há uma urgente necessidade que se adequem as legislações ou os atos legis-

¹²⁵ Disponível em Anexos.

¹²⁶ Idem.

lativos, sejam eles quais foram, à realidade da população em geral, quer seja à realidade da população do litoral, mais interior, mais esclarecida ou menos esclarecida. Cada vez mais, ao nível da administração local é importante que as autarquias atuem, pois, são elas que estão mais próximas das pessoas para que haja uma maior sensibilização dos seus munícipes para determinado tipo de preocupação como os problemas da sustentabilidade, o respeito pelo ambiente e o apreço pela vida.”¹²⁷

A partir das palavras de Jorge Fraqueiro compreende-se “que diariamente somos confrontados com os seguintes problemas: os portugueses em geral ou quase todos os cidadãos do sul da Europa tem tendência a funcionar sobre pressão, ou seja, não funcionam apenas se forem sensibilizados, mas funcionam muitas vezes mais se forem penalizados pelo seu ato menos positivo. Esse é um problema que devíamos procurar resolver, temos de procurar levar as pessoas a executar aquilo que elas devem executar, não tanto pela força da imposição mas mostrando-lhes o benefício que todos teremos no futuro com o cumprimento ativo de procedimentos e regras. Assim sendo, deveríamos funcionar através de regras explicativas e não impositivas, por regras que possam ir ao encontro das pessoas de um modo construtivo e não repressivo.”¹²⁸

Outra questão que se impõe segundo o cientista político “é a possibilidade de uma estratégia conjunta entre política, cultura e ambiente que se revela plausível, pois, não há cultura, ambiente ou comunicação que desenvolva sem as ditas políticas públicas. Como já referido, a política é um serviço ao outro, às pessoas, é na verdade uma entrega à causa pública. Se não existir uma preocupação política no seu todo, seja no sentido de chamar a cultura às questões ambientais ou até a comunicação torna-se difícil implementar aquele que é o objetivo.”¹²⁹

Assim, surge uma política cultural diferenciada baseada na educação ambiental. Em conformidade com as palavras do entrevistado “é necessário incrementar junto das escolas, logo desde o pré-primário uma sensibilização para determinado tipo de metodologia de regras, de procedimentos sejam elas sustentáveis e principalmente que vão ao encontro daquilo que são os nossos objetivos, neste caso, a preservação ambiental. Muitas vezes aqueles que já são adultos e que de alguma forma já estão formatados, através de uma mente menos flexível, talvez seja mais difícil de implementar novas ideias. No entanto, todos fazem parte da sociedade de modo que é necessário fazer um esforço conjunto. No futuro e, para que tudo corra melhor, talvez seja mais sustentável procurar que as políticas vão ao encon-

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

tro da escola, ou seja, daquilo que é condição formativa logo desde o berço quase na sua progressão ao longo da vida. Pois, se criarmos uma criança com determinado tipo preocupações ambientais ela com certeza será um adulto que terá outro tipo de preocupações que não eventualmente outras crianças que não tiveram o mesmo cuidado ou a mesma preocupação por parte dos seu formadores no que toca às políticas ambientais.”¹³⁰

Assim sendo, esta é uma condição importante e fundamental para que possamos no futuro melhorar um pouco aquilo que é condição do planeta.

¹³⁰ Idem.

3.4.2. Entrevista CineEco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela

O primeiro projeto alvo desta investigação é o CineEco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela conhecido como o único festival de cinema em Portugal, dedicado á temática ambiental, desde 1995. À época, a intenção primordial era a proteção da natureza, uma vez que Seia se localiza na região da Serra da Estrela e, contém uma importante reserva biogenética. No entanto, com o passar do tempo o leque de temas desenvolvido foi-se alargando. De ressaltar que o CineEco se enquadra num amplo conjunto de atividades culturais e ambientais ao longo do ano numa perspetiva integradora capaz de gerar resultados práticos junto das comunidades acabando por alterar hábitos e comportamentos. Segundo Mário Branquinho, diretor do Festival Cine-Eco “as principais vantagens no desenvolvimento das atividades programadas são o impacto que elas geram junto dos públicos, assim como a promoção deste território e o reforço da sua notoriedade no contexto nacional e internacional. O desenvolvimento destas atividades permitem promover valores ambientais, educação ambiental, formação e gerar dinâmicas de desenvolvimento nesta região. Além disso, podem ser geradoras de atratividade de novos projetos para a região, sobretudo residências artísticas capazes de valorizar o imenso potencial de património cultural e paisagístico de que dispomos.

Relativamente a desvantagens apenas nos ocorre o facto de a visibilidade dos impactos ser por vezes demorada, já que se tratam de projetos que carecem de tempo, de persistência e amadurecimento de práticas capazes de operar mudanças.

O Município de Seia tem apostado ao longo dos anos na cultura e no ambiente como fatores de desenvolvimento, através das artes, e no caso CineEco, no cinema, enquanto área artística privilegiada no contexto do audiovisual.

Este concelho tem sido um palco cultural dinâmico, criativo e multicultural, reconhecido pela sua capacidade de inovação na integração de diferentes expressões artísticas e da valorização da tradição e da modernidade como âncora para a inclusão e mobilização da comunidade. O Município tem sido o autor/agente desse desenvolvimento e fator de impulso criativo, mobilizando a comunidade, em conjunto com os agentes culturais do concelho. Desse modo, tem valorizado todas as dimensões da arte e da cultura, tradicionais e modernas, garantindo a sua apropriação, fruição e reinvenção.

A cultura, associada à componente ambiental tem-se apresentado numa dimensão transversal de qualidade do concelho, sentida e trabalhada pelos vários agentes culturais de Seia. E é neste propósito que a área cultural entronca nos pressupos-

tos de desenvolvimento sustentável, destacando-se a centralidade de Seia na região, unindo vários concelhos e distritos, caracterizada pela sua paisagem cultural indissociável da paisagem natural, que tem todo o potencial para a criação de pontes e ações conjuntas entre agentes culturais, criadores e públicos dos concelhos / distritos vizinhos, sobretudo através da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Do conjunto dos vários projetos desenvolvidos, para além do festival CineEco, destacam-se:

- Festival **Seia Jazz & Blues** <http://seiajazzblues.blogspot.com/>
- Festival de Artes – **ARTIS** <http://artisdeseia.blogspot.com/>
- **CISE** – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, uma importante estrutura de promoção e educação ambiental <http://www.cise.pt/pt/>
- **ADIRAM** - projeto da rede de aldeias de montanha
<http://www.aldeiasdemontanha.pt/>
- **Eco2Seia** <http://www.eco2seia.com/pt/>
- **Museu do Brinquedo**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=420
- **Museu da Eletricidade**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=429
- **Casa Municipal da Cultura de Seia**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=145&Itemid=379

Realçamos ainda a construção do CIRAC - Centro Interpretativo da República Afonso Costa , uma estrutura de conhecimento, de investigação e de divulgação da história da República Portuguesa e do futuro dos sistemas políticos, que prevê a instalação dos serviços de museu, arquivo, biblioteca, centro de estudos e de investigação abrirá ao público em 2021.

As manifestações artísticas são excelentes instrumentos de Educação Ambiental. Isso mesmo temos feito ao longo de mais de 25 anos, quer junto das escolas da região, quer pela vasta rede de extensões pelo país, abrangendo os diversos níveis de ensino. O recente fenómeno de Greta Thunberg é um bom exemplo, da adesão dos jovens à causa ambiental, através de manifestações criativas, capazes de mudar comportamentos, hábitos e políticas.

Não que a arte salve o mundo, mas na presunção de que o mundo fique melhor, pelos contributos dados em contextos artísticos, capazes de provocar reflexões, de alteração de comportamentos e adoção de novas formas de vida, para melhorias que se impõem nas nossas comunidades. Assistimos, precisamente, a procura de alternativas, através daquilo a que podemos chamar de arte ambiental, por parte

de artistas de diferentes áreas, inspirados na natureza e sobretudo nos atropelos a que esta, está constantemente a ser sujeita pela ação do homem.

Neste quadro de ação do CineEco, a Educação Ambiental cumpre um desígnio importante, um serviço público que emerge para dar contributos vários. Para formar públicos, para despertar o gosto pelo cinema e pelo ambiente, para despertar consciências e formar cidadãos. Um desafio duplo, entre a magia do cinema e a emergência de preocupações e visões de natureza ambiental.

Entendemos por isso, que além da difusão do gosto cinematográfico, o cinema ambiental tem sido um instrumento primordial na promoção da educação ambiental junto de escolas. No caso concreto do CineEco, isso é feito em Seia, no decurso do festival, mas também em mais de 40 cidades portuguesas, através da sua vasta rede de extensões, exibindo filmes e estabelecendo diálogos, em interação dinâmica e motivadora.

Dessa forma, dão-se pequenos contributos para a formação de cidadãos mais esclarecidos a nível ambiental, no sentido de poder permitir a defesa de um bem-comum. Nesta matéria, predomina o género de animação, como forma de chegar mais próximo do público-alvo, neste caso, as crianças. Género animado e atrativo, de modo a suscitar interesse e entusiasmo e assim ajudar na ampliação de públicos para o cinema ambiental.

<https://www.publico.pt/2021/02/05/opiniao/noticia/cinema-ferramenta-promocao-valores-ambientais-1949408>

O público em geral, mas sobretudo os jovens, que estão cada vez mais interessados nas temáticas ambientais. E o cinema é uma boa ferramenta que junta o aspeto artístico, lúdico e de formação. Para além das sessões, o festival contempla um conjunto de atividades destinadas a jovens, como sejam oficinas de educação ambiental, debates com realizadores, exposições, concertos e outras atividades, capazes de gerar atração.

O feedback é extraordinário, quer pela adesão e entusiasmo, quer pelo desejo de participar na mudança de hábitos pelas aprendizagens adquiridas. Isso vê-se na forma como aderem e se transformam em agentes de mudança. Os fenómenos das alterações climáticas e outros atropelos ambientais, tocam cada vez mais de perto as pessoas e isso leva-as a aderir às iniciativas e a procurar alterar o rumo de consumismos e outros fenómenos do mundo moderno.

O próprio festival tem um júri de juventude, que estimula à participação, ao debate e à reflexão. Além disso, todos os anos o festival convida 30 pessoas da comunidade para “apadrinhar” filmes, o que ajuda muito a aproximar o festival da comunidade, levando muito público às salas. Os debates com realizadores são muito animados e profícuos, além do ambiente criado na cidade durante a semana do

festival, com a presença de realizadores e várias figuras conhecidas do mundo das artes. Com isso, beneficia igualmente a economia local, sobretudo a restauração e a hotelaria.

Outro feedback importante é o reconhecimento internacional do CineEco, como marco de referência, pelo seu historial de mais de um quarto de século, pelo trabalho desenvolvido e impacto junto de realizadores de todo o mundo, (concorrem cerca de 600 filmes todos os anos, de mais de 40 países). Por outro lado, o CineEco é membro fundador e da direção da Green Film Network, uma rede de 40 festivais de cinema de ambiente de 35 países. Uma realidade que levou a que já se tivessem reunido todos estes diretores em Seia no 1º e 2º Fóruns internacionais de festivais de cinema de ambiente no CineEco 2018 e 2019, para debater temas comuns.

<https://www.cineeco.pt/2018-f%C3%B3rum-programa>

A simbiose entre política, cultura e ambiente é extraordinária e essa tem sido a marca que o município de Seia tem reforçado ano após ano, no desenvolvimento dos seus projetos. Porque se entende que as estruturas políticas da administração devem seguir este caminho, à luz de premissas do acordo de Paris, sobre alterações climáticas, assim como de vários instrumentos de desenvolvimento cultural e ambiental.

Nesse particular, damos como exemplo o ordenamento do território, a biodiversidade e a geodiversidade, considerando o impacto das alterações climáticas, na dimensão adaptação e mitigação, o uso eficiente de recursos e a valorização do território. Um desafio que considera o ordenamento do território e a conservação e valorização do património — natural, paisagístico e cultural — como elementos centrais que nos permitem viver bem dentro dos limites do planeta, incluindo a adaptação às alterações climáticas.

Neste triângulo de ação, tem sido também muito pertinente o incremento de boas práticas ambientais e sobretudo as de educação para o território, cujo potencial e valorização, se afiguram cada vez mais como desígnio premente e imprescindível nos dias de hoje. Considera-se igualmente relevante o facto de se considerar a natureza como um ativo político e turístico, de que resulta a importância da sua preservação assim como da valorização das culturas tradicionais, como imperativos das nossas comunidades e entidades responsáveis.”¹³¹

Para tudo isto, tem sido importante e decisivo, a simbiose entre política, cultura e ambiente.

¹³¹ Disponível em Anexos.

3.4.3. Entrevista Luísa Ferreira Nunes

De modo a desenvolver o presente estudo foi imprescindível incluir o trabalho da artista Luísa Ferreira Nunes, licenciada em Ecologia Florestal e pós-graduada em Biologia e Biomimetismo, tendo desenvolvido o trabalho de doutoramento em ecologia de insetos. Atualmente, é docente na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e é membro do Centro de Ecologia Aplicada Professor Neves (ISA-UTL).

Estudou ilustração, como bolseira, na University of Arts of London, Reino Unido.

Tem feito parte de várias expedições científicas pelo mundo e, através da escrita naturalista e da ilustração, procura incentivar o interesse pela conservação das espécies e habitats.

Nesse sentido surgem os seus trabalhos como artista e ecologista fruto das tarefas recorrentes das suas atividades profissionais que frequentemente lhe são solicitadas por uma editora académica ou não.

Na verdade os seus trabalhos nascem a partir de uma lista de interesses de estudo para publicação e que têm de ser obrigatoriamente sobre ambiente para se enquadrarem na sua profissão, no entanto, são sempre escolhidos pela autora.

Segundo Luisa Ferreira Nunes “provavelmente se houvesse maior liberdade de escolha, optaria por outros temas mais diversificados.”¹³²

De ressaltar que as vantagens do seu trabalho como ilustradora são quase nenhuma, pois, para além de exigirem esforço (cumprir prazos para a publicação dos livros) com muito pouco retorno, quer a nível monetário ou em termos de feedback motivacional.

Segundo Luísa Ferreira Nunes as políticas culturais não tendem a promover projectos que sejam significativamente impactantes na proteção ambiental. Na sua opinião as abordagens demasiado pedagógicas/académicas, não causam um impacto mais emocional, no entanto, este é fundamental para que as pessoas se interessarem pelo ambiente.

Por outro lado as atividades artísticas e culturais podem ser eficazes para a educação ambiental, ainda assim, se continuarem a apresentar um cariz demasiado pedagógico é mais difícil. Analisemos o exemplo do Museu de História Natural de Londres que usou a história de Harry Potter para falar de espécies raras... Esse é o caminho, através da criação emocional e sensorial.

A partir das palavras da ilustradora “por norma, as atividades que desenvolvo são livros escritos e ilustrados quase sempre dirigidas a os adultos dos 17 aos 70 anos.

¹³² Disponível em Anexos.

O feedback que recebo das minhas atividades é de apreciação e, empatia pelos textos e aguarelas, mas, para o autor esta é uma tarefa árdua que tem de ser compatibilizada com muitas horas de docência e de investigação e que não traz motivação. Não há compensações para o esforço.

A simbiose destes três aspectos, Política, Cultura e Ambiente, no nosso país, parece me bastante imatura, formal e sem criatividade. Não é efetiva desta forma.”

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || INQUÉRITO

3.5. Inquéritos

3.5.1. Diagnóstico

O presente inquérito tem como principal objetivo compreender qual a opinião dos inquiridos face às políticas culturais amigas do ambiente, em Portugal continental, como já foi justificado anteriormente. Deste modo, o inquérito esteve aberto à população em geral durante quatro semanas e podia ser respondido apenas por via digital.

Os resultados foram avaliados a partir de um total de 140 amostras analisados mediante a idade, a naturalidade, o género e as habilitações literárias, procurando assim, incitar a resposta de pessoas dos diferentes grupos, de modo, a representar todas as dinâmicas da população de Portugal Continental.

O inquérito já realizado (em anexo), propunha-se sobretudo compreender qual a perceção da população sobre as políticas públicas, as problemáticas ambientais e os possíveis contributos da cultura na promoção de práticas amigas do ambiente.

3.5.2. Tratamento de Dados

Os dados apurados através da realização do inquérito online revelam-se imprescindíveis para a compreensão e solidez do presente estudo. Assim sendo, das 140 amostras obtidas 68,6% dos inquiridos são do sexo feminino, representando uma maioria significativa e, 31,4% são do sexo masculino.

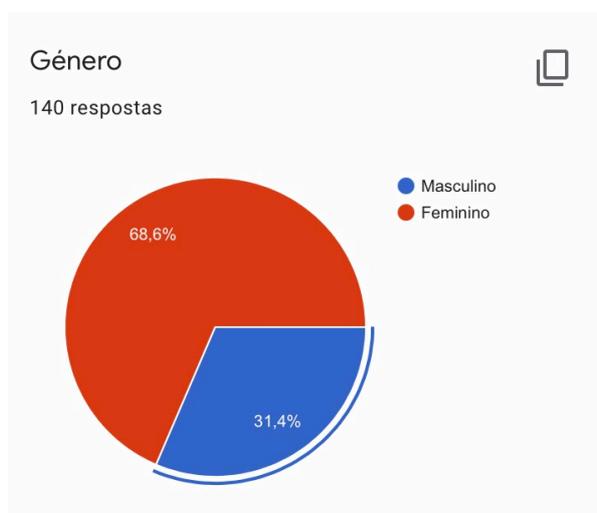


Gráfico 1 - Relativo ao género dos inquiridos.

No que diz respeito à idade são os inquiridos entre os 41 a 50 anos que demonstram maior participação no questionário com 24,6%, seguindo-se a faixa etária dos 31 a 40 anos com 23,9%, e, imediatamente depois os inquiridos com idades compreendidas entre os 20 a 30 anos com 23,2% da percentagem. Com menos destaque posicionam-se as faixas etárias dos 51 a 60 anos registando 15,2%, os mais de 60 anos com 10,1% e, por fim, os inquiridos com menos de 20 anos representando 2,9% de atividade.

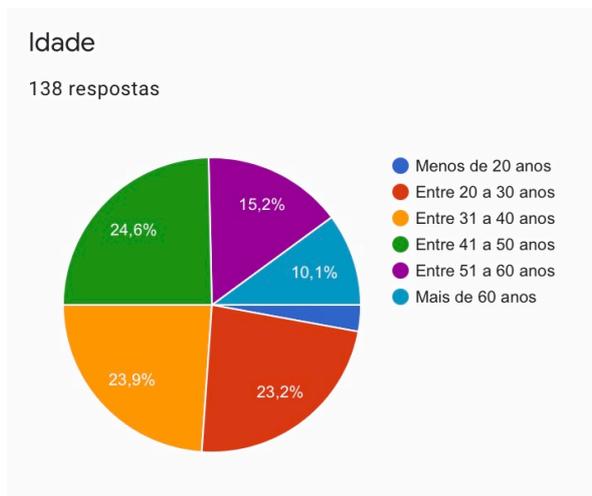


Gráfico 2 - Referente às faixas etárias dos inquiridos

Segundo a amostra registada face à naturalidade dos inquiridos há uma grande representatividade da zona Centro com 41,4% das respostas obtidas, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa com 35,7% e com 15% de participação o Norte de Portugal. Sem grande presença surge o Alentejo com 5,7% e o Algarve com 2,1%.

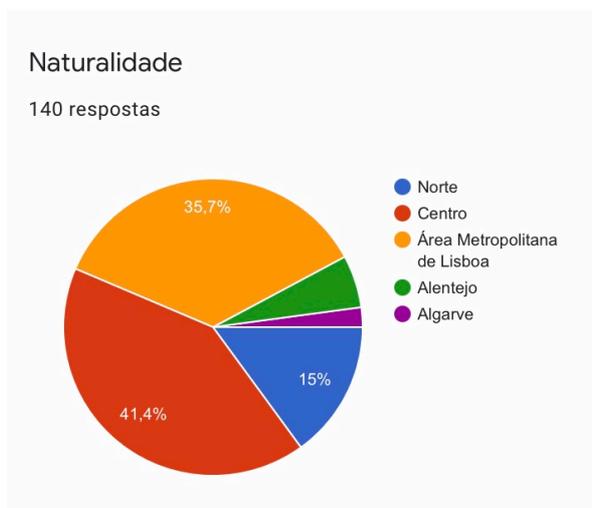


Gráfico 3 - Alusivo à naturalidade dos inquiridos.

Para descortinar o perfil dos inquiridos foi imprescindível conhecer melhor as suas habilitações académicas concluídas, deste modo, consta que a grande maioria possui o grau de licenciado com 43,6%, aparecendo depois os inquiridos com grau de Mestre com 23,6% e, não menos relevante, o Ensino Secundário com 18,6%. Com menos representatividade surgem os Pós-Graduados com 10%, logo depois os Doutorados com 3,6% e, por fim, sem grande expressão o Ensino Básico com 0,7% de participação.

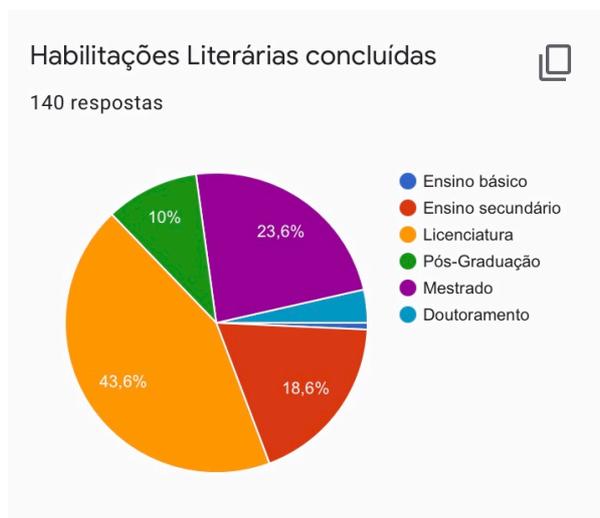


Gráfico 4 - Relacionado com as habilitações académicas dos inquiridos.

Para aprofundar a temática em estudo procurou-se compreender se os inquiridos tinham ou não hábitos culturais, assim sendo, a totalidade, o equivalente a 100% da amostra afirmam que sim.

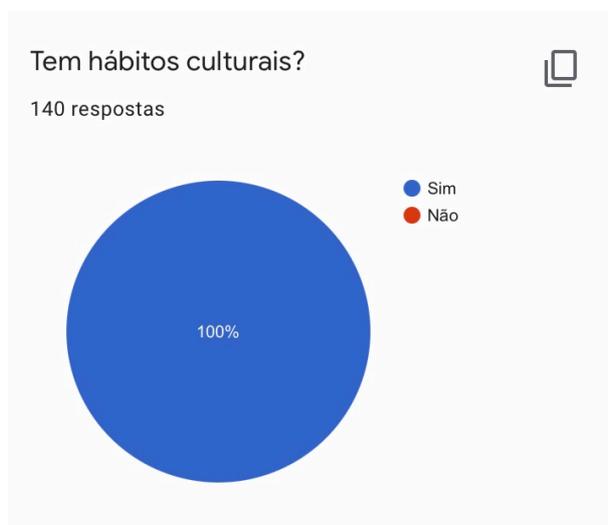


Gráfico 5 - Referente aos hábitos culturais inquiridos.

Agregada à questão anterior, revelou-se importante identificar quais os hábitos culturais dos participantes para melhor compreender o seu perfil. Deste modo, foram disponibilizadas algumas opções de respostas para conduzir a participação dos inquiridos, entre elas, ler livros, ir ao cinema, assistir a espetáculos, visitar locais de interesse cultural, assistir a eventos desportivos, ouvir rádio, ver TV e por fim, outra opção, dando liberdade de resposta aos mesmos. Assim sendo, 89,3% dos resultados apresentam a leitura como o maior habito cultural adquirido, seguindo-se o hábito de visitar locais de interesse cultural com 82,1% das respostas alcançadas e ver televisão com 75% de respostas conseguidas. Não menos importante surge o hábito assistir a espetáculos com 70% das respostas, aparecendo depois o costume de ir ao cinema com 63,6% de ação e ouvir rádio manifesta-se também como uma prática adquirida dos participantes com 57,1% das respostas obtidas. A partir da resposta, outra opção surgem hábitos isolados bastante interessantes como viajar, passeios e visitas, palestras e aulas, pintura, dança ou ainda tocar instrumentos musicais.

Se respondeu sim, identifique quais são os seus hábitos culturais?

140 respostas

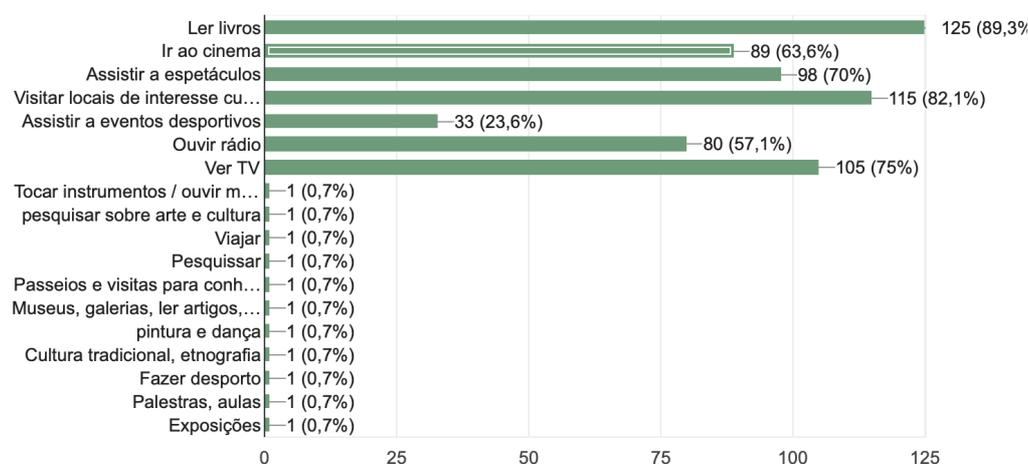


Gráfico 6 - Relacionado com os hábitos culturais dos inquiridos.

No que diz respeito à temática ambiental, 99,3% dos inquiridos revelam ter hábitos sustentáveis enraizados, no entanto, 0,7% correspondente a uma pessoa afirma não ter hábitos amigos do ambiente.

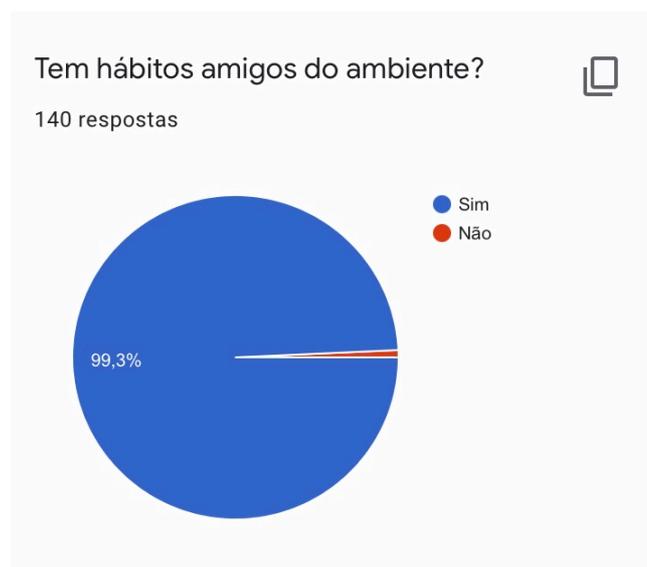


Gráfico 7 - Respeitante aos hábitos sustentáveis dos inquiridos.

Aliada à pergunta anterior, procurou-se conhecer quais os hábitos amigos do ambiente adotados pelos inquiridos. Deste modo, foram disponibilizadas algumas opções de resposta para guiar a participação dos mesmos, tais como, rejeitar palhinhas e descartáveis, utilizar sacos de pano ou reutilizáveis, poupar água, retirar as fichas das tomadas ou botão on/off, reciclar, comprar produtos nos mercados locais, Recorrer à bicicleta e, por fim, outra opção de modo dar liberdade de resposta aos inquiridos. Das 139 amostras recolhidas, 89,2% dos participantes revelam ter o hábito de reciclar, seguindo-se o hábito utilizar sacos de pano ou reutilizáveis com 84,9% das respostas apuradas, outro dos hábitos adquiridos é o de poupar água com 82% dos resultados. Numa outra dimensão estão os hábitos de retirar as fichas das tomadas ou botão on/off com 64% de expressão, o hábito de comprar produtos nos mercados locais com 61,9% de participação e, por último, o hábito de rejeitar palhinhas e descartáveis com 60,4% das respostas. Através da possibilidade de expor outra opinião surgem outros hábitos interessantes como evitar desperdícios alimentares, tentar viver sem plástico, ter uma horta, fazer compostagem, alimentação biológica e sazonal, utilizar *shampoo* sólido, recorrer a transportes públicos ou andar a pé.

Se respondeu sim, indique quais são os seus hábitos amigos do ambiente?

139 respostas

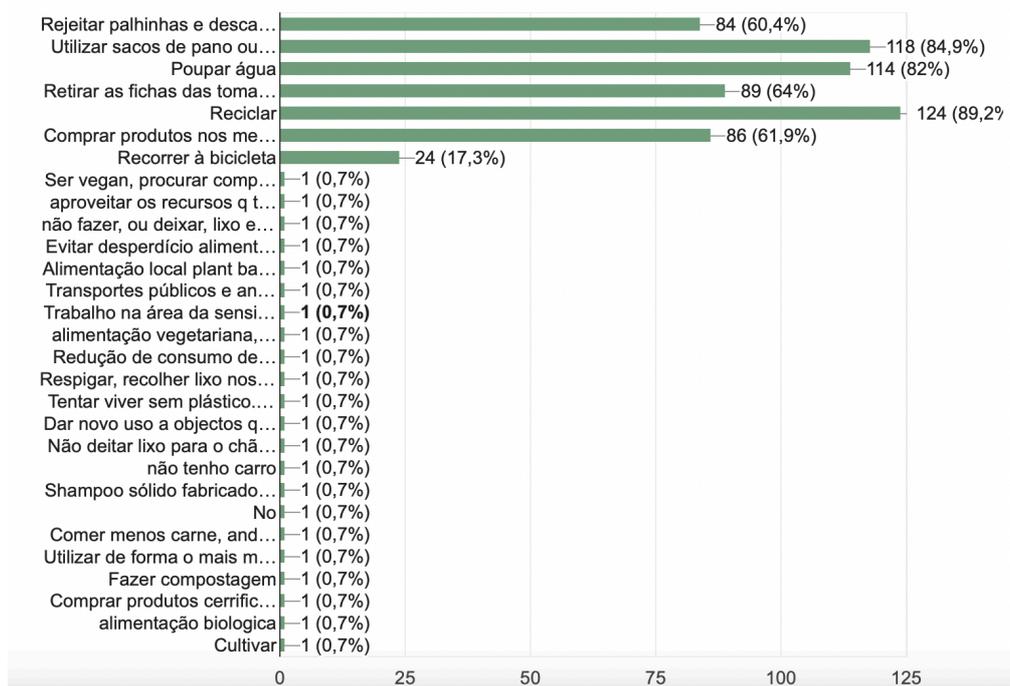


Gráfico 8 - Alusivos aos hábitos amigos do ambiente dos inquiridos.

De modo a desenvolver a matéria em estudo, surgiu a necessidade de apurar se os inquiridos estavam ou não desportos para o fenómeno das alterações climática. Assim sendo, compreende-se que 98,6% dos inquiridos estão informados sobre o assunto, apenas 1,4% o equivalente a duas pessoas revelam não estar desportos para este fenómeno.

A partir da questão anterior, revelou-se imprescindível aprofundar o motivo pelo qual os inquiridos estavam desportos para o fenómeno das alterações climáticas. É curioso que as 101 amostras recolhidas são deveras surpreendentes e explanam as inquietações dos inquiridos. De ressaltar que a grande maioria dos inquiridos estão elucidados sobre este assunto, seja através da informação transmitida pelos diversos meios de comunicação, a própria observação das mudanças climáticas assim como a preocupação com o futuro.

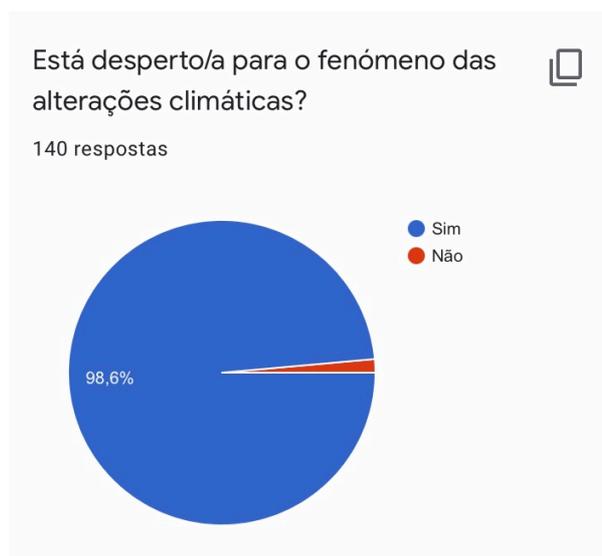


Gráfico 9 - Referente ao conhecimento dos inquiridos face ao fenómeno das alterações climáticas.

Com a intenção de potencializar o objeto de estudo foi necessário introduzir a temática das políticas públicas na dinâmica ambiental, pois, revela-se importante compreender qual a percepção dos participantes face à possível contribuição das políticas públicas na promoção de práticas sustentáveis. De ressaltar que 94,3% dos inquiridos afirma que sim, as políticas públicas podem promover práticas amigas do ambiente, enquanto 5,7% dos resultados apontam que não.

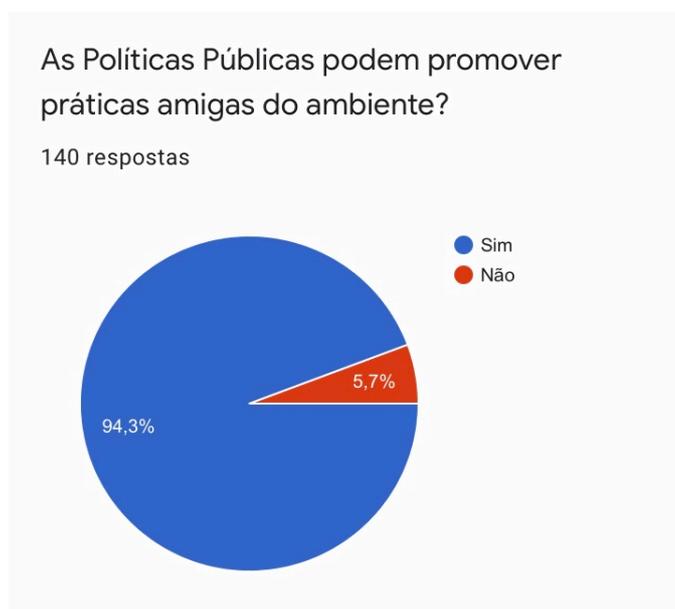


Gráfico 10 - Referente à promoção de práticas sustentáveis através das Políticas Públicas.

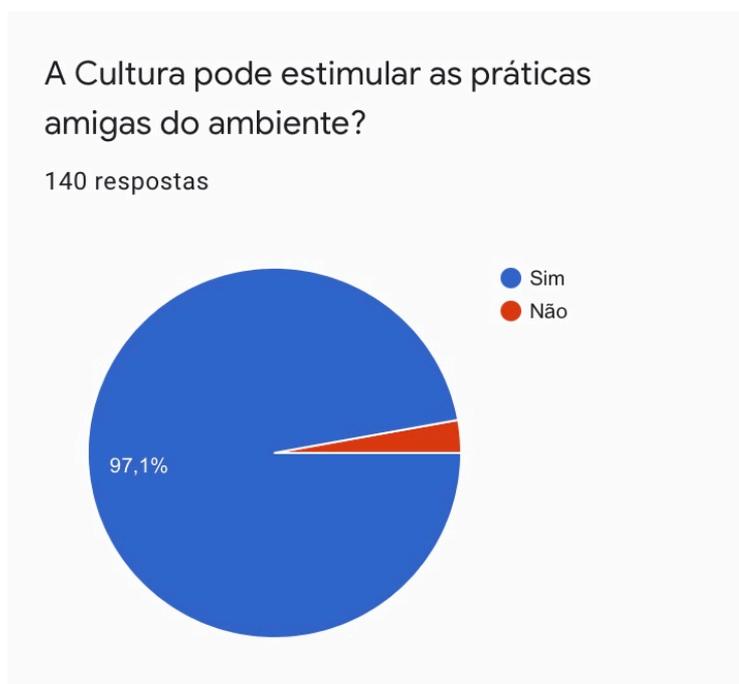


Gráfico 11 - Alusivo à promoção de práticas sustentáveis através da Cultura.

No seguimento da questão anterior, procurou-se através de uma pergunta aberta, saber qual o domínio dos inquiridos sobre a possível contribuição das políticas públicas na promoção de práticas sustentáveis. Deste modo, as 110 amostras apuradas revelam que os participantes estão atentos às alterações climáticas, conhecem muitas das alternativas sustentáveis já existente, no entanto, desejam uma maior efectividade das leis face à matéria ambiental. De considerar que alguns dos inquiridos fazem menção às leis de reforço positivo, num sentido mais pedagógico, apelando à educação ambiental formal e não formal para todas as pessoas sem exceção, bem como, salientam a necessidade implementar medidas de carácter repressivo (coimas, castigos, multas, punições) de modo a acelerar todo o processo.

Para enquadrar toda a temática em estudo foi fulcral conhecer a opinião dos inquiridos relativamente ao papel da cultura na promoção de práticas sustentáveis. Das 140 amostras recolhidas 97,1% das mesmas afirmam que sim, a cultura pode estimular as práticas amigas do ambiente, face 2,9% das respostas que revelam que não.

Aliada à questão anterior, procurou-se clarificar de que modo a cultura pode promover práticas amigas do ambiente. Das 112 amostras apuradas, todas uma mais valia para o presente estudo, demonstram que muitos dos participantes identificam a cultura como um potencial mecanismo capaz de educar um povo,

assim como, revelam que a cultura tem a responsabilidade de ser parte integrante na transformação de uma sociedade dentro do paradigma mais sustentável. A título de exemplo os eventos culturais são um meio bastante interessante para desenvolver ideias e práticas amigas do ambiente.

Tendo em consideração que 2,9% dos inquiridos, o correspondente a 5 pessoas, alegam que a Cultura não pode estimular práticas amigas do ambiente, pois, a “cultura é um conceito muito lato” ou “porque tudo é corrupção sobretudo nos departamentos do ambiente e da polícia florestal.”

De modo a compreender a matéria em estudo foi essencial verificar o conhecimento dos inquiridos sobre o que são políticas culturais amigas do ambiente. Das 140 amostras analisadas 53,6% afirmam que não conhecem o termo ao passo que 46,4% responderam que sim.

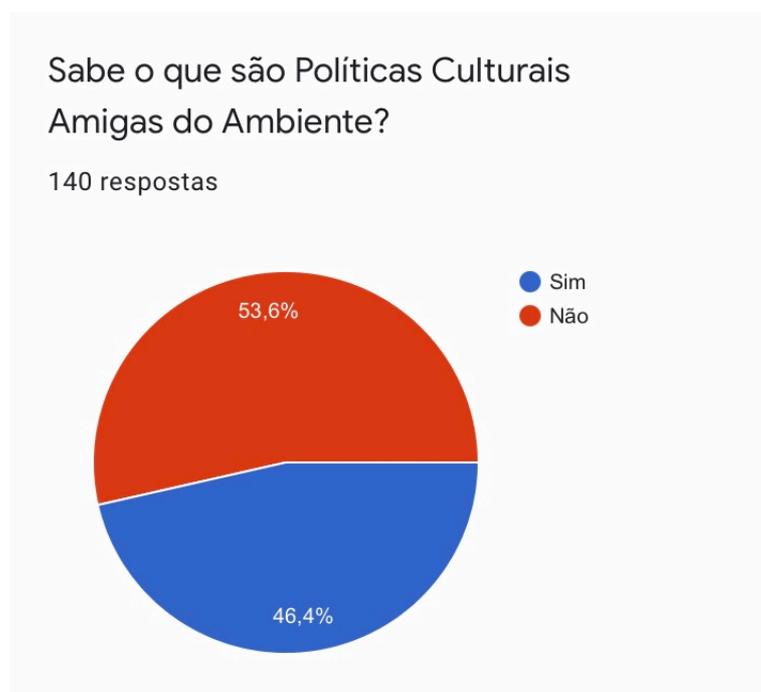


Gráfico 12 - Referente ao conhecimento dos inquiridos sobre o que são políticas culturais amigas do ambiente.

No seguimento da pergunta anterior procurou-se aprofundar assunto de modo a analisar quais os exemplos de políticas culturais amigas do ambiente apontadas pelos inquiridos. Embora a amostra seja de apenas 45 respostas todas acrescentam imenso ao estudo, pois, trazem comentários e ideias inovadoras. A título de exemplo destacam-se as Políticas que através da cultura promovem actividades

boas para o ambiente, a Educação Ambiental nos currículos escolares ou o Incentivo à reciclagem e aos comportamentos cívicos commumente aceites; debates sobre a problemática.

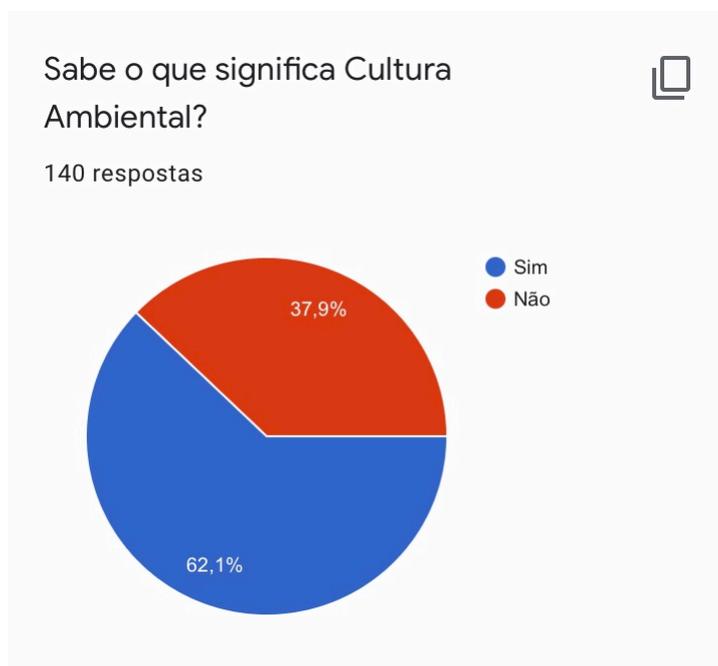


Gráfico 13 - Relacionado com o conhecimento dos inquiridos sobre o que significa Cultura Ambiental.

Para aprofundar a questão foi inevitável saber qual o entendimento dos inquiridos sobre o significado do conceito de Cultura Ambiental. Recorrendo a uma pergunta aberta, foram apuradas 64 amostras super interessantes e relevantes para o presente estudo. De um modo geral, as respostas apontam que a cultura ambiental é o processo educacional que desperta o ser humano para uma consciência sobre o meio ambiente. É a cultura ambiental que garante a qualidade do meio ambiente para as gerações futuras.

Outro dos pontos abordados foi o fato das atividades culturais contribuírem ou não para a promoção da educação ambiental. Das 140 amostras recolhidas 92,9% dos inquiridos responderem que sim, enquanto, 7,1% declaram que não.

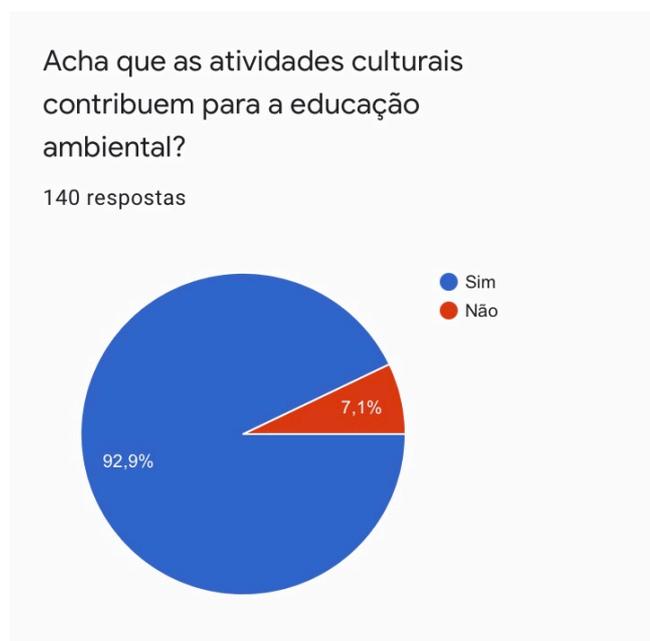


Gráfico 14 - Relacionado com o contributo das atividades culturais na promoção da educação ambiental.

Para desenvolver o ponto anterior foi necessário introduzir uma pergunta aberta de modo a compreender como é que as atividades culturais podem fomentar a educação ambiental. Assim sendo, foram recolhidas 93 respostas que retratam um enorme sentido criativo por parte dos inquiridos. A título de exemplo “o ser humano é um "bicho" de hábitos, quantas mais atividades ambientais existirem, mais esses hábitos se tornam uma rotina do dia a dia”, nesse sentido apela-se à sensibilização e à partilha de conhecimentos, pois, a “Cultura educa”.

Agregada à questão procurou-se saber, a partir de uma resposta aberta, porque motivo as atividades culturais não contribuem para educação ambiental, uma vez que 7,1% dos inquiridos responderam negativamente. Das 9 respostas apuradas surgem ideias como “o nicho de mercado é curto”, “não é essa a função das atividades culturais” ou ainda “o que importa é a economia desenfreada... o resto fica para trás.”

Já numa fase final revelou-se importantíssimo compreender se os inquiridos possuíam ou não informação sobre projetos culturais amigos do ambiente. Das 140 amostras apreciadas 69,3% declaram que sim, conhecem projetos culturais amigos do ambiente ao passo que 30,7% não conhecem iniciativas desta natureza.

Com a intenção de dar maior clareza à questão anterior procurou-se perceber quais os projetos culturais amigos do ambiente conhecidos pelos inquiridos que responderam sim. De ressaltar que para obter uma determinada orientação nas respostas houve necessidade de dar alguns exemplos desses mesmos projetos como opções de resposta, abrindo sempre a hipótese de responder outra opção que não as predefinidas.

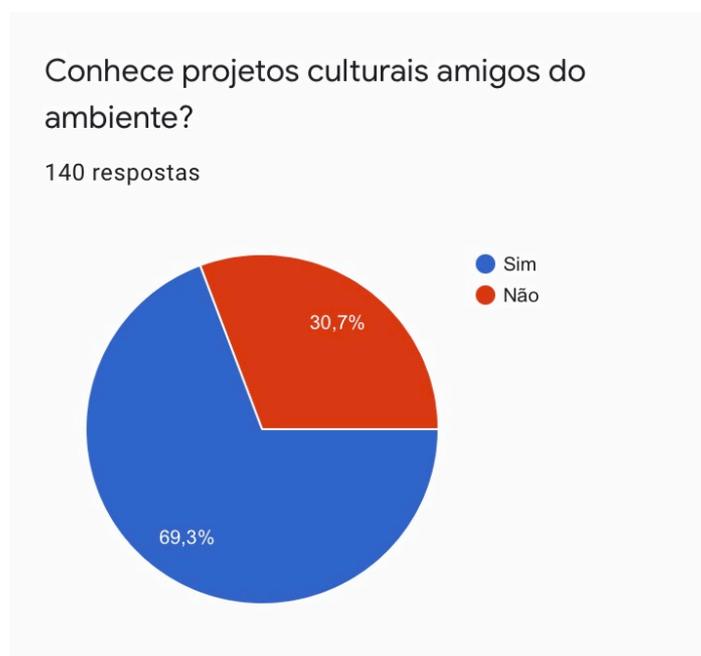


Gráfico 15 - Referente ao conhecimento dos inquiridos sobre projetos culturais amigos do ambiente.

A partir da análise do gráfico abaixo representado compreende-se que das 96 amostras recolhidas 77,1% dos inquiridos selecionaram o Festival Andanças como um dos projetos culturais amigos do ambiente mais familiarizado com a maioria, seguindo-se o projeto Plasticus Maritimus com 39,6% das respostas, aparecendo depois o Salva a Terra Eco Festival com 33,3% dos resultados. Não menos significativo surge o CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela com 30,2% de representação, no entanto, há muitos outros projetos mencionados pelos participantes igualmente consideráveis, como por exemplo, o BOOM Festival, Bons Sons, SOS Rio Paiva, Ecoaldeia de Janas, Aldeia do Vale - Projecto Agroecológico, Toka a Mexer, Eco escolas, Balaena plasticus, Hywind: parque eólico flutuante na Noruega; Garden City na Dinamarca, recolha de lixo

em várias praias, o artista Bordalo II e xicogaivota, Milhão de árvores e o Projeto Regenerar.



Gráfico 16 - Alusivo aos projetos culturais amigos do ambiente conhecidos pelos inquiridos.

4. Conclusões

O objetivo principal deste trabalho foi compreender de que maneira as atividades educativas e culturais, nomeadamente as que estão relacionadas com a arte, podem ser um forte contributo para a promoção de práticas amigas do ambiente. Neste sentido considera-se que seria útil haver cooperação no âmbito das políticas ambientais, educacionais e culturais. Estes sectores poderão, em equipa, desenvolver um conjunto de normas e iniciativas que contribuam para comportamentos benéficos à manutenção de um meio ambiente saudável. O conceito de cultura é multifacetado e mutável e revela-se através da manifestação de hábitos ou costumes diários e nos conhecimentos, ou práticas de uma determinada comunidade. Tal como defende Bourdieu os hábitos são o resultado de uma aprendizagem social, portanto para que existam comportamentos favoráveis ao bem-estar ecológico é necessário implementar uma educação ambiental em parceria com o sector cultural. A arte como uma das formas de expressão cultural pode ser um recurso e uma via educativa para incrementar práticas que levem as comunidades a respeitar e a salvaguardar a natureza.

Após a análise e interpretação dos resultados obtidos através dos inquéritos e entrevistas realizadas, concluí-se que efetivamente existe uma enorme inquietude em relação ao meio ambiente, pois, os intervenientes revelam-se bastante informados e interessados sobre o assunto, apresentado possíveis soluções para um planeta mais ecossustentável.

De salientar que através do confronto entre os resultados empíricos e a produção teórica nas suas mais diversas formas revelam, que em Portugal continental, já existem políticas culturais amigas do ambiente ainda que pouco produtivas: é necessário fazer mais.

Em suma, este foi um trabalho muito enriquecedor com todas as situações e pormenores que não estavam previstos, no entanto, tudo se realizou com o intuito de ser o mais interessante e proveitoso possível: de modo a alcançar um maior número de respostas ao inquérito populacional online, assim como, enquadrar toda a elaboração das entrevistas, de modo, a alcançar dados explícitos e determinantes para o presente estudo.

No seu sentido mais amplo “A cultura encontra-se no cerne do desenvolvimento humano e da civilização. Cultura é aquilo que leva as pessoas a ter esperança e a sonhar, estimulando-lhes os sentidos e facultando-lhes novas maneiras de encarar a realidade. É aquilo que congrega as pessoas, suscitando o diálogo e despertando paixões, de uma maneira que une em vez de dividir. A cultura deveria ser vista como um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais que caracteri-

zam uma sociedade e um grupo social. Abarca a literatura e as artes, assim como modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças.¹³³

¹³³ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado. Informação retirada do site: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52007DC0242&from=EN>

5. Referências

Como referências para a realização da presente dissertação foram incorporados textos, livros e artigos de diferentes autores, em diversos suportes e idiomas, de modo a conseguir uma investigação mais completa. Alguns autores e obras referenciadas foram de algum modo trabalhados ao longo da formação na área da cultura, outros são uma verdadeira revelação. Por conseguinte, todas as referências bibliográficas e eletrônicas, encontram-se ordenadas alfabeticamente.

Referências bibliográficas

Acelrad, L. H. (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Antunes, M.; Oliveira, J.M. (1967). Cultura. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, V.6.

Araujo, J. (1995). *La cultura ecológica*. Tegui: Editorial Fundación César Manrique. (Colección Cuadernas).

Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas, sobre a teoria da ação*. (Tradução de Miguel Serras Pereira), Oeiras: Oeiras Editora.

Carvalho, I. C. M. (2012). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez.

Chiu, C.-Y.,; Chen, J. (2004). Symbols and interactions: Application of the CCC Model to culture, language, and social identity. In S. H. Ng, C. N. Candlin, C. Y. Chiu (Eds.), *Language matters: Communication, culture, and identity*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press.

Coelho, M. C. (2001). Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, A. J. T., Cunha, S. B. (organizadores.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa, P. (2015). *Políticas culturais para o desenvolvimento*. colab. Martins M., Rodrigues V. Conferência ARTEMREDE; Almada.

Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. (Tradução de Sandra Castello Branco), São Paulo: Editora UNESP.

Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Fernández, X. B. (2007). Financia acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas. In *O Público e o Privado*. Fortaleza, v.9, jan./jun.

Gerhardt, C. H.; Almeida, J. (2005). *A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais*. Ambiente & Sociedade, 8 (2), jul./dez.

Gombrich, E. H. (1999). *História da arte*. 16. Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos.

Groppo, B. (1992). Mai 68 dans le contexte international. In: Mouriaux, R. et al. (1968). *Exploration du Mai français*, tome 1. Terrains. Paris: L'Harmattan.

Gullar, F. (2006). *Sobre arte. Sobre poesia (Uma luz do chão)*. São Paulo: José Olympio.

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lebovics, H. (2000). *La mission de Malraux*. Buenos Aires: Editora Universitária de Buenos Aires: EIDEBA.

Leff, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb.

Melo, A. (2010). Lugar da Cultura na política do século XXI. Trajectos. In *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*.

Mendonça, F. (2005). *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.

Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Mota, I. A. et al. (2005). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005/ 2015 – Um Projeto para Portugal*. Lisboa: Pandora.

Nery, R. V. (1997). A esquerda democrática e o princípio do serviço público cultural. In Juventude Socialista (org.), *O que é Governar à Esquerda?*. Lisboa: Gradi-va.

Pinto, J. M. (1994). Uma reflexão sobre políticas culturais. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia.

Primavesi, A. M. (1997). *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel.

Santos, M. L. L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Schmidt, L. (2003), *Ambiente no ecrã. Emissões e demissões do serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L. (2008). Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”. In *VI Congresso Português de Sociologia*.

Setton, M. G. J. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu, uma leitura contemporânea. in *Revista Brasileira de Educação*, 20, maio/jun/jul/ago.

Silva, A. S., et al. (1998). “Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos ilustrativos de uma difícil relação”. *Cadernos de Ciências Sociais*.

Silva, A. S. (2001). A política cultural. In *Jornal de Letras*.

Silva, A. S. (2007). “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54.

Silva, A. S. (2003). “Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa.” *OBS*, 12, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Steward, J. H. (1955). *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois Press.

Steward, J. H. (1977). Cultural evolution. In *Evolution and ecology*. J. C. Steward, R. F. Murphy (eds.). Urbana: University of Illinois Pres.

Tavares, B. R. (2013). *O Ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica*. Universidade Aberta. aos serviços à sociedade 1. *Universidade de Évora*.

Throsby, D. (2008). Linking Cultural and Ecological Sustainability. *The International Journal of Diversity in Organisations, Communities and Nations*, 8(1).

Tylor, E. (1871), *Primitive Culture*. London: John Murray.

Referências bibliográficas eletrônicas

“A Cultura como Estratégia?”, Ana Cristina Santos Nobre. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/nobre-ana-a-cultura-como-estrategia.pdf>, consultado a 10/03/2020.

“A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil.” 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2015.02.020.1697>, consultado a 10/03/2020.

“Argumentos dos negacionistas.” Disponível em: <https://www.scimed.pt/geral/refutacao-dos-argumentos-contras-as-alteracoes-climaticas-de-origem-antropogenica/>, consultado 02/11/2020.

Agência Portuguesa do Ambiente, “Relatório Brundtland”, 1987. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>. consultado a 2/12/2019.

Agência Portuguesa do Ambiente, “Relatórios de Estado do Ambiente” (APA, 2008). Disponível em: <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/Geodocs/geoportaldocs/REA/rea2008.pdf>, consultado a 05/10/2019.

“A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, por Maria da Graça Jacintho Setton. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>, consultado a 05/02/2020.

Beatas no chão custam a partir de hoje entre 25 a 250 euros de multa. In *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/03/sociedade/noticia/beatas-chao-custam-partir-hoje-25-250-euros-multa-1930177>, consultado a 01/11/2020.

Begossi, A. (1993). *Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente*. INTERCIENCIA 18(1). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships, consultado a 05/02/2020.

Bell, J. (2008). *Como realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e Educação*, 4a Edição, Lisboa, Gradiva. Publicações, S.A. Disponível em: <https://soclogos.files.wordpress.com/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf> Consultado a 05/02/2021.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simbólico.pdf>, consultado a 13/03/2019.

Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Éditions du Seuil, Paris. (Tradução por Thomas Kauf Editorial Anagrama, Barcelona, 1997). Disponível em: <http://epistemh.pbworks.com/f/9.+Bourdieu+Razones+Prácticas.pdf> consultado a 02/07/2020.

Carvalho, I. C. M.; Steil, C. A. (2009). “O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental.” *Educação e Realidade*. Porto Alegre, N. 34. Set./dez. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9086/6711>

“Comentários à Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais” por Nuno Salazar Casanova e Cláudio Monteiro. Disponível em: <https://www.uria.com/documentos/publicaciones/1740/documento/arto4.pdf?id=2137>, consultado a 01/11/2020.

“Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.” Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf, consultado a 10/03/2020.

“Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável”, junho 2010. p.106. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8953/1/LIVRO_Cultura%20e%20Desenvolvimento%20Humano%20Sustentável%20-%20Rui%20Matoso%202010_.pdf, consultado, 08/12/2020

Donald Trump. Disponível em: <https://dobem.pt/sustenbilidade/comunidade-cientifica-acredita-alteracoes-climaticas/>, consultado 02/11/2020.

Duranti, A. (1997). *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Pres. Disponível em: <https://reflexionesdecoloniales.files.wordpress.com/2017/01/antropologia-linguistica-alessandro-duranti-copia.pdf>, consultado, 08/02/2019

“Educação ambiental. Educação e Realidade”. Porto Alegre, N. 34. Set./dez., 2009. p.84. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9086/6711>, consultado a 10/03/2020.

Estatísticas Demográficas - 2019. Informação retirada do site: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=71882686&PUBLICACOESmodo=2, consultado a 10/12/2020.

Eurobarómetro Especial 501. Disponível em: https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/noticias/ebs_501_fichaportugal.pdf, consultado a 10/03/2019.

Festival Cine-Eco. Disponível em: <https://www.cineeco.pt/festival>, consultado 8/04/2019.

Latouche, S. (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Serge Latouche; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613706/mod_resource/content/1/LATOCHE_2009_Tratado_do_decrescimento_sereno.pdf, consultado a 6/02/2020.

Leff, E. (2000). Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Junior, A; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J.; Navegantes R. (Ed.) *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314375092_Complexidade_interdisciplinaridade_e_saber_ambiental, consultado a 6/02/2020.

Schmidt, L. (2008). Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In *Itinerários*. A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. p.285. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303689643_Ambiente_e_Politiclas_Ambientais_Escalas_e_Desajustes

“Negacionismo”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/negacionismo>, consultado 02/11/2020.

“Negacionismo climático.” Disponível em: <https://www.scimed.pt/geral/refutacao-dos-argumentos-contra-as-alteracoes-climaticas-de-origem-antropogenica/>, consultado 03/11/2020.

Negacionismo climático. In *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2018-09-21-Negacionismo-climatico-a-Portuguesa>, consultado 02/11/2020.

“O ambiente como campo e a justiça ambiental à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” por Lays Helena Paes e Silva. Disponível em: <https://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/02LaysHelenaPaeseSilva.pdf> consultado a 10/03/2019.

“O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: Contributos para uma abordagem Histórica”, Bruno Ribeiro Tavares. Disponível em: <https://repositorio-aberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2757/1/O%20Ambiente%20e%20as%20Pol%C3%ADticas%20Ambientais%20em%20Portugal.pdf>, consultado a 07/12/2020.

O cinema enquanto ferramenta de promoção de valores ambientais. In *Jornal Público*. Por Mário Branquinho. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/05/opiniao/noticia/cinema-ferramenta-promocao-valores-ambientais-1949408>, consultado a 07/03/2021.

“O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado” por Luís Edmundo de Souza Moraes. p.3. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf

O que podemos aprender com a Natureza durante o confinamento? In *Revista Visão*. Por Luísa Ferreira Nunes. Disponível em: https://visao.sapo.pt/visao_verde/2021-01-22-o-que-podemos-aprender-com-a-natureza-durante-o-confinamento/, consultado a 07/03/2021.

Ortiz, R. (1983). Pierre Bourdieu: *Sociologia*. (Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3001954/mod_resource/content/0/Renato%20Ortiz%20%28org.%29.-A%20sociologia%20de%20Pierre%20Bourdieu.pdf, consultado a 10/03/2019.

“Panorama das Políticas Culturais no Mundo”, por Antonio Albino Canelas Rubim. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7660/1/Politicas_artigo1.pdf, consultado a 8/12/2019.

Portugal, localização geográfica. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-portugal>, consultado a 07/12/2020.

Quivy, R.; Campenhoudt. L. (1998). “Manual de Investigação em Ciências Sociais.” Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>, consultado a 10/03/2021.

Reciclagem. Não separar o lixo pode valer uma multa. In *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-11-18-Reciclagem.-Nao-separar-o-lixo-pode-valer-uma-multa>

Rubim, A. C.; Rocha, R. (2012). *Políticas Culturais: Panorama das Políticas Culturais no Mundo*. Disponível em: https://www.academia.edu/26921429/Pol%C3%ADticas_Culturais consultado a 8/12/2019.

Trabalhos de ilustração científica realizados pela artista Luísa Ferreira Nunes. Disponível em: <https://www.wilder.pt/?s=luisa+ferreira+nunes>, consultado a 05/03/2021.

97% da comunidade científica acredita nas alterações climáticas. O que defendem os outros 3%?. In *Revista Científica dobem*. Disponível em: <https://dobem.pt/sustenbilidade/comunidade-cientifica-acredita-alteracoes-climaticas/>, consultado 02/11/2020.

Documentos legais

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., “Atitudes dos cidadãos europeus em relação ao meio ambiente”. Portugal, dezembro, 2019. Disponível em: <https://www.adcoesao.pt/content/atitudes-dos-cidadaos-europeus-em-relacao-ao-meio-ambiente>, consultado a 10/03/2019.

Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>, consultado a 2/12/2019.

Agência Portuguesa do Ambiente, “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento”. Disponível em: <https://apambiente.pt/apa/assuntos-internacionais-o>, consultado a 01/03/2019.

Agência Portuguesa do Ambiente, “Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Orientações comunitárias e nacionais”. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>, consultado a 17/05/2020.

Agência Portuguesa do Ambiente, “Relatórios de Estado do Ambiente (APA, 2008)”. Disponível em: <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/Geodocs/geoportaldocs/REA/rea2008.pdf>, consultado a 20/07/2020.

Agenda 21 da Cultura, “Ações: Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis”, p.9. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf

“Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado”, 2007. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52007DCo242&from=EN>, consultado a 07/07/2020.

Constituição da República Portuguesa, “C.R.P.VII Revisão Constitucional 2005: art. 66”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>, consultado a 05/10/2019.

Diário do Governo, “I Série Nº 116, 1936: 543”. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/32294>, consultado a 10/07/2020.

Diário da República Eletrónico (DRE), “Define os termos e os critérios aplicáveis ao projeto-piloto a adotar no âmbito do sistema de incentivo ao consumidor para a devolução de embalagens de bebidas em plástico não reutilizáveis.” Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/122891077/details/maximized>, consultado a 01/11/2020.

Diário da República Eletrónico (DRE), “Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente”. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/124392060/details/maximized>, consultado a 01/11/2020.

Diário da República Eletrónico (DRE), “Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017”. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/107669156/details/normal?l=1>, consultado 07/11/2020.

Diário da República, Fundo Ambiental, “Apoiar uma nova cultura ambiental: Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental”, 2017. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/legislacao/aviso-n-83682017-apoiar-uma-nova-cultura-ambiental-pdf.aspx>, consultado a 27/10/2019.

Direção-Geral de Educação (DGE), “Concurso Brigadas Positivas”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/concurso-missao-unidos-pelo-planeta-concurso-brigadas-positivas>, consultado 07/11/2020.

Direção-Geral de Educação (DGE), “Jovens Repórteres para o Ambiente (JRA)”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/programa-jovens-reporteres-para-o-ambiente-jra>, consultado 07/11/2020.

Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto Eco-Escolas”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-eco-escolas>, consultado 07/11/2020.

Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto Eco XXI”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/eco-xxi>, consultado 07/11/2020.

Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto TEJO”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-tejo>, consultado 07/11/2020

Direção-Geral de Educação (DGE), “Projeto 80”. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto-80>, consultado 07/11/2020.

European Green Capital, "Climate change: mitigation and adaptation", 2017. Disponível em: <https://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/winning-cities/2017-essen/essen-2017-application/>, consultado a 20/01/2020.

Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), "Educação Ambiental", 2020. Disponível em: <https://enea.apambiente.pt/content/enea-2020?language=pt-pt>, consultado a 01/11/2019.

Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), "AVISO 2017 - APOIAR UMA NOVA CULTURA AMBIENTAL". Disponível em: <https://enea.apambiente.pt/content/aviso-2017-apoiar-uma-nova-cultura-ambiental>, consultado a 27/10/2019.

Fundo Ambiental, "Apoiar uma Nova Cultura Ambiental: Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental", 2017. Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/apoiar-uma-nova-cultura-ambiental-pdf.aspx>, consultado a 01/03/2019.

Fundo Ambiental, "Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020". Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/enea-2020-pdf.aspx>, consultado a 20/09/2020.

Guarda Nacional Republicana (GNR), "Ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente" (SEPNA). Disponível em: https://www.gnr.pt/atrib_SPENA.aspx#, consultado 07/11/2020.

Informação Europeia ao Cidadão (Eurocid), "Prémio Capital Verde da Europa 2023". Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/premios/premio-capital-verde-da-europa-2023>, consultado a 2/12/2019.

Jornal Expresso, "Reciclagem. Não separar o lixo pode valer uma multa", 2020. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2020-11-18-Reciclagem.-Nao-separar-o-lixo-pode-valer-uma-multa>, consultado a 01/11/2020.

Ministério da Instrução Pública, "I Série Nº 13, 1929: 123". Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/s20/1921_1930/1929/1929_01_dg13_decreto_16381.pdf, consultado a 10/07/2020.

Parlamento Europeu, “Política Ambiental: Princípios Gerais e Quadro de Base”. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.5.1.pdf, consultado a 20/07/2019.

Presidência do Conselho de Ministros, “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)”, 2007. Disponível em: http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ENDS-PIENDS_2015.pdf, consultado a 10/05/2020.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), “Sobre o PNUMA”. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>, consultado 07/12/2020.

Portugal, localização geográfica. Informação retirada do site: <https://www.portal-diplomatico.mne.gov.pt/sobre-portugal>, consultado a 10/12/2020.

República Portuguesa, “Programa do XXI Governo Constitucional, 2015-2019.” Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>, consultado a 10/07/2020.

6. Anexos

Anexo 1: Dados Estatísticos referentes a Portugal Continental¹³⁴



Figura 7 - Áreas de atuação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

¹³⁴ Estatísticas Demográficas – 2019. Informação retirada do site: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=71882686&PUBLICACOES-mod=2

Figura 1.1.1
População residente por sexo (Nº), Portugal e NUTS II, 2014-2019

	Portugal	Norte	Centro	A. M. Lisboa	Alentejo	Algarve
População total (Nº)						
2014	10 374 822	3 621 785	2 263 992	2 809 168	733 370	441 468
2015	10 341 330	3 603 778	2 256 364	2 812 678	724 391	441 929
2016	10 309 573	3 584 575	2 243 934	2 821 349	718 087	441 469
2017	10 291 027	3 576 205	2 231 346	2 833 679	711 950	439 617
2018	10 276 617	3 572 583	2 216 569	2 846 332	705 478	438 864
2019	10 295 909	3 575 338	2 217 285	2 863 272	704 558	438 406
Homens (Nº)						
2014	4 923 666	1 720 635	1 073 816	1 321 402	353 231	212 756
2015	4 901 509	1 709 888	1 069 996	1 320 895	348 859	211 884
2016	4 882 456	1 699 787	1 063 284	1 323 826	345 681	211 339
2017	4 867 692	1 692 442	1 056 975	1 328 244	342 912	209 898
2018	4 852 366	1 686 752	1 049 038	1 331 103	338 876	209 887
2019	4 859 977	1 687 717	1 051 358	1 337 420	337 966	208 963
Mulheres (Nº)						
2014	5 451 156	1 901 150	1 190 176	1 487 766	380 139	228 712
2015	5 439 821	1 893 890	1 186 368	1 491 783	375 532	230 045
2016	5 427 117	1 884 788	1 180 650	1 497 523	372 406	230 130
2017	5 423 335	1 883 763	1 174 371	1 505 435	369 038	229 719
2018	5 424 251	1 885 831	1 167 531	1 515 229	366 602	228 977
2019	5 435 932	1 887 621	1 165 927	1 525 852	366 592	229 443

Fonte: INE, I.P., Estimativas anuais da população residente.

Figura 8 - População residente por sexo (No), Portugal e NUTS II, 2014-2019

Figura 1.2.1
População residente por grandes grupos etários (Nº), Portugal e NUTS II, 2014-2019

	Portugal	Norte	Centro	A. M. Lisboa	Alentejo	Algarve
População dos 0 aos 14 anos de idade (Nº)						
2014	1 490 241	504 861	294 490	446 751	96 211	67 169
2015	1 460 832	489 458	286 949	445 953	93 558	66 629
2016	1 442 416	477 792	281 444	448 401	92 050	66 567
2017	1 423 896	467 038	275 886	450 480	90 184	66 146
2018	1 407 566	458 203	270 525	452 344	88 445	65 810
2019	1 396 985	451 624	267 109	454 715	87 348	65 551
População dos 15 aos 64 anos de idade (Nº)						
2014	6 779 414	2 449 345	1 448 290	1 788 405	457 726	283 196
2015	6 739 674	2 431 418	1 443 401	1 779 426	451 611	283 083
2016	6 690 517	2 407 352	1 432 077	1 773 328	446 776	281 631
2017	6 653 857	2 393 037	1 420 215	1 771 378	442 089	279 377
2018	6 624 826	2 383 191	1 407 071	1 772 221	437 365	278 101
2019	6 618 500	2 374 929	1 406 221	1 776 433	437 157	276 802
População de 65 e mais anos de idade (Nº)						
2014	2 105 167	667 579	521 212	574 012	179 433	91 103
2015	2 140 824	682 902	526 014	587 299	179 222	92 217
2016	2 176 640	699 431	530 413	599 620	179 261	93 271
2017	2 213 274	716 130	535 245	611 821	179 677	94 094
2018	2 244 225	731 189	538 973	621 767	179 668	94 953
2019	2 280 424	748 785	543 955	632 124	180 053	96 053

Fonte: INE, I.P., Estimativas anuais da população residente.

Figura 9 - População residente por grandes grupos etários (No), Portugal e NUTS II, 2014-2019

Anexo 2: Guião da entrevista realizada ao Cientista Político Jorge Fraqueiro.

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTA

Jorge Manuel Afonso Fraqueiro

As entrevistas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo: “Abordar o contributo da Cultura e das Políticas Públicas, como setores importantes, para promoção de práticas amigas do ambiente.”

A relevância da entrevista provém do facto do entrevistado ser afeto à problemática política, cultural e ambiental.

- 1.**O que são políticas públicas?
- 2.**Qual o impacto das políticas públicas na vida quotidiana?
- 3.**Como potencializar a temática ambiental no campo das políticas públicas?
- 4.**A partir dos conceitos de política, cultura e ambiente pode ser criada uma estratégia conjunta?
- 5.**Em que medida a Educação Ambiental pode estar associada às políticas culturais e ambientais?

Anexo 3: Guião das entrevistas realizadas aos mentores dos projetos CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela e à ilustradora Luísa Ferreira Nunes.

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTA

CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela; ilustradora Luísa Ferreira Nunes.

As entrevistas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo: “Abordar o contributo da Cultura e das Políticas Públicas, como setores importantes, para promoção de práticas amigas do ambiente.”

A relevância das entrevistas provém do facto dos entrevistados serem afetos às problemáticas culturais e ambientais.

- 1.** Como surgiu o vosso trabalho enquanto agentes culturais amigos do ambiente?
- 2.** Quais são as principais vantagens e desvantagens no desenvolvimento das atividades programadas?
- 3.** Em que medida as políticas culturais estão associadas à criação e desenvolvimento de projetos amigos do ambiente?
- 4.** As atividades artísticas e culturais podem ser eficazes para a Educação Ambiental?
- 5.** Qual a faixa etária que mais procura as vossas atividades?
- 6.** Qual o feedback dessas mesmas atividades realizadas?
- 7.** Sobre a simbiose entre os conceitos Política, Cultura e Ambiente, qual é a vossa opinião?

Anexo 4: Respostas às entrevistas realizadas ao cientista político Jorge Fraqueiro e aos mentores dos projetos CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela, através do diretor Mario Branquinho e à ilustradora Luísa Ferreira Nunes.

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTA

Jorge Fraqueiro

As entrevistas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo:

“Abordar o contributo da Cultura, como um setor importante, para promoção de práticas amigas do ambiente.”

A relevância das entrevistas provém do facto dos entrevistados serem afetos às problemáticas culturais e ambientais.

Jorge Manuel Afonso Fraqueiro, nascido na cidade do Porto há 52 anos, naturalizado em Aldeia de Santa Margarida, no concelho de Idanha-a-Nova e distrito de Castelo Branco, localidade dos seus progenitores.

Cientista Político, Pós-Doutorado, Doutorado e Licenciado em Ciência Política, é também mestre em Estudo Europeus e Direitos Humanos.

Professor universitário convidado em algumas instituições de ensino superior, ex-jornalista e assessor político durante cerca de 10 anos é atualmente técnico superior da Administração Pública a exercer funções no Município de Idanha-a-Nova.

1. O que são políticas públicas?

As políticas são todo um conjunto de mecanismos que Estado, enquanto Estado organiza para poder chegar às pessoas e servi-las da melhor forma. Este é efetivamente sentido principal do que se pode chamar de políticas públicas.

2. Qual o impacto das políticas públicas na vida quotidiana?

O impacto é relativo, pois é preciso ter em conta como as pessoas acolhem a mensagem que lhe é transmitida. Por vemos temos de reconhecer que não há, se calhar, a devida preocupação por parte dos atores políticos para esclarecer, nomeadamente, aquilo que são as políticas culturais ou ambientais. Não basta que os atores políticos se preocupem com estas questões e tentem chegar às pessoas por diversas formas se as pessoas não acolherem a mensagem. É necessário que haja

uma sensibilização cada vez maior por parte da população, ou seja, que essas políticas públicas sejam devidamente acolhidas para que surtam efeito em tempos reais.

3. Como potencializar a temática ambiental no campo das políticas culturais?

A política de modo geral, deve ser feita o mais próximo possível das pessoas. Muitas vezes os atores políticos ao executar essas chamadas políticas públicas executam-nas previamente através da formulação de leis, decretos de lei, ou seja, um conjunto de instrumentos que são utilizados para levar as pessoas a cumprir determinado tipo de regras. Muitas vezes, essas mesmas leis são realizadas em gabinetes, em Lisboa, ou em

determinados locais onde as pessoas que as concebem não conhecem a realidade do país. Há uma urgente necessidade que se adequem as legislações ou os atos legislativos, sejam eles quais foram, à realidade da população em geral, quer seja à realidade da população do litoral, mais interior, mais esclarecida ou menos esclarecida. Cada vez mais, ao nível da administração local é importante que as autarquias atuem, pois, são elas que estão mais próximas das pessoas para que haja uma maior sensibilização dos seus municípios para determinado tipo de preocupação como os problemas da sustentabilidade, o respeito pelo ambiente, pelos animais e o apreço pela vida.

Diariamente somos confrontados com os seguintes problemas: os portugueses em geral ou quase todos os cidadãos do sul da Europa tem tendência a funcionar sobre pressão, ou seja, não funcionam apenas se forem sensibilizados, mas funcionam muitas vezes mais se forem penalizados pelo seu ato menos positivo. Esse é um problema que devíamos procurar resolver, temos de procurar levar as pessoas a executar aquilo que elas devem executar, não tanto pela força da imposição mas mostrando-lhes o benefício que todos teremos no futuro com o cumprimento ativo de procedimentos e regras. Assim sendo, deveríamos funcionar através de regras explicativas e não impositivas, por regras que possam ir ao encontro das pessoas de um modo construtivo e não repressivo.

4. A partir dos conceitos de política, cultura e ambiente pode ser criada uma estratégia conjunta?

Existe a possibilidade de uma estratégia conjunta entre política, cultura e ambiente, pois, não há cultura, ambiente ou comunicação que desenvolva sem as ditas políticas públicas. Como já referido, a política é um serviço ao outro, às pessoas, é na verdade uma entrega à causa pública. Se não existir uma preocupação política

no seu todo, seja no sentido de chamar a cultura às questões ambientais ou até a comunicação torna-se difícil implementar aquele que é o objetivo.

5. Em que medida a Educação Ambiental pode estar associada às políticas culturais e ambientais?

No meu modo de ver é necessário incrementar junto das escolas, logo desde o pré-primário uma sensibilização para determinado tipo de metodologia de regras, de procedimentos sejam elas sustentáveis e principalmente que vão ao encontro daquilo que são os nossos objetivos, neste caso, a preservação ambiental. Muitas vezes aqueles que já são adultos e que de alguma forma já estão formatados, através de uma mente menos flexível, talvez seja mais difícil de implementar novas ideias. No entanto, todos fazem parte da sociedade de modo que é necessário fazer um esforço conjunto. No futuro e, para que tudo corra melhor, talvez seja mais sustentável procurar que as políticas vão ao encontro da escola, ou seja, daquilo que é condição formativa logo desde o berço quase na sua progressão ao longo da vida. Pois, se criarmos uma criança com determinado tipo preocupações ambientais ela com certeza será um adulto que terá outro tipo de preocupações que não eventualmente outras crianças que não tiveram o mesmo cuidado ou a mesma preocupação por parte dos seu formadores no que toca às políticas ambientais.

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTA

Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela

As entrevistas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo: “Abordar o contributo da Cultura e das Políticas Públicas, como setores importantes, para promoção de práticas amigas do ambiente.”

A relevância das entrevistas provém do facto dos entrevistados serem afetos às problemáticas culturais e ambientais.

1. Como surgiu o vosso trabalho enquanto agentes culturais amigos do ambiente?

O CineEco começou em 1995, no âmbito das atividades culturais e ambientais do município de Seia. Na altura, os principais propósitos eram os de proteção da natureza, já que Seia se encontra na região da serra da Estrela, com uma importante reserva biogenética, que importava preservar. Obviamente que ao longo dos anos o leque de temas foi-se alargando. Entretanto o festival enquadra-se num vasto conjunto de atividades culturais e projetos ambientais desenvolvidos ao longo do ano, numa perspetiva integradora capaz de gerar resultados práticos junto das comunidades e mudar hábitos e comportamentos.

2. Quais são as principais vantagens e desvantagens no desenvolvimento das atividades programadas?

As principais vantagens no desenvolvimento das atividades programadas são o impacto que elas geram junto dos públicos, assim como a promoção deste território e o reforço da sua notoriedade no contexto nacional e internacional. O desenvolvimento destas atividades permitem promover valores ambientais, educação ambiental, formação e gerar dinâmicas de desenvolvimento nesta região. Além disso, podem ser geradoras de atratividade de novos projetos para a região, sobretudo residências artísticas capazes de valorizar o imenso potencial de património cultural e paisagístico de que dispomos. Relativamente a desvantagens apenas nos ocorre o facto de a visibilidade dos impactos ser por vezes demorada, já que se tratam de projetos que carecem de tempo, de persistência e amadurecimento de práticas capazes de operar mudanças.

3. Em que medida as políticas culturais estão associadas à criação e desenvolvimento de projetos amigos do ambiente?

O Município de Seia tem apostado ao longo dos anos na cultura e no ambiente como fatores de desenvolvimento, através das artes, e no caso CineEco, no cinema, enquanto área artística privilegiada no contexto do audiovisual. Este concelho

tem sido um palco cultural dinâmico, criativo e multicultural, reconhecido pela sua capacidade de inovação na integração de diferentes expressões artísticas e da valorização da tradição e da modernidade como âncora para a inclusão e mobilização da comunidade. O Município tem sido o autor/agente desse desenvolvimento e fator de impulso criativo, mobilizando a comunidade, em conjunto com os agentes culturais do concelho. Desse modo, tem valorizado todas as dimensões da arte e da cultura, tradicionais e modernas, garantindo a sua apropriação, fruição e reinvenção. A cultura, associada à componente ambiental tem-se apresentado numa dimensão transversal de qualidade do concelho, sentida e trabalhada pelos vários agentes culturais de Seia. E é neste propósito que a área cultural entronca nos pressupostos de desenvolvimento sustentável, destacando-se a centralidade de Seia na região, unindo vários concelhos e distritos, caracterizada pela sua paisagem cultural indissociável da paisagem natural, que tem todo o potencial para a criação de pontes e ações conjuntas entre agentes culturais, criadores e públicos dos concelhos / distritos vizinhos, sobretudo através da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Do conjunto dos vários projetos desenvolvidos, para além do festival CineEco, destacam-se:

- Festival **Seia Jazz & Blues** <http://seiajazzblues.blogspot.com/>
- Festival de Artes – **ARTIS** <http://artideseia.blogspot.com/>
- **CISE** – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, uma importante estrutura de promoção e educação ambiental <http://www.cise.pt/pt/>
- **ADIRAM** - projeto da rede de aldeias de montanha
<http://www.aldeiasdemontanha.pt/>
- **Eco2Seia** <http://www.eco2seia.com/pt/>
- **Museu do Brinquedo**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=420
- **Museu da Eletricidade**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=202&Itemid=429
- **Casa Municipal da Cultura de Seia**
https://www.cm-seia.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=145&Itemid=379

Realçamos ainda a construção do CIRAC - Centro Interpretativo da República Afonso Costa, uma estrutura de conhecimento, de investigação e de divulgação da história da República Portuguesa e do futuro dos sistemas políticos, que prevê a

instalação dos serviços de museu, arquivo, biblioteca, centro de estudos e de investigação abrirá ao público em 2021.

4. As atividades artísticas e culturais podem ser eficazes para a Educação Ambiental?

Muito. As manifestações artísticas são excelentes instrumentos de Educação Ambiental. Isso mesmo temos feito ao longo de mais de 25 anos, quer junto das escolas da região, quer pela vasta rede de extensões pelo país, abrangendo os diversos níveis de ensino. O recente fenómeno de Greta Thunberg é um bom exemplo, da adesão dos jovens à causa ambiental, através de manifestações criativas, capazes de mudar comportamentos, hábitos e políticas.

Não que a arte salve o mundo, mas na presunção de que o mundo fique melhor, pelos contributos dados em contextos artísticos, capazes de provocar reflexões, de alteração de comportamentos e adoção de novas formas de vida, para melhorias que se impõem nas nossas comunidades. Assistimos, precisamente, a procura de alternativas, através daquilo a que podemos chamar de arte ambiental, por parte de artistas de diferentes áreas, inspirados na natureza e sobretudo nos atropelos a que esta, está constantemente a ser sujeita pela ação do homem.

Neste quadro de ação do CineEco, a Educação Ambiental cumpre um desígnio importante, um serviço público que emerge para dar contributos vários. Para formar públicos, para despertar o gosto pelo cinema e pelo ambiente, para despertar consciências e formar cidadãos. Um desafio duplo, entre a magia do cinema e a emergência de preocupações e visões de natureza ambiental.

Entendemos por isso, que além da difusão do gosto cinematográfico, o cinema ambiental tem sido um instrumento primordial na promoção da educação ambiental junto de escolas. No caso concreto do CineEco, isso é feito em Seia, no decurso do festival, mas também em mais de 40 cidades portuguesas, através da sua vasta rede de extensões, exibindo filmes e estabelecendo diálogos, em interação dinâmica e motivadora.

Dessa forma, dão-se pequenos contributos para a formação de cidadãos mais esclarecidos a nível ambiental, no sentido de poder permitir a defesa de um bem-comum. Nesta matéria, predomina o género de animação, como forma de chegar mais próximo do público-alvo, neste caso, as crianças. Género animado e atrativo, de modo a suscitar interesse e entusiasmo e assim ajudar na ampliação de públicos para o cinema ambiental.

<https://www.publico.pt/2021/02/05/opiniao/noticia/cinema-ferramenta-promocao-valores-ambientais-1949408>

5. Qual a faixa etária que mais procura as vossas atividades?

O público em geral, mas sobretudo os jovens, que estão cada vez mais interessados nas temáticas ambientais. E o cinema é uma boa ferramenta que junta o aspeto artístico, lúdico e de formação. Para além das sessões, o festival contempla um conjunto de atividades destinadas a jovens, como sejam oficinas de educação ambiental, debates com realizadores, exposições, concertos e outras atividades, capazes de gerar atração.

6. Qual o feedback dessas mesmas atividades realizadas?

O feedback é extraordinário, quer pela adesão e entusiasmo, quer pelo desejo de participar na mudança de hábitos pelas aprendizagens adquiridas. Isso vê-se na forma como aderem e se transformam em agentes de mudança. Os fenómenos das alterações climáticas e outros atropelos ambientais, tocam cada vez mais de perto as pessoas e isso leva-as a aderir às iniciativas e a procurar alterar o rumo de consumismos e outros fenómenos do mundo moderno.

O próprio festival tem um júri de juventude, que estimula à participação, ao debate e à reflexão. Além disso, todos os anos o festival convida 30 pessoas da comunidade para “apadrinhar” filmes, o que ajuda muito a aproximar o festival da comunidade, levando muito público às salas. Os debates com realizadores são muito animados e profícuos, além do ambiente criado na cidade durante a semana do festival, com a presença de realizadores e várias figuras conhecidas do mundo das artes. Com isso, beneficia igualmente a economia local, sobretudo a restauração e a hotelaria.

Outro feedback importante é o reconhecimento internacional do CineEco, como marco de referência, pelo seu historial de mais de um quarto de século, pelo trabalho desenvolvido e impacto junto de realizadores de todo o mundo, (concorrem cerca de 600 filmes todos os anos, de mais de 40 países). Por outro lado, o CineEco é membro fundador e da direção da Green Film Network, uma rede de 40 festivais de cinema de ambiente de 35 países. Uma realidade que levou a que já se tivessem reunido todos estes diretores em Seia no 1º e 2º Fóruns internacionais de festivais de cinema de ambiente no CineEco 2018 e 2019, para debater temas comuns.

<https://www.cineeco.pt/2018-f%C3%B3rum-programa>

7. Sobre a simbiose entre os conceitos Política, Cultura e Ambiente, qual é a vossa opinião?

A simbiose entre política, cultura e ambiente é extraordinária e essa tem sido a marca que o município de Seia tem reforçado ano após ano, no desenvolvimento dos seus projetos. Porque se entende que as estruturas políticas da administração

devem seguir este caminho, à luz de premissas do acordo de Paris, sobre alterações climáticas, assim como de vários instrumentos de desenvolvimento cultural e ambiental.

Nesse particular, damos como exemplo o ordenamento do território, a biodiversidade e a geodiversidade, considerando o impacto das alterações climáticas, na dimensão adaptação e mitigação, o uso eficiente de recursos e a valorização do território. Um desafio que considera o ordenamento do território e a conservação e valorização do património — natural, paisagístico e cultural — como elementos centrais que nos permitem viver bem dentro dos limites do planeta, incluindo a adaptação às alterações climáticas.

Neste triângulo de ação, tem sido também muito pertinente o incremento de boas práticas ambientais e sobretudo as de educação para o território, cujo potencial e valorização, se afiguram cada vez mais como desígnio premente e imprescindível nos dias de hoje. Considera-se igualmente relevante o facto de se considerar a natureza como um ativo político e turístico, de que resulta a importância da sua preservação assim como da valorização das culturas tradicionais, como imperativos das nossas comunidades e entidades responsáveis. Para tudo isto, tem sido importante e decisivo, a simbiose entre política, cultura e ambiente.

Políticas Culturais Amigas do Ambiente || ENTREVISTA

Luísa Ferreira Nunes.

As entrevistas realizadas pretendem dar resposta ao seguinte problema de estudo: “Abordar o contributo da Cultura e das Políticas Públicas, como setores importantes, para promoção de práticas amigas do ambiente.”

A relevância das entrevistas provém do facto dos entrevistados serem afetos às problemáticas culturais e ambientais.

1. Como surgiu o vosso trabalho enquanto agentes culturais amigos do ambiente?

Os meus trabalhos surgem como uma tarefa normal das minhas atividades profissionais que me são frequentemente solicitadas por uma editora académica ou não. Os temas sou eu que os escolho e obedecem a uma lista de interesses de estudo para publicação e que têm de ser obrigatoriamente sobre ambiente para se enquadrarem na minha profissão. Provavelmente se tivesse mais liberdade nessa escolha, optaria por outros temas mais diversificados.

2. Quais são as principais vantagens e desvantagens no desenvolvimento das atividades programadas?

Quase nenhuma, são um esforço (publicação de livros) com muito pouco retorno, monetário ou termos de feedback motivacional.

3. Em que medida as políticas culturais estão associadas à criação e desenvolvimento de projetos amigos do ambiente?

Praticamente nada, as políticas culturais não me parecem promover projectos que sejam significativamente impactantes na proteção do ambiente. Na minha opinião as abordagens demasiado pedagógicas/ académicas, não causam um feedback mais emocional que é o que faz as pessoas interessarem-se pelo ambiente.

4. As atividades artísticas e culturais podem ser eficazes para a Educação Ambiental?

Sim, podem, mas não o consegue se continuarem a apresentar um cariz demasiado pedagógico. Veja-se o exemplo do Museu de História Natural de Londres que usou a história de Harry Potter para falar de espécies raras... Esse é o caminho, através da criação emocional e sensorial.

5. Qual a faixa etária que mais procura as vossas atividades?

Adultos (17-70).

6. Qual o feedback dessas mesmas atividades realizadas?

As actividades são livros escritos e ilustrados e o feedback é de apreciação e de empatia pelos textos e aguarelas mas para o autor esta é uma tarefa árdua que tem de ser compatibilizada com muitas horas de docência e de investigação e que não traz motivação. Não há compensações para o esforço.

7. Sobre a simbiose entre os conceitos Política, Cultura e Ambiente, qual é a vossa opinião?

A simbiose destes três aspectos, no nosso país, parece me bastante imatura, formal e sem criatividade. Não é efetiva desta forma.

Anexo 5: Imagens referentes ao trabalho da artista Luísa Ferreira Nunes.



Figura 10 - Luísa Ferreira Nunes.

Fotografia: Tiago Miranda (foto de arquivo) (Fonte Revista Visão)



Figura 11 - Trabalhos de ilustração científica realizados pela artista Luísa Ferreira Nunes.

(Fonte: Wilder, página oficial)

Anexo 6: Imagem referente ao Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela



Figura 12 - Cartaz publicitário alusivo ao Cine-Eco - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela, 2021. (Fonte: Cine-Eco, página oficial)

Anexo 7: Inquérito populacional utilizado como meio de diagnóstico. Estude de Público || Políticas Culturais amigas do Ambiente

Políticas Culturais Amigas do Ambiente

O presente inquérito realiza-se no âmbito de um estudo académico, integrado no Mestrado em Estudos de Cultura da Universidade da Beira Interior, e é disponibilizado à população em geral residente em Portugal continental. Esta ferramenta de diagnóstico permite compreender melhor o domínio dos inquiridos sobre a veracidade, ou não, das políticas culturais serem um potencial incentivo para a alteração de hábitos nocivos para o ambiente. Assim como, identificar qual o impacto da educação ambiental através das atividades artísticas e culturais na perspetiva dos participantes.

Todas as informações recolhidas serão usadas única e exclusivamente para fins académicos.

***Obrigatório**

1. Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outra: _____

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

Menos de 20 anos

Entre 20 a 30 anos

Entre 31 a 40 anos

Entre 41 a 50 anos

Entre 51 a 60 anos

Mais de 60 anos

6. Se respondeu sim, identifique quais são os seus hábitos culturais?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Ler livros
- Ir ao cinema
- Assistir a espetáculos
- Visitar locais de interesse cultural
- Assistir a eventos desportivos
- Ouvir rádio
- Ver TV

Outra: _____

7. Tem hábitos amigos do ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. Se respondeu sim, indique quais são os seus hábitos amigos do ambiente?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Rejeitar palhinhas e descartáveis
- Utilizar sacos de pano ou reutilizáveis
- Poupar água
- Retirar as fichas das tomadas ou botão on/off
- Reciclar
- Comprar produtos nos mercados locais
- Recorrer à bicicleta

Outra: _____

9. Está desperto/a para o fenómeno das alterações climáticas? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Se respondeu sim, qual a razão?

11. As Políticas Públicas podem promover práticas amigas do ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. Se respondeu sim, esclareça porquê?

13. A Cultura pode estimular as práticas amigas do ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Se respondeu sim, clarifique de que modo?

15. Se respondeu não, diga porquê?

16. Sabe o que são Políticas Culturais Amigas do Ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. Se respondeu sim, pode indicar alguns exemplos?

18. Sabe o que significa Cultura Ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. Se respondeu sim, pode explicar o que entende por Cultura Ambiental?

20. Acha que as atividades culturais contribuem para a educação ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. Se respondeu sim, esclareça como.

22. Se respondeu não, diga porquê?

23. Conhece projetos culturais amigos do ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

24. Se respondeu sim, indique quais são os projetos culturais amigos do ambiente que conhece?

Marcar tudo o que for aplicável.

Salva a Terra Eco Festival

CINE'ECO - Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela

Festival Andanças

Vintage for a Cause

Plasticus Maritimus

Outra: _____

